



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
LICENCIATURA E EDUCAÇÃO DO CAMPO ÁREA DO CONHECIMENTO  
CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**Genival Pereira de Araújo Moura**

**PIONEIRISMO E RETOMADA:**

**Narrativas e análise da construção das experiências educativas da Escola  
Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em  
Brotas de Macaúbas – BA**

**Amargosa – BA**

**2019**

**Genival Pereira de Araújo Moura**

**PIONEIRISMO E RETOMADA:**

**Narrativas e análise da construção das experiências educativas da Escola Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas -BA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em educação do Campo área do conhecimento Ciência Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com requisito para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Franklin Plessmann de Carvalho

**Amargosa - BA**

**2019**

**Genival Pereira de Araújo Moura**

**PIONEIRISMO E RETOMADA:**

**Narrativas e análise da construção das experiências educativas da Escola Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas -BA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em educação do Campo área do conhecimento Ciência Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia com requisito para obtenção do título de licenciado.

Aprovado em 18/09/2019

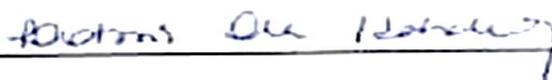
**BANCA EXAMINADORA**



---

**FRANKLIN PLESSMANN DE CARVALHO (ORIENTADOR)**

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



**LUDMILA OLIVEIRA HOLANDA CAVALCANTE**

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Estadual de Feira de Santana (EFES)



**PRISCILA BRASILEIRO SILVA DO NASCIMENTO**

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Dedico este trabalho a todos e todas que colaboraram na construção da experiência educativa da Escola Comunidade Rural e da Escola Família Agrícola Regional. Homens e mulheres que impregnaram de sentido essas práticas educativas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Edinalva Pereira de Araújo Moura, agricultora, extrativista, quebradeira de coco, que soube tirar da terra a “seiva” que sustentaria a nossa família, tanto fisicamente, quanto culturalmente.

A minha companheira Patrícia Riquelme por estar sempre junto tornado minha trajetória de vida muito mais leve, feliz e cheia de sentidos.

Ao meu pai José Rosa de Moura e meus irmãos que durante toda a minha trajetória de vida colaboraram para o meu aprimoramento enquanto pessoa.

Aos interlocutores da pesquisa: Generosa, Juraci, Guiomar, Célia, Thierry, Nilson, Joaquim e Lilian. Vocês são parte fundamental nessa monografia, com contribuições significativas para um trabalho mais embasado nas experiências concretas.

Ao meu amigo professor orientador Franklin Plessmann de Carvalho, por toda paciência e motivação durante todo o meu percurso acadêmico na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e, principalmente, pelas contribuições na elaboração deste trabalho.

As componentes da banca Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante e Priscila Brasileiro Silva do Nascimento, por aceitarem o convite para compor essa banca se disponibilizando seus conhecimentos para contribuir com esse trabalho.

Aos integrantes da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE) e Escola Família Agrícola Regional por todas as colaborações e companheirismo.

Aos agricultores e agricultoras que diante de toda sua simplicidade no uso das palavras conseguem dizer verdadeiramente seus significados e percebem a terra como algo mais que um produto e sim, parte da sua existência.

Aos colegas de turma, especialmente Raul e Jai, que com sua irreverência tornam os momentos de adversidade e “pressões” vividos na universidade em momentos mais leve.

Ao professor Cleiton que, no primeiro momento, da minha vida escolar me proporcionou “olhar por trás das serras”, e enxergar outros horizontes.

A todos (as) da Comunidade Santo Afonso, onde tive ensinamentos marcantes no sentido do que é viver em comunidade.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Os quatro pilares dos CEFFAs.....	88
<b>Figura 02:</b> Formação integral e alternância.....	88
<b>Figura 03:</b> Os quatro pilares dos CEFFAs no contexto Brasileiro.....	91

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADECOBRE – Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região.

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas Bahia

AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural

CAA – Centro de Acessaria do Assuruá

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEFFA – Centros Familiares de Formação por Alternância

CFP – Centro de Formação de Professores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSA – Comunidade Santo Afonso

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ECR – Escola Comunidade Rural

EFAR - Escola Família Agrícola regional

EMG – Escola Maria Goretti

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONGs – Organizações Não-governamentais

PJ – Pastoral da Juventude

PPP – Projeto Político Pedagógico

REFAISA – Rede de Escolas Família Agrícola Integrada do Semiárido

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNEFAB – União Nacional Escolas Famílias Agrícolas Brasil

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso descreve duas experiências educativas vivenciadas por comunidades tradicionais do sertão da Bahia. A primeira experiência se refere à Escola Comunidade Rural (1975 a 1994), considerada a primeira escola em alternância do Estado da Bahia. A segunda Experiência se refere a retomada dessa experiência educativa, em 2009, que culminou na construção da Escola Família Agrícola Regional. As sedes de ambas as escolas se localizam no município de Brotas de Macaúbas, mas seu raio de atuação compreende os municípios vizinhos, como destaque para Ipupiara, Oliveira dos Brejinhos e Morpará. Assim como outros Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs), essas experiências estão referenciadas em 4 pilares: Pedagogia da Alternância, Associação local, Formação Integral e Desenvolvimento Local. Este trabalho partiu de minha vivência pessoal e da interlocução com pessoas que viveram de perto cada uma destas experiências. Selecionei narrativas e elaborei análises para compreender melhor essas duas experiências educativas, interessado em aferir quais as motivações dos agentes sociais envolvidos nessas construções. A investigação propiciou estabelecer uma relação de pesquisa com oito interlocutores. Também realizei pesquisas bibliográficas, observações e análises documentais. O processo investigativo, que se inicia com este trabalho de conclusão do curso de licenciatura em educação do campo, promoveu a construção dessa monografia que, sinteticamente, me possibilitou aproximar destas duas experiências que ocorrerem em tempos distintos. Neste trabalho faço algumas comparações visando compreender quais as principais questões, os desafios, as oportunidades que podem ser percebidos nestas experiências de educação. Quais as motivações de um povo que sonha e batalha por uma educação contextualizada à realidade local? Uma educação orientada pela Pedagogia da Alternância e que necessita do fortalecimento da base social que constrói a escola cotidianamente. Base essa que carece de autonomia administrativa e financeira, que empreende uma luta coletiva para a garantir o direito em definir que escola se deseja. Quais conhecimentos, quais processos educativos devem ser validados? A construção da realidade referenciada por sonhos e utopias.

**Palavras chaves:** Educação do Campo, Pedagogia da Alternância, Escola Família Agrícola, Movimentos Sociais, Fundos de Pasto

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 - MOTIVAÇÕES: ENTRE A ESCOLA DESEJADA E A ESCOLA REAL</b> .....	15
1.1 - Sobre os interlocutores da Pesquisa .....	27
<b>2 - A ESCOLA COMUNIDADE RURAL – ECR</b> .....	42
2.1 - Contexto histórico/ social do período de implantação da ECR.....	42
2.2 - A relação da Igreja e a Escola Comunidade Rural .....	54
2.3 - O desafio de uma escola integrada no contexto dos estudantes.....	67
2.4 - A gestão administrativa, financeira e o encerramento das atividades.....	77
<b>3- A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA REGIONAL (EFAR)</b> .....	82
3.1 - A necessidade de uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural....	82
3.2 - Mais que um nome em disputa.....	92
3.3 - A mobilização social e a criação da associação mantenedora da EFAR ....	101
3.4 - O Início das atividades na Escola Família Agrícola Regional .....	105
3.5 - A Escola Família Agrícola Regional e seu engajamento social.....	113
<b>CONCLUSÃO: a nova utopia e o horizonte atual</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	131
<b>ANEXOS</b> .....	134

## INTRODUÇÃO

O modelo de “desenvolvimento” pensado para o campo no Brasil ao longo de séculos foi e é excludente. Desde a colonização priorizou-se interesses de uma classe produtora que se estrutura economicamente na produção e exportação de commodities agrícolas e minerais. Esse modelo concentrou os meios de produção nas mãos de poucas pessoas, e foi baseado no uso de mão de obra escravizada, altamente explorada. O resultado deste modelo de produção é uma injusta estrutura agrária, incluindo o não reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, uma extremada repressão da força de trabalho, com baixo acesso a direitos que protejam os trabalhadores da super exploração. “A concentração da propriedade da terra é a base das relações sociais injustas no meio rural brasileiro” (STEDILE, 2012).

A legitimação deste modelo de “desenvolvimento” passou pela implantação de um sistema de violência extremado, caracterizado por um capitalismo autoritário. (VELHO, 2009). Essa violência não se restringe a violência física, mas a também a violência simbólica, representada pelo controle de uma diversidade de perspectivas de pensar, de agir e viver neste mundo. A implantação de uma racionalidade que justifique ao mesmo tempo a concentração de riquezas e a exploração do trabalho. O modelo escolar implantado no Brasil esteve “par e passo” sintonizado com a construção e manutenção de uma racionalidade que de um lado pudesse preparar a classe dominante a melhor acumular capitais, de outro a justificar a dominação, a servidão e mesmo a opressão.

No Brasil, a educação escolar foi reservada inicialmente apenas para as elites, excluindo qualquer possibilidade de acesso aos povos do campo. “Para as elites do Brasil agrário, mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e escrever”. (Lunas *et al*, 2009). Os povos do campo eram vistos pela classe dominante apenas como força de trabalho agrícola manual e para isso não precisavam de instrução escolar. Essas concepções perduraram por séculos. Contudo outro viés vai ganhando força no período entre a República Velha e do Estado Novo, ampliando o acesso à escola.

A questão do acesso à educação escolar para os povos do campo e o ruralismo pedagógico ganha então força. Com isso “começa a delinear-se o modelo de educação rural vinculado a projetos de “modernização do campo” patrocinado pelos organismos de “cooperação” norte-americano e pelos interesses da burguesia industrial” (Lunas *et al*, 2009). Ainda é uma escola que “atende fundamentalmente aos interesses e ideias da classe dominante para, e pelas quais foi historicamente organizada.” (CAMINI, 2009).

Antes mesmo da construção do “discurso” da educação do campo, em várias partes do Brasil já buscava construir experiências de educação para os povos que vivem no campo. Essas experiências educativas tinham como referencial teórico-metodológico a Pedagogia da Alternância, com claro propósito de construir alternativa à Educação Rural. No Brasil as primeiras experiências dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA`s) foram construídas no Espírito Santo pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), na década de 1960.

Na década de 1970, no cenário nacional, o campo era impactado pela revolução verde<sup>1</sup>. No contexto local, em Brotas de Macaúbas, prevalecia uma agricultura de base familiar, ainda em consolidação, com certa autonomia produtiva, isto é, a posse da terra e o acesso aos recursos naturais em terras de uso comum. Ao mesmo tempo o modo de vida local estava atrelado a experiências dependentes de uma estrutura patronal, cunhada pela denominação de “coronelismo”. As famílias estavam condicionadas as adversidades climáticas, na qual os conhecimentos tradicionais eram a base que orientava a organização produtiva voltada para o bem-estar da própria família. O acesso à educação por parte dos trabalhadores era mínimo, a maioria era

---

1 - A “Revolução Verde” é uma denominação de um conjunto de práticas agrícolas que foram organizadas em um pacote tecnológico para agricultura, com a promessa que levaria ao aumento da produtividade para ajudar a combater a fome da população mundial. Porém este modelo agrícola se converteu numa forma de negócio, preocupado com comandites para atender um mercado centrado no acúmulo de capitais que impactou fortemente o meio ambiente e a agricultura praticada até então “Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratórios, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra - conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como uma base tecnológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura.” Pereira (2012)

analfabeto. Referenciado nesse contexto e motivado pelo trabalho de base da Igreja Católica, através da formação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, nasce em Brotas de Macaúbas, em 1975, a primeira experiência do CEFFA na Bahia.

A vivência de um Centro Familiar de Formação por Alternância em Brotas de Macaúbas está dividida em duas experiências. A primeira se constituiu na Escola Comunidade Rural, que funcionou de 1975 a 1994, tendo como referencial teórico-metodológico a Pedagogia da Alternância. Buscava-se a formação Integral dos jovens mesclando formação técnica e formação política/religiosa. Esse jovem, ao ficar dois anos na escola, passava a exercer a função de “orientador em agropecuária” em suas comunidades. A igreja católica ocupou posição central nesta experiência de educação. O pioneirismo da Escola Comunidade Rural se tornou referência na Bahia. Essa foi a primeira tentativa de construir uma escola referenciada na Pedagogia da Alternância fora do Espírito Santo.

Em 2009, inicia a segunda experiência com o processo de retomada da experiência anterior, que recebeu o nome de Escola Família Agrícola Regional. Essa escola oferece o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. Nessa retomada do projeto outras organizações sociais assumem o protagonismo e a ação da igreja Católica não tem a mesma força que a experiência anterior. A presença do Estado é mais forte, pois ao ser uma escola oficializada, deve respeitar um currículo mínimo e uma carga horária, trazendo novos desafios para a realização da Pedagogia da Alternância.

Considerando a relevância dessas duas experiências educativas construídas aqui em Brotas de Macaúbas, desenvolvi o trabalho de pesquisa intitulado “Pioneirismo e Retomada: narrativas e análises sobre construção das experiências educativas da Escola Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas –BA”. A escolha desse tema foi motivada pela minha trajetória de vida, marcada inicialmente por ser filho de camponeses que trabalharam por muitos anos para um fazendeiro. Trajetória de um adolescente que estudou em salas multisseriadas nos anos iniciais de educação, que passou a frequentar a pastoral da juventude e os cursos de formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Já jovem, participei de uma

escola de formação da igreja católica e me formei como técnico em agropecuária na cidade de Irecê, visando apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar da qual eu fazia parte. Realizo esta pesquisa como trabalho de conclusão do curso de “Licenciatura em Educação do Campo, área do conhecimento Ciências Agrárias”, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Essa trajetória me aproximou do legado da Escola Comunidade Rural e da experiência em andamento da Escola Família Agrícola Regional, hoje assumindo a função de monitor. Passei a compreender mais sobre a Pedagogia da Alternância e seu papel para construção de uma educação do campo contextualizada ao contexto local e capaz de construir conhecimentos para fortalecer os modos de vida local.

Os conhecimentos construídos nesta pesquisa partiram de minha trajetória, de minhas vivências, na qual são inúmeros os interlocutores. Um dos mais destacados foi o próprio Padre João, já falecido, responsável pela estruturação da Escola Comunidade Rural. Porém ao realizar a pesquisa escolhi e entrevistei oito pessoas que participaram da implantação das escolas estudadas. Essas oito pessoas se tornaram os interlocutores que deram base ao trabalho: Nilson, Célia, Juraci, Lillian, Thierry, Guiomar, Joaquim e Generosa. A maior parte das informações utilizadas nesse trabalho foram levantadas a partir de vários diálogos com esses interlocutores. Com eles construímos uma relação de pesquisa que oportunizou a elaboração dessa monografia, auxiliado por pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, artigos, revistas, cadernos e censo agropecuário.

O objetivo geral desse trabalho de conclusão de curso foi pesquisar os processos de implantação das experiências educativas inspiradas pelo Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA) em Brotas de Macaúbas. Em função do objetivo estabeleceu-se a seguinte questão orientadora da pesquisa: quais as motivações que levaram as pessoas se engajarem nesse processo de implantação dessas duas experiências educativas, Escola Comunidade Rural e Escola Família Agrícola Regional?

Para tentar trazer respostas a essa questão o trabalho que se segue, está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo está subdividido em dois

momentos: no primeiro eu apresento motivações e trajetórias que me conduziram até a realização desse trabalho. No segundo momento apresento os interlocutores da pesquisa e suas motivações que os levaram a envolver-se com as experiências da Escola Comunidade Rural e Escola Família Agrícola Regional.

O Segundo capítulo está subdividido em quatro momentos: No primeiro, relato e forma breve o que foi a experiência da Escola Comunidade Rural. No segundo, descrevo e analiso o contexto histórico/social do período de implantação da Escola Comunidade Rural. No terceiro, falo da relação Igreja e Escola Comunidade Rural e, por fim, exponho brevemente a gestão administrativa, financeira e o encerramento das atividades da Escola.

O terceiro capítulo está organizado em cinco partes: Na primeira, apresento brevemente a Escola Família Agrícola Regional. Na segunda, descrevo os interesses em retomar uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural. Na terceira parte descrevo os debates sobre a questão do nome e natureza da escola. Na quarta, falo sobre a mobilização social e a criação da associação mantenedora da EFAR. Na quinta, analiso o engajamento social da Escola Família Agrícola Regional.

Por fim, na conclusão, discuto a questão dos desafios atuais, retomando algumas questões relativas às duas experiências educativas apresentadas nos capítulos anteriores.

É importante reforçar que durante esse trabalho as narrativas dos interlocutores assumem grande relevância. Suas falas são relacionadas às duas experiências educativas – Escola Comunidade Rural e Escola Família Agrícola Regional – e perpassam todo trabalho.

## 1 - MOTIVAÇÕES: ENTRE A ESCOLA DESEJADA E A ESCOLA REAL

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos[...]. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

Eduardo Galeano citando Fernando Birri (1993)

O desafio em falar de uma escola concreta, real, palpável, a partir de relatos e das vivências de quem acompanha seu dia-dia, ou mesmo de quem lutou para construí-la e para mantê-la, mostrou-se ser um grande desafio para mim. Falar dos sonhos, dos desejos, das utopias de cada interlocutor multiplicou este desafio. Várias perguntas surgiram, entre elas: como descrever a escola desejada, imaginada, a escola que eu vou denominar como “escola utópica”? Como relacionar esta escola imaginada com a escola real construída?

Comecei meu trabalho de pesquisa buscando descrever as utopias, os sonhos, as motivações do caminhar das pessoas que formaram a extinta Escola Comunidade Rural (ECR) ou a atual Escola Família Agrícola Regional (EFAR), ambas localizadas em Brotas de Macaúbas. Busquei olhar para o horizonte formado pelas perspectivas de alguns agentes sociais que foram fundamentais nestas construções. Minha análise parte da descrição das escolas construídas verificando o quanto nos aproximamos da escola imaginada. Eduardo Galeano diz que “a utopia está lá no horizonte” (GALEANO, 1993 p.230), aparentemente distante, porém com a esperança de que é possível alcançá-la. Nesse sentido, os grupos de pessoas que se organizaram para construir a escola dos sonhos, se apresentam sempre caminhando, num processo contínuo rumo ao horizonte, acreditando que a utopia se realize.

Para compreender esse processo parti da seguinte perspectiva: cada um que se envolveu na construção do projeto educativo da Escola Família Agrícola teve suas projeções sobre a escola ideal. Estas projeções, apesar, de em vários momentos estarem sintonizadas e compartilharem esforços destas construções, possuem perspectivas específicas de cada um. São projeções que se relacionam com as trajetórias, que em algum momento se cruzam, convergem

para um projeto comum. Mas esse projeto “comum” é resultado de diversas histórias, desejos e sonhos.

Escola Utópica de cada um, ou a Escola Utópica “coletiva” está relacionada a sonhos individuais e coletivos de uma escola que dialogasse com a realidade dos agentes locais. Uma escola construída, gerida e assumida por eles, de forma coletiva, pautada nos seus modos de vida e centrada na realidade. Além de uma escola aberta para o mundo, disposta a acessar o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade. Para compreendê-la busquei conhecer as motivações e a trajetórias das pessoas, começando pela minha própria trajetória.

Duas questões são fundamentais e que de certa forma permearam minha trajetória de vida, conduzindo-me ao engajamento no processo de retomada da Escola Família Agrícola Regional (EFAR). Esse engajamento me estimulou a conhecer de forma mais abrangente a experiência da Escola Comunidade Rural (ECR), que foi implantada em fevereiro de 1975 e durou até meados de 1994.

A primeira questão se relaciona em compreender o papel da escola na formação de sujeitos sociais conscientes da realidade ao seu redor. Esse papel por sua vez está relacionado a outros ambientes educativos que estão para além dos muros da escola. Tenho como referência o meu próprio processo de formação política, que foi iniciado com a vivência nas atividades familiares e comunitárias, e que se aprofundou na relação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brotas de Macaúbas e na vivência que tive na Escola Casa Santo Afonso e na Pastoral da Juventude (estas duas últimas envoltas num ambiente fomentado pela Igreja Católica).

Nasci e vivi boa parte da minha vida na localidade de Pé do Morro, zona rural do município de Brotas de Macaúbas. Desde muito cedo, estudava, em um período do dia, na Escola Manoel Vitorino e no outro período trabalhava na roça com meus pais. A agricultura sempre foi a principal atividade socioeconômica da minha família.

Em 2001, meu então professor da quarta (4<sup>o</sup>) série do Ensino Fundamental, hoje, 5<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental I, Wemerson Cleiton, chega na localidade de Pé do Morro para lecionar nesta escola. Eu estudava em classe multisseriada desde os anos iniciais do ensino fundamental. O professor, lecionava o dia inteiro, eu estudava no período da tarde na mesma sala que estavam a terceira e quarta séries. A escola estava localizada há aproximadamente dois (02) km da minha casa.

Esse tempo que o professor Cleiton lecionou na Escola Manoel Vitorino, para mim foi um dos poucos momentos da minha trajetória de educação escolar em que a escola fez sentido. Ao contrário da escola que eu conhecia, que era espaço que cumpria apenas o papel de nos controlar e disciplinar, nesse momento, com ação desse professor, eu passei a perceber a escola como um local espetacular, que me instigava a sonhar.

Nesse período, para além de estudar os componentes curriculares exigido para o 5<sup>o</sup> ano, a escola era também espaço de formação do time de futebol, onde disputamos várias partidas com times de outras localidades, como o time do Araci, localidade de referência do Professor Cleiton. Na escola também estimulávamos um lado artístico, na qual destaque o teatro. Lembro que ensaiamos uma peça de teatro para ser apresentada na primeira (1<sup>o</sup>) Celebração dos Mártires<sup>2</sup>, que aconteceu em setembro de 2001, no Povoado de Pintada, Município de Ipujiara. Esse evento, ainda é realizado hoje para homenagear aqueles que foram assassinados pela Ditadura Militar em 1971, em Brotas de Macaúbas e Região. Mas, no final, a peça não foi apresentada. Nesse período também organizamos uma horta comunitária. Essa horta produziu durante todo o ano letivo e era cuidada pelos estudantes, principalmente da minha turma, o 5<sup>o</sup> ano. Na organização do time de futebol, na preparação de uma peça de teatro

---

2- A “Celebração dos Mártires” é um evento de caráter político/religioso, organizado pela Diocese de Barra-Ba e Paróquias da Região de Brotas de Macaúbas, com o objetivo de homenagear pessoas assassinadas durante o Regime Militar aqui nessa região. Essa celebração é realizada anualmente no dia 17 de setembro, na localidade de Pintada, zona rural do município de Ipujiara-BA, local e data do assassinato de José Campo Barreto (Zequinha) e Carlos Lamarca. Nesse evento também são homenageados outras pessoas assassinadas pelo Regime Militar em 1971: Otoniel Campos Barreto e o Professor Luiz Antônio Santa Bárbara. A homenagem também se estende a Josael de Lima (Jota), Manoel Dias.

ou na execução de uma horta, Cleiton trazia elementos educativos, que como ele costumava falar, eram momentos “de conhecer o mundo que estava atrás daquelas serras”.

Nesse período, a convite do Professor Cleiton, fui participar de atividades de formação de lideranças oferecido pelo então Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brotas de Macaúbas. Representantes do Sindicato de Brotas de Macaúbas e demais sindicatos da região Oeste da Bahia participavam do “Curso de Gestores da Agricultura Familiar”, idealizado pelo projeto SEMEAR<sup>3</sup>. Esse curso era modular, com atividades a cada mês. Durante três anos, passávamos um final de semana por mês no município de Tabocas do Brejo Velho, Oeste da Bahia. Considero esse curso o passo inicial no aprimoramento de minha formação política. Essa foi a primeira vez que saí do município de Brotas de Macaúbas. Esse fato ficou marcado em minhas memórias, seja pelo deslumbramento de conhecer novos lugares ou pelo mal-estar, tontura e náuseas causados pela incomum viagem de ônibus.

Fazendo um pouco a memória do período de funcionamento do “Curso de Gestores da Agricultura Familiar”, acho que foi durante os três anos de duração, que ouvi falar pela primeira vez em Educação Popular, Educação do Campo e de pedagogias mais críticas, como a de Paulo Freire. Lembro que, alguns módulos do curso foram ministrados pelo Pedagogo Lindomar dos Santos Araújo. Ele falava muito do pensamento de Paulo Freire e da Educação do Campo. Questões que hoje perpassam minha formação de Educador do Campo, na licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A partir disso, comecei a dar meus primeiros passos, mesmo que limitado, na formulação de reflexões problematizando a realidade. Comecei também a perceber, o “desserviço” prestado à juventude do campo por esse modelo de

---

3 - Projeto realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), através da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). O projeto SEMEAR articulava Agentes sociais ligados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Brotas de Macaúbas, Brejolândia, Baianópolis, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho na região Oeste da Bahia.

escola implantado em nossa região. Por outro lado, possibilitou perceber também o diferencial do trabalho desenvolvido pelo professor Cleiton na Escola Manoel Vitorino.

Ao concluir o 5º ano na localidade de Pé do Morro, passei a morar com os meus irmãos na “Casa dos Estudantes”, localizada na sede do município. Na comunidade de Pé do Morro era oferecido até o 5º ano e não havia transporte escolar e nem tínhamos casa própria na sede do município. A única alternativa era morar na “Casa dos Estudantes”. Esse era um espaço fornecido pela Prefeitura para abrigar estudantes das localidades de todo o município que não era contemplado pelo transporte escolar. O restante do ensino fundamental, cursei no Colégio Nossa Senhora de Brotas.

A vinda para morar na sede do município favoreceu ainda mais a aproximação ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Sempre participava de atividades formativas no STR e ao mesmo tempo continuava fazendo o Curso de Gestão da Agricultura Familiar. Com isso, questões envolvendo a Agricultura Familiar, o desenvolvimento local, a agroecologia, sustentabilidade e a “organização” comunitária, passam a estar presentes no dia a dia, iniciando assim a minha militância.

Essa militância me levou a perceber a necessidade de buscar uma formação de Técnico em Agropecuária, para assim poder colaborar com os agricultores de forma mais qualificada. De 2004 em diante o governo estava promovendo expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultores familiares dos municípios do entorno de Brotas de Macaúbas. Aqui, não se encontravam profissionais da região capacitados para prestar esse serviço. Tivemos que lidar com questões que envolviam ações de agentes de ATER que chegaram em Brotas de Macaúbas vindo de outros lugares. Uma das questões era a falta de conhecimento do contexto local, a indisposição de ouvir os agricultores e os modelos “engessados” dos projetos de ATER que agravavam muito mais a situação que eles deveriam apoiar. Diante disso, resolvi fazer o Curso Técnico em Agropecuária, em Irecê-Ba, na antiga Escola de Agricultura da Região de Irecê (ESAGRI). Esta escola fica a mais de 170 km de

Brotas de Macaúbas e mesmo assim era a mais próxima que oferecia o curso que me interessava.

Antes de ir para Irecê-BA, fazer o curso Técnico em Agropecuária, concomitante com a militância no STR, participava também da Pastoral da Juventude (PJ) da Igreja Católica. Nesses anos de participação na PJ, percebi um “lado” da Igreja Católica que cada vez mais eu queria me afastar. Era o “lado” da igreja que prevalecia os dogmas e o controle sobre os sonhos e ações da juventude. Ao me afastar da PJ, saí consciente que aquela estrutura não me representava. Ela cumpria um determinado papel de mobilização da juventude local, mas, por outro lado, tinha suas limitações ao frear nossa capacidade criativa.

Minha família é toda adepta ao catolicismo, desde cedo fomos “educados” nessa religião. Foi essa inserção da família na Igreja Católica que me levou a participar da Pastoral da Juventude. E, em 2008, também me levou a participar, durante um ano, de uma formação na Escola Casa Santo Afonso.<sup>4</sup> Destaco também que havia na minha família um certo sincretismo religioso; alguns membros, constantemente frequentavam casas de benzedoiras na comunidade e centro espíritas na região.

Na Casa Santo Afonso percebo uma Igreja preocupada com a formação de lideranças comunitárias, capazes de intervir no contexto para transformar a realidade social injusta e fortalecer o modo de vida local. O foco, como nos diz Generosa Araújo, não era formar “crentes fervorosos”, isto é, aqueles que leem a bíblia diariamente, possuem falas carregadas de citações de trechos da bíblia, vão na igreja todos os dias e nunca perde uma missa. Mas sim, pessoas sensíveis para perceber o contexto social, muitas vezes de exclusão, desigualdades e violências. Ainda dentro da lógica da Igreja, essa perspectiva demonstrava um avanço em relação àquela que eu percebi na pastoral da juventude. Pude vivenciar duas concepções de Igreja bem distintas, que se

---

4- A Casa Santo Afonso foi construída e administrada por Padre João Cristiano, para oferecer uma vivência de formação tendo como referência a Ação Católica e a Teologia da Libertação, para liderança leigas das comunidades da Diocese de Barra-Ba, na perspectiva de construir Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Mas a frente retomarei a questão da Escola Casa Santo Afonso.

divergiam em boa parte dos seus preceitos, e especialmente na ação cristã na realidade vivida.

Foi durante essa formação na Casa Santo Afonso que passei a conhecer mais sobre a experiência da Escola Comunidade Rural (ECR) iniciada em 1975 e que durou até 1994. A ECR era uma escola no estilo da que hoje nós conhecemos como Escola Família Agrícola (EFA). Em função do trabalho de formação de comunidade, desenvolvido na época pela Igreja, foi substituído o termo “família” por “Comunidade” no nome da escola, questão que mais a frente irei me aprofundar. A Escola Comunidade Rural, iniciativa pioneira no estado da Bahia

“[...] se tornou, em 1975, a primeira escola em Alternância, nos moldes da Escola Família Agrícola (EFA) da Bahia e a primeira do Brasil fora do estado do Espírito Santo (onde nascera, no seio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES)” De Burghgrave (2011)

Durante a minha estadia na Escola Casa Santo Afonso tomei consciência que a Escola Comunidade Rural compunha um conjunto de três “Escolas” distintas, criadas pela Paróquia em Brotas de Macaúbas para “atender” um público específico, a saber: Escola Casa Santo Afonso, Escola Maria Goretti e Escola Comunidade Rural. Os relatos sobre a Escola Comunidade Rural exaltavam essa experiência. As pessoas sempre falavam da relevância dos serviços prestados por essa escola. Os ex-alunos da Escola Comunidade Rural tinham um alto nível de engajamento nos trabalhos sociais em suas comunidades, militância em sindicato, associações, cooperativas e partido político.

Desde 2008, que a Escola Comunidade Rural já chamava a minha atenção. Sempre quando tinha oportunidade, buscava saber mais sobre essa experiência e o seu legado. A percepção que tive, sobre essa escola, naquele momento, é que ela foi muito significativa para os que por lá passaram. Colaborou de forma decisiva para o engajamento da maioria dos estudantes. Contudo, é uma experiência que, de certa forma, caiu no esquecimento. É quase inexistente estudos sobre a Escola Comunidade Rural e durante quinze (15) anos (1994 a 2009) pouco se falou dela.

Em 2008, em função da vivência na Escola Comunidade Santo Afonso, tive muitos aprendizados relacionado à vida em comunidade, à religião católica, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e passei a ter maior disciplina. Como mencionado anteriormente, foi ano em que desperta minha curiosidade pela Escola Comunidade Rural e reforça o meu gosto pela agricultura, através das aulas teóricas e práticas ministrado pelo professor Raimundo Pôrto. Ele foi, o primeiro presidente da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA).

Termino o ano de estudo na Escola Casa Santo Afonso sem saber que em 2009 se iniciaria o processo de mobilização para a retomada da Escola que tinha sido encerrada em 1994. Foi nesse período que decido fazer o curso Técnico em Agropecuária em Irecê, na Escola de Agricultura da Região de Irecê (ESAGRI).

Lá em Irecê, estudando na ESAGRI, participei da organização da Cooperativa de Estudantes que existia na instituição. Esse era um dos espaços de encontro e de militância dos estudantes. Ao mesmo tempo que estudava, participava de formações políticas e técnicas. No ano final do curso fiz um estágio na organização não governamental (ONG) Centro de Assessoria do Assuruá (CAA).<sup>5</sup> O CAA foi fundado no município de Gentio do Ouro, próximo a Brotas de Macaúbas, na década de 1990. Essa instituição, desde a sua fundação, desenvolve um trabalho de assessoria para agricultores e organizações populares da região, através de projetos de formação política, de convivência como o semiárido e de Assistências Técnicas e Extensão Rural

---

5 - O Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) é uma ONG com sede na cidade de Irecê-BA. Na sua trajetória, o CAA já desenvolveu ações de incentivo ao controle social das políticas públicas, geração de renda, garantia da segurança alimentar, Assistência Técnicas e Extensão Rural, Convivência com o Semiárido. Inicialmente trabalhei no CAA com “técnico” em um Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural chamado “ATER –Agroecológico”. Nele, eu acompanhava 90 Agricultores Familiares dos municípios de Jussara- BA e São Gabriel-BA. Trabalhei também como “técnico de Campo” no projeto de Mobilização Social para Convivência com o Semiárido “Programa uma Terra e duas Água (P1+2)” financiado pela Petrobras. Nesse projeto eu mobilizava os beneficiários para viabilizar a construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para produção e consumo animal, sendo elas: Barreiro Trincheira, Cisterna Calçadão e Barragem Subterrânea. Cada uma dessas tecnologias tem uma forma de ser construída e uma finalidade específica.

(ATER). Em 2010, o CAA já tinha transferido sua sede de Gameleira do Assuruá, em Gentio do Ouro, para Irecê.

Após concluído o curso técnico fui trabalhar no próprio Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) onde tinha estagiado. Ao mesmo tempo que morava em Irecê e trabalhava no CAA acompanhava de longe o processo de mobilização que tinha iniciado desde 2009, em Brotas de Macaúbas, para a retomada da Escola Comunidade Rural. Em Irecê, trabalhando no CAA, atuei em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultores familiares do Território de identidade de Irecê, tendo a perspectiva da Agroecologia como referência. Destaco o trabalho que realizei de mobilização para a construção de tecnologias sociais voltadas para melhor convivência das famílias com o Semiárido<sup>6</sup>.

Em 2010, decorrente do andamento dos processos de organização em Brotas de Macaúbas, o coletivo de pessoas envolvidas na mobilização para a retomada da ECR decide fundar uma associação para ser a instituição mantenedora da futura escola. Me desloco de Irecê para Brotas de Macaúbas, no intuito de participar desse marco importante na retomada da escola e associar na incipiente associação. E assim, seguiu os próximos anos, acompanhando de longe, mas sempre atento os passos dados pelo grupo que mobilizava em prol da retomada da escola. A nova escola, denominada Escola Família Agrícola Regional, começou às suas atividades em 15 de março de 2015, e em 2018 assumo a função de professor-Monitor nessa instituição.

A segunda questão se refere a quais escolas de pensamento poderiam orientar a construção de uma escola contextualizada a realidade ao seu redor.

---

6 - Como apontado na nota anterior, as tecnologias sociais construídas com meu trabalho no âmbito do Projeto uma Terra e duas Águas (P1+2), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) foram: Cisternas Calçadão, Barragem subterrânea e Barreiro Trincheira. A **Cisterna Calçadão** de acordo com a ASA “consiste em um espaço de 200m<sup>2</sup> para captação de água da chuva e reservatório com capacidade para 52mil litros e tem como finalidade armazenar água para a produção de alimentos, plantas medicinais e criação de pequenos animais potencializando os quintais produtivos” (ASA, 2014). A **Barragem Subterrânea** é uma Tecnologia Social construída na areia do riacho, que tem como finalidade principal impedir que a água, principalmente a subterrânea, continue a escoar. Por fim o **Barreiro Trincheira** é um reservatório escavados no subsolo, com paredes verticais que pode atingir até 4 m de profundidade e largura máxima de 3m metros. Ele pode chegar a armazenar 500 m<sup>3</sup> de água.

Essa questão está ligada mais especificamente ao meu aprimoramento no processo de formação marcado pela minha entrada, em 2013, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no curso de Licenciatura em Educação do Campo. As vivências e formações adquiridas na universidade reforçaram minha concepção crítica sobre o modelo convencional de educação, especialmente no que se refere à juventude do campo. Esse modelo se mostra inadequado a uma construção de conhecimentos que valorize o modo de vida de suas famílias, os conhecimentos populares, tradicionais.

As escolas que conheci em Brotas de Macaúbas, mesmo que ainda estejam situadas fisicamente no campo e resistindo aos processos de fechamento<sup>7</sup>, não dialogam com a realidade vivenciada pelos estudantes. Segundo relato de meus professores e colegas da UFRB essa realidade parece perpassar outros municípios. A grande parte das escolas não consideram os saberes locais, a cultura, as formas de produzir e viver no campo. A crítica a esse modelo de escola que está no campo se caracterizaria em três aspectos centrais: currículo inadequado; falta de formação inicial e continuada para os professores para poder interagir com essa realidade do campo; e, trabalhar com as classes multisseriadas sem adequada metodologia. A concepção de educação para os povos do campo se concretizou referenciada no “ruralismo pedagógico”<sup>8</sup>, que preconizava “salvar o Jeca” de sua ignorância e introduzi-lo no mundo civilizado.

---

7 - Há um processo contínuo de fechamento das escolas do Campo no Brasil, que se acentuou nas últimas décadas. “[...] ao comparamos dados do Censo Escolar de 2013 com os dados de 2003, o que leva à constatação de que o número de escolas do campo no Brasil caiu em 31,4%. Tínhamos em 2003, 103.300 escolas do campo e, em 2013, 70.816 escolas; sendo que na área urbana, em 2003 tínhamos 108.600 escolas e, em 2013, 119.890 escolas.” Somente no Estado da Bahia nesse mesmo período cinco mil e setenta e dois (5.072) escolas foram fechadas (MARIANO. Et al, 2014). Hoje provavelmente esses números são bem maiores.

8 - O termo Ruralismo Pedagógico está associado a uma vertente da educação, que segundo Camila Timpani Ramal está ligado ao “processo histórico da educação rural no Brasil que permeia o início da República, fim do século XIX e início do século XX[...]. Esta corrente de pensamento através de seus educadores como, Sud Mennucci, Carneiro Leão e Manoel Bergstrom Lourenço Filho, ampliava nacionalmente a retomada de um ideal de formação do camponês e que por meio do processo educacional seria possível a sua fixação no campo, seu local de origem” (RAMAL, s.d). “Buscavam, assim, contribuir para a fixação do homem à terra, uma vez que a urbanização desenvolve-se como processo cada vez mais acelerado. Pensava-se também na adequação de uma pedagogia própria para essa realidade, com o auxílio de uma formação específica do professor que era voltada para a vida no campo e que deveria estar ligada ao mundo do trabalho. Por assim dizer, as bases da escola rural estavam alicerçadas em

As reflexões realizadas durante o andamento do curso na universidade reforçaram minhas concepções sobre modelo de escola convencional e referenciado no “ruralismo pedagógico”. Na perspectiva que defende a contextualização do ensino ao contexto de vida dos educandos, esses modelos tem um olhar preconceituoso e/ou estereotipado do mundo rural, não servindo para o processo de educação escolar do povo do campo. Indo mais longe, passo a compreender que não são adequadas as concepções que pensam o campo de forma homogênea, me aproximando de concepções que consideram as especificidades locais como orientação para a educação do campo.

Durante o curso de graduação, ao estreitar laços com a Escola Família Agrícola Regional (EFAR), começo a tomar consciência que seus idealizadores estavam em busca de um formato de escola enraizado no contexto local e valorizando saberes socialmente construídos. A EFAR está ligada aos “Centros Familiares de Formação por Alternância” (CEFFAs)<sup>9</sup> que estão assentados em quatro pilares: associação local, que mobiliza pessoas e recursos em torno da escola, como os pais, mães, colaboradores e uma diversidade de parceiros para assumir de forma compartilhada as responsabilidades; Pedagogia da Alternância, através do Plano de Formação e instrumentos pedagógicos específicos, que buscam dialogar com as realidades onde a escola está inserida, almejando a Alternância integrativa de saberes acadêmicos e tradicionais; formação integral que busca abraçar os vários aspectos da vida; e, desenvolvimento local, que procura ormar seus educandos na perspectiva de um uso equilibrado dos recursos naturais, tendo o “Projeto Profissional Jovem” (PPJ) como instrumento impulsionador desse desenvolvimento, os quais vamos abordar mais a seguir, Puig Calvó (2006). Esses pilares dos CEFFAs, tentam dialogar mais com a realidade da base social em que a escola está inserida e

---

conceitos conservadores e de manutenção das ordens sociais, políticas e econômicas reiteradas e ratificadas pelos pressupostos da ideologia ruralista, que se resumiam nos seguintes itens: 1- Valorização do homem rural; 2- Educar é fixar o homem nos limites da terra onde vive e adaptá-lo ao seu meio; 3- Formar a mentalidade do homem do campo; 4- Educação rural como ideologia para a integração nacional” (RAMAL, 2016. P. 57)

9- Terno utilizado para abarcar todas as experiências que utilize a Pedagogia da Alternância , como por exemplo: Escola Comunidade Rural, Casas Familiares Rural e Escola Família Agrícola.

com os contextos dos próprios estudantes, para assim dar sentido e intencionalidade aos processos educativos.<sup>10</sup>

Para realização deste trabalho busquei estreitar relações com pessoas que formaram o grupo que participou ativamente da mobilização para retomar a escola.

Enquanto a universidade possibilitou-me buscar conhecimento teórico acerca da educação do campo, Pedagogia da Alternância e educação contextualizada, as vivências com o coletivo de pessoas da EFAR possibilitaram-me o conhecimento prático. Em 2015, quando iniciou a primeira turma da EFAR, eu já estava inserido em várias de suas atividades, como na preparação da semana de adaptação dos estudantes. De lá para cá participei de outras atividades pedagógicas da escola, como de atividades da Associação Mantenedora da EFAR.

Com o passar do tempo esse engajamento aumentou. Os projetos de pesquisas e extensão desenvolvidos pelo “Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Nova Cartografia Social” – UFRB/CFP, em parceria com a Escola Família Agrícola Regional (EFAR) colaborou decisivamente com meu engajamento. Cada vez mais me aproximava da equipe da EFAR e percebia o envolvimento, empenho e dedicação daquele grupo. Esse fato levantou várias indagações, entre elas a que está na base deste trabalho: quais as motivações que levam essas pessoas a se dedicarem a um projeto dessa natureza? Alguns que participavam da Escola Comunidade Rural estavam agora também ajudando a construir a Escola Família Agrícola Regional. Diante disso, quais motivações levam essas pessoas a permanecerem engajadas, mesmo em contextos sócio políticos tão diferentes?

No momento de decidir o que pesquisar no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mesmo imerso em dúvidas, fui me encaminhando para compreender a experiência destas duas escolas, a Escola Comunidade Rural e a Escola Família Agrícola Regional. Passei a analisar a minha própria trajetória

---

10- Esses princípios, serão retomados de forma mais qualificada mais à frente no texto.

de formação, especificamente a política e de militância, no Sindicato de Trabalhadores Rurais e na Igreja Católica (Escola Casa Santo Afonso). As concepções adquiridas sobre a educação do campo durante a formação acadêmica recebida na universidade também me instigaram a compreender as experiências da Escola Comunidade Rural e da Escola Família Agrícola Regional.

Diante do exposto, decidi pesquisar as motivações das pessoas que participaram no processo de implantação da Escola Comunidade Rural - ECR (1975-1994) e a retomada do projeto (2009 – 2019) em Brotas de Macaúbas-BA. E, para tentar entender esse processo, conversei com pessoas que participaram dessas experiências. Com essas conversas tentei perceber quais as principais motivações que levam ao engajamento na retomada do projeto da escola.

### **1.1 - Sobre os interlocutores da Pesquisa**

Cada um dos oito (08) interlocutores dessa pesquisa apontaram algumas motivações que levaram a aproximarem e colaborarem com a experiência da Escola Comunidade Rural e da Escola Família Agrícola Regional. Cada um dos entrevistados, Generosa, Juraci, Lilian, Thierry, Célia, Nilson, Guiomar e Joaquim, possuem uma trajetória de vida, de certa forma, marcada pela ação da igreja católica. Posso fazer esta afirmação tendo como base as entrevistas realizadas e também pelo relacionamento prévio que tenho com cada um, resultado das vivências e relações estabelecidas ao longo de alguns anos. E é a partir das perspectivas destes interlocutores, inseridos num contexto de fortalecimento da ação social da igreja católica, que vou compreendendo algumas motivações que os sintonizaram na construção do sonho de uma escola contextualizada à realidade local.

Gostaria de apresentar estes interlocutores, no sentido de apontar alguns fatos de suas trajetórias e a forma que cada um contribuiu com este projeto de pesquisa. Tento assim indicar o engajamento de cada um na construção da Escola Comunidade Rural e na Escola Família Agrícola Regional. A descrição a seguir é referenciada no conhecimento prévio que tenho sobre cada um e também decorrente das entrevistas realizadas.

## GENEROSA

Generosa Araújo Oliveira é uma liderança no município de Brotas de Macaúbas. Desde muito jovem assume papel de destaque em vários espaços sociais. Ela nasceu em uma localidade chamada Humaitá, zona rural de Brotas de Macaúbas, mas desde muito jovem mora na sede do município. Ela tinha o sonho de ser professora, mas quando criança enfrentou dificuldades em acessar a educação escolar. Na sua época, para os filhos terem acesso à escola, os pais precisavam pagar o professor. Esse período pode ser caracterizado pela ausência da ação do Estado na educação escolar.

“[...] naquele tempo não tinha escola do governo não, quando eu era criança, não tinha escola do governo [...], meu pai pagou para Adailde e Ana (irmãs mais velhas de Generosa) dois meses de escola. Eu comecei a chorar, querendo também ir para escola, meu pai falou: eu não vou gastar dinheiro com isso não. O professor Chiquinho disse assim, não João (Pai de generosa) ela é criança, pode deixar, ela pode vir, não vou cobrar dela não.” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Dede muito jovem Generosa participava ativamente da Igreja Católica. No início da década de 1960, ela foi uma das pessoas que compunha a equipe formada por Padre Rogério<sup>11</sup> para trabalhar com a Formação de Comunidades, na perspectiva da Igreja Católica.

“[...] ele formou uma equipe que ele chamava de Equipe Central, eu fazia parte dessa equipe, era formada por Bela, Noêmia do Araci, que também estudava aqui e eu. Padre Rogério confiava na gente, ele ia para Barra do Mendes me levava, começamos também um trabalho com jovens aqui nas comunidades [...]” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Após a saída de Padre Rogério da Paróquia em Brotas de Macaúbas, e a chegada de Padre João<sup>12</sup>, ela permanece no mesmo trabalho. Generosa,

---

11- **Padre Rogério Ataíde Caldas Pinto**, recém ordenado, chega a Paróquia de Nossa Senhora de Brotas, em Brotas de Macaúbas, em 1965. Ele fica em Brotas até 1968, quando por motivos de doença na família muda-se para Xique-Xique, pois lá era mais fácil ele se deslocar para Salvador para visitar os familiares com mais rapidez.

12- **Johannes Christiaan Franciscus Appelboom**, nascido em Amsterdã, Holanda. Padre Redentorista, chega no Brasil em 1958, passa um período da sua vida nas cidades de Poços de Caldas e Guaxupé –MG. Em 1968 chega a Brotas de Macaúbas-BA, assume coordenação das Paróquias em Brotas de Macaúbas e Barra do Mendes. Viveu em Brotas por mais de 40 anos, até a sua morte em 2012. Nesse trabalho vamos chamá-lo apenas de Padre João, com era comumente denominado pelas pessoas aqui em Brotas de Macaúbas.

falando das motivações que levaram ela colaborar com a Escola Comunidade Rural e demais trabalhos sociais da Igreja, aponta que:

“[...] motivada pela fé nesse Deus, presente na pessoa de Jesus, pelas ações dele, eu me engajei muito no trabalho da escola, que é trabalho social, não só da escola, como da Saúde, como das equipes todas [...].”  
Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Ela estava construindo uma trajetória de vida muito ligada às questões sociais, na busca de mudanças na realidade local. Nesse sentido, ao continuar com os trabalhos religiosos e sociais proposto pela igreja Católica, Generosa alcança uma certa realização pessoal. Organizar comunidades, na perspectiva das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, é a orientação de fundo de sua trajetória. Ao se inserir nas estruturas da igreja como “leiga”, declina da escolha de ser professora e passa a se engajar no trabalho de base realizado pela Igreja.

“Eu já fui muito motivada nessa linha de querer que transformasse a realidade [...]. Motivada pela fé, eu achei que devia continuar trabalhando com Padre João [...]. Eu já estava fazendo Magistério, quando eu terminei, Padre João me chamou assim e perguntou [...] se eu queria trabalhar em tempo integral com a igreja, visitando as comunidades[...] ou eu queria ser professora? Porque estava no período de concursos e eu queria muito ser professora [...] aí eu fiz uma escolha. Eu disse: eu faço a opção de continuar com o trabalho da igreja.” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Esse trabalho religioso e social, desenvolvido por essa equipe que ela fazia parte, resultou, entre outras coisas, na formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Escola Casa Santo Afonso (CSA), Escola Maria Goretti (EMG) e Escola Comunidade Rural (ECR). Generosa não restringe a sua ação de leiga engajada<sup>13</sup> apenas nas atividades da ECR. Ela considera todo um conjunto de ações pastorais desenvolvida na época pela paróquia com parte de uma processo de compreensão e transformação da realidade.

“[...] em nome da fé, porque ele (Padre João) não separava essa questão da fé. Então, em nome da Fé que você quer melhorar a sua

---

13- O Leigo engajado é aquele que dedica parte de sua vida para o trabalho voluntário na Igreja Católica. “O Cristão leigo é chamado a um estilo evangélico de presença no mundo. Em virtude da fé, deve engajar-se na construção do mundo que se realiza na história, cujo centro é Cristo. Com sua ação libertadora nas estruturas, o cristão empenha a Igreja e testemunha que a salvação trazida por Cristo [...] comporta também libertações humanas. Só o ser humano, porém, transformado interiormente, pode tornar-se porta-voz dessa justiça e santidade nos diversos meios da vida social. (ANDREATTA, 2009).

lavoura, também é o que Deus quer, que todos vivessem bem.”  
Generosa Araújo Oliveira, entrevista em 10/06/2017.

Ela, como integrante da Equipe Pastoral da Paróquia, colaborou durante todo o período de existência da Escola Comunidade Rural. Sua ação, incluía entre outras coisas, ser agente de Pastoral da Igreja para fortalecer a ligação da escola com as comunidades e internamente colaborava como professora de português. Na ECR ela pôde exercer a profissão de sua vocação.

“ Na escola eu ajudava muito [...], tinha, muitos alunos que não tinham estudo. Eu corrigia os Planos de Estudo para descobrir na parte de Português, onde é que eles faltavam mais, quais os erros que mais cometiam? Eu fazia aula de Português com eles. Por exemplo, Nilson<sup>14</sup> ele fez um curso intensivo em Itaberaba. Quem preparou Nilson nas aulas de Português para ir fazer esse curso foi eu.” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

No início da década de 1990 houveram mudanças na administração Paroquial em Brotas de Macaúbas e isso impacta diretamente na vida da escola. O novo pároco não tinha mais interesse de continuar a escola como estava, ligada a estrutura da Igreja Católica. Com isso, a Escola Comunidade Rural (ECR) encerra as atividades 1994, questão que será retomada no capítulo a seguir. Nesse ano, Generosa estava diretora da ECR.

## JURACI

Juraci Oliveira é um agente com forte atuação social no município de Brotas de Macaúbas. Ele tem participação ativa em vários espaços organizativos, com destaque para a associação comunitária da localidade de Alvorada e para a associação de Produtores de Caprinos e Ovinos de Alvorada e Região.

Sua família é ligada à Igreja Católica. Desde criança sua avó materna, que lhe criou, repassou ensinamentos que tinham como referência crenças da Igreja Católica. Esse ensinamento ele levou para a vida e o motivou no seu engajamento social, no estar disposto a colaborar com o outro.

“[...] eu fui criado pela minha avó e sempre escutava ela falar só de Deus. Dizia que “Deus amou o trabalho, quem ajuda os outros, Deus o ajuda.” Eu colocava essas coisas na cabeça, não devíamos pensar só

---

14 - Nilson, egresso da ECR e depois monitor, também foi um interlocutor desta pesquisa.

na gente, tinha que pensar nos outros. Se você tem [...] saúde, trabalho, estava vivendo bem é por que Deus te ajuda, ele te dá isso para você ajudar os outros.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

Essa noção de coletividade, de ajudar o próximo, ser solidário com as iniciativas que preza pela ação coletiva, perpassa toda sua vida. Hoje, além das tarefas já citadas anteriormente, assume também funções na igreja local na comunidade de Alvorada.

Juraci se tornou interlocutor nessa minha pesquisa por dois motivos principais, primeiro: sua participação como estudante na Escola Comunidade Rural (ECR).

“Eu estudei em 1984 e 1985, ai comecei a participar da igreja. Tinha também as reciclagens, todo ano tinha duas, você estudava os dois anos, no início do ano tinha uma e no final do ano tinha outra. [...] o nome da formação que a gente recebia era orientador em agropecuária, não era técnico em agropecuária[...]” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

Ele entra como estudante nove (09) anos após o início das atividades da Escola Comunidade Rural. Nesse período a escola já estava consolidada e, provavelmente, se encontrava no auge da sua atuação. Sua participação na ECR permitiu vivências e experiência que colaborou significativamente com o seu posterior engajamento em questões sociais.

A segunda questão a qual Juraci se tornou interlocutor nesta pesquisa foi sua participação ativa na retomada do projeto em 2009, com o nome de Escola Família Agrícola Regional (EFAR). Ele foi uma das primeiras pessoas a se integrar ao grupo que iniciou as discussões para analisar a viabilidade da retomada da escola em 2009. Participou ativamente dos primeiros trabalhos de base que levou a discussão sobre as possibilidades da retomada da escola para as localidades de Brotas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara. Em 2010, torna-se o primeiro presidente da associação mantenedora da futura escola, a Associação de Desenvolvimento das Comunidades de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE).

Eu, conhecendo a trajetória de Juraci, analisei que era indispensável a sua participação no meu trabalho de pesquisa e decidi convidá-lo para colaborar. Ele reside na localidade de Alvorada, zona rural de Brotas de Macaúbas, distante 20 km da sede do município. Após várias tentativas para marcar uma conversa

mais centrada sobre a sua participação na Escola Comunidade Rural e na Escola Família Agrícola Regional, ela aconteceu no dia 06 de Maio de 2017, em Brotas de Macaúbas na sede do município, na Fundação João Cristiano “Casa Santo Afonso”.

A ideia inicial era que, preferencialmente, essa conversa deveria acontecer na sua localidade, Alvorada. Em função da dificuldade de comunicação, não conseguimos. No dia 06 de maio de 2017, ele veio a sede do município de Brotas de Macaúbas para participar da Assembleia Geral da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE). Aproveitei a oportunidade e propus a ele a realização de uma conversa como atividade para construção de dados de pesquisa.

Nessa oportunidade, Juraci relatou sua trajetória de vida e de engajamento ligada as questões sociais. Ao concluir na ECR, em 1985, a sua formação de “orientador em agropecuária”, com duração de (02) dois anos, intensifica a ação em atividades coletivas na sua localidade e participa constantemente do que denominou de “reciclagens”.

“[...]você vai estudar para orientar a comunidade [...], em torno disso ele (Pe. João) montava essas reciclagens, para alguma dificuldade que você tiver na orientação você anotava. Sejam dificuldades no trabalho em comunidade ou questões da roça você trazia essas questões para ser esclarecidas na reciclagem. Particpei disso até 1989, em 1989 casei e fui para São Paulo, ai parei de participar.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

Ao sair de sua terra natal, Juraci parte com perspectiva de retornar e viver aqui. Ele não viu a saída como um fim em si, mas como um meio, para no futuro retornar. O período que ele ficou em São Paulo serviu para conseguir dinheiro para comprar sua terra, onde hoje vive e trabalha.

“Eu não tinha nada, mas construí minha casa. De repente a mulher aparece com problema de saúde, decidi então ir para São Paulo, aproveitei trabalhei dois anos e comprei um pedaço de terra (na Alvorada). Depois, quando a coisa começou a ficar ruim em São Paulo, eu disse vou embora, venho para cá trabalhar na terra.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

No seu retorno para a Bahia em 1997, ele chega sintonizado com as lutas da sua localidade e volta a assumir tarefas e se colocar a “serviço da

Comunidade”. Em 2009, quando Padre João convocou pessoas dos municípios de Brotas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara para uma reunião, ele estava presente.

“Em 2009, Pe. João fez esse convite, ele mandou uma carta para os líderes de comunidades e para os ex-alunos da Escola Comunidade Rural, convidando para fazer esse debate aqui. [...]. Nós viemos, chegamos aqui na reunião e ele fez o questionamento da ECR, valeu a pena ou não? Vimos que valeu a pena, se tivesse continuado até agora, as coisas estariam diferentes, não estaria na situação que está, tanto as comunidades como o município. O entendimento é que tinha que recomeçar, nessa reunião formou uma comissão e eu já entrei nessa comissão.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

A partir desse momento, Juraci dedicou-se quase que integralmente a retomada do projeto da Escola Comunidade Rural. Em 05 de Julho de 2010, após intensas mobilizações, tornou-se o primeiro presidente da Associação de Desenvolvimento das Comunidade Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE), instituição mantenedora da futura Escola Família Agrícola Regional (EFAR), que iniciaria suas atividades em 16 de março de 2015. Ele assumiu essa função até 2016 quando Guiomar Ribeiro Gomes, se torna o segundo presidente dessa instituição.

Seu empenho, trabalho e dedicação foi fundamental nos momentos mais sensíveis e difíceis da luta pela retomada da escola. Ele estava sintonizado também com um esforço de um grupo que construía um ideário coletivo em torno da necessidade da retomada da escola. Sua postura visou superar as barreiras nos âmbitos financeiro, de articulação política, de mobilização da base social de apoio a futura escola, que naquele momento eram obstáculos para o êxito desse projeto.

### **GUIOMAR**

Guiomar Ribeiro Gomes é agricultor, pertence à Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Barriguda, zona rural do município de Brotas de Macaúbas. Participa ativamente da Associação Comunitária de Jatobá, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e de atividade ligadas a Igreja Católica na Comunidade Jatobá. Sua mãe, Carmelita Gomes, teve forte participação na sua formação política e no incentivo ao seu engajamento nas atividades da comunidade. Ela assumia posição de liderança

na comunidade de Jatobá e Guiomar desde muito cedo acompanhava o seu exemplo de luta.

“[...] minha mãe era uma das lideranças, da linha de frente da formação da comunidade. Era catequista, contribuía com a associação, inclusive minha mãe foi a primeira secretaria da associação de Jatobá, lavrou as atas de fundação, contribuiu com a construção do estatuto[...]”. Guiomar Gomes, entrevista em 12/12/2016.

A militância de sua mãe em defesa dos interesses coletivos da comunidade e sua aproximação com a Igreja Católica, incentivou diretamente na ida de Guiomar, como estudante, para a Escola Comunidade Rural (ECR) em 1988, permanecendo até 1989. Nesse período as ações da Igreja católica, de alguma forma, dialogava com as ações desenvolvidas na Comunidade de Jatobá. Sua mãe viu na escola uma oportunidade para ele.

“Minha mãe ficou muito interessada em me colocar na Escola Comunidade Rural, que funcionava no prédio do CEDEC, onde hoje é a casa de Edvando. Eu fui, [...] incentivado primeiramente por minha mãe e pela comunidade. Eu era um adolescente que participava da catequese, do grupo de jovens em 1988.” Guiomar Gomes, entrevista em 12/12/2016

Ao retornar para a comunidade, após o período de formação na ECR, Guiomar fortalece sua atuação social. Uma das características da escola naquele período era incentivar os estudantes egressos a permanecerem colaborando na sua localidade por pelo menos dois anos. Essa colaboração era considerada como uma forma de retribuição ao apoio recebido durante a sua estadia na escola.

“Quando vim para cá, tinha o compromisso de ficar dois (2) anos na comunidade, ajudando de acordo as experiências que a gente aprendeu lá na escola [...] Eu vim para cá quando saí da escola, cheguei aqui continuei participando da comunidade, cada vez mais aumentava a participação. Cheguei aqui e entrei como coordenador do grupo de jovens, já tinha mais um pouco de maturidade, começamos também o entrosamento com a associação e a comunidade igreja” Guiomar Gomes, entrevista em 12/12/2016

Guiomar permaneceu ativamente engajado na Comunidade Tradicional Fundo de Pasto de Jatobá, morando na localidade de Barriguda, onde casou e constituiu família. Sua disposição e dedicação propiciaram maior engajamento na associação comunitária e nas atividades da Igreja Católica.

“Quando eu saí da escola eu recebi o compromisso de ficar dois (2) anos na comunidade, recebi com muita honra. Até por minha mãe que cobrava muito de mim, e estou até hoje. Antes de casar me associei e passei a participar da diretoria da associação [...]. Comecei a trabalhar

na diretoria, não o da frente, coordenador, mas, através da minha mãe, Carmelita Gomes, ajudava a fazer a ata que já tinha uma experiência. Eu sei que nisso foi juntando a experiência da escola com a experiência que minha mãe tinha como associada e a participação minha na comunidade igreja” Guiomar Gomes, entrevista em 12/12/2016

Com o início das mobilizações em 2009 para a retomada do projeto da Escola Família Agrícola aqui em Brotas de Macaúbas, Guiomar participa ativamente desde o início. Hoje, 2019, ele é o atual presidente da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECROBRE), instituição mantenedora da Escola Família Agrícola Regional (EFAR).

Parte desse breve relato que estou fazendo é baseado principalmente na conversa que tive com Guiomar, no dia 12 de dezembro de 2016, em sua residência, na localidade de Barriguda, zona rural do município de Brotas de Macaúbas. Além do conhecimento prévio que tenho sobre ele, essa conversa permitiu perceber mais sobre sua trajetória de vida, que está ligada, entre outras coisas, ao associativismo, desenvolvimento comunitário e agora a Educação do Campo, através da construção da Escola Família Agrícola Regional. Os seus relatos, sem dúvida perpassam todo esse trabalho.

### **THIERRY**

Thierry De Burghgrave é de origem Belga, radicado no Brasil desde o início da década de 1970. Ele dedicou parte significativa de sua vida trabalhando com Escolas Famílias Agrícolas na Bahia e no Brasil. Colaborou ativamente com a construção da Escola Comunidade Rural (ECR) em Brotas de Macaúbas, que funcionou a partir de 1975. Essa é considerada a primeira experiência de educação por alternância na Bahia.

Thierry chega no Brasil em 1972, inicialmente no município de Barra do Rio Grande, a convite da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN). Esse convite foi mediado por Dom Tiago Gerard Colin (de origem holandesa, naturalizado brasileiro) e Luiz Ferdinando Torres da Costa e Silva (Fred), fundadores da FUNDIFRAN

“[...] foi em um encontro fortuito em 1971, na Bélgica, com dois idealizadores da FUNDIFRAN que desencadeou o processo de minha vinda ao Brasil em 1972. O Bispo de Barra, Dom Tiago Colin, e o Jesuíta Luiz Ferdinando (Fred) Torres da Costa e Silva tornaram-se os facilitadores de tal mudança em minha vida.” (De Burghgrave, 2011)

A sua decisão de vir para o Brasil estava amparada também no que foi considerado o “chamado” da Igreja Católica. Após o Concílio Vaticano II, buscou-se sensibilizar padres e leigos engajados na igreja, para irem para o Brasil e outros países da América Latina, com o intuito de colaborar com o trabalho da igreja e com projetos de desenvolvimento em países denominados, naquele período, de terceiro mundo.

“Nessa perspectiva, a gente já trabalhava com jovens lá naquele tempo, a gente fazia parte de alguns movimentos de juventude, católicos, evidentemente, com esse chamado do Vaticano [...], tanto para missionários, quanto para leigos para se engajar efetivamente em projeto de desenvolvimento, principalmente nos países do terceiro mundo, com ênfase para América Latina.” Thierry De Burghgrave em entrevista realizada em 12/01/2019.

Por intermédio da FUNDIFRAN, conhece a experiência das EFAs capixabas, coordenadas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e faz por lá um estágio de um ano. Em 1975 colabora com a implantação da Escola Comunidade Rural (ECR) em Brotas de Macaúbas, permanecendo aqui até 1982.

A sua colaboração na implantação e funcionamento da ECR, em Brotas de Macaúbas é um dos principais motivos que me levou a convidar Thierry para ser interlocutor nesta pesquisa. Mas evidentemente sua atuação com as EFAs, que não se restringe a essa experiência, também é significativamente importante.

Após mudar-se de Brotas de Macaúbas, colabora também, com a implantação da Escola Família Agrícola de Alagoinhas em 1983. Por um período, Thierry “acompanha as escolas do norte e meio norte e atua como assessor pedagógico da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integrada do Semiárido (REFAISA) nos estados de Bahia e Sergipe.” (BURGHGRAVE, 2011). Soma se a isso, sua atuação como assessor da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB).

Em 2009, ele também engaja-se no processo de retomada da Escola Família Agrícola aqui em Brotas de Macaúbas, colaborado com o processo de construção da escola e também atua como professor. Ele tem experiências teóricas e práticas relacionado a Pedagogia da Alternância e as Escolas Famílias Agrícolas. Toda essa experiência me indicava o quanto era importante a colaboração de Thierry com esse trabalho.

A conversa com Thierry foi dividida em dois momentos. O primeiro aconteceu no dia 12 de janeiro de 2019. O segundo momento aconteceu no dia 25 de janeiro de 2019. Em todos os dois momentos fui recebido em sua residência na sede do município de Brotas de Macaúbas. Cada uma das conversas durou mais de uma (01) hora.

## **CÉLIA**

Célia Santos Novais é moradora da localidade de Humaitá, zona rural do município de Brotas de Macaúbas. Ela colabora ativamente em vários espaços de organização social no município, com destaque para a Fundação João Cristiano “Casa Santo Afonso”. Célia estudou na Casa de Formação Santo Afonso, na turma do ano de 2000. A Casa Santo Afonso foi construída e administrada por Padre João Cristiano. Essa instituição iniciou suas atividades em 1978, para oferecer uma vivência de formação tendo como referência a Ação Católica e a Teologia da Libertação para lideranças leigas das comunidades da Diocese de Barra, na perspectiva de construir Comunidade Eclesiais de Base (CEBs).

Esse ano de formação que Célia passou na Casa Santo Afonso, propiciou a ela construir laços afetivos, sociais que perduram até hoje. Em 2009 ela já trabalhava na Casa Santo Afonso e ao seu modo, trouxe colaboração significativa para iniciar todo o processo de retomada da escola. Partiu dela a iniciativa de apresentar para Francisco Oliveira Prado a estrutura física da Casa Santo Afonso. Francisco estava em Brotas de Macaúbas para participar da “Celebração dos Mártires” e desempenhou papel de motivador para despertar a coragem em pessoas para assumirem a tarefa de reconstruir a escola.

Célia, ao reportar a conversa que teve com Francisco para Pe. João, ele também se enche de esperança. A partir desse dia, toma-se a decisão de mobilizar mais pessoas para começar a discutir a pertinência da retomada da escola. Célia acompanhou de perto todo esse processo, colaborando na construção das ideias, mobilizando mais pessoas e instituições em torno dessa iniciativa.

Em junho de 2010, quase um ano depois dessa primeira conversa, no dia 05 de junho de 2010, foi fundada em Brotas de Macaúbas, a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região

(ADECORBRE), instituição mantenedora da Escola Família Agrícola Regional (EFAR). Nesse momento Célia assume a função de secretária da associação, onde exerceu um mandato.

Célia foi uma das primeiras pessoas a se integrar ao grupo que iniciou as discussões para analisar a viabilidade da retomada da escola. Sua participação foi em parte motivada pelo sentimento de gratidão que ela tem pela Casa Santo Afonso.

“[...] a gente que participou da Santo Afonso tem um certo querer bem, e a gente via toda a história de como foi a Escola Comunidade Rural.”  
Célia Novais, entrevista em 08 de Janeiro de 2019.

Participou ativamente dos primeiros trabalhos de base que levaram a discussão sobre as possibilidades da retomada da escola para localidades de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara

“[...] fomos para as comunidades divulgar a ideia, e saber o que o pessoal achava, se as comunidades tinham interesse[...]”. Célia Novais, entrevista em 08 de Janeiro de 2019

Em função desse engajamento, convidei Célia para colaborar como interlocutora dessa pesquisa que baseou a escrita do TCC. Agendamos a conversa que aconteceu na sede da Fundação João Cristiano “Casa Santo Afonso” no dia 08 de janeiro de 2019. Ela colaborou muito como interlocutora dessa pesquisa, pois fez uma fala rica em detalhes que subsidiou a elaboração desse trabalho.

## **JOAQUIM**

Joaquim Vieira pertence à Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Várzea Grande, que também é a dominação de uma localidade na zona rural do município de Oliveira dos Brejinhos. Ele é agricultor e criador de caprinos. Eu encontrei com Joaquim no dia 15 de julho de 2016 na sede da associação de Várzea Grande. Eu estava acompanhando uma equipe da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em uma visita as famílias. Nesse período já tinha decidido pesquisar sobre o processo de implantação da Escola Comunidade Rural e da EFAR e sabia que Joaquim tinha sido estudante da Escola Comunidade Rural. Aproveito a oportunidade e o convido para um bate papo, que acabou sendo muito breve.

Nesse dia, Joaquim passou a me relatar um pouco sobre sua vida e como foi sua participação na ECR. Ele disse que, após morar um período em São Paulo, retorna para sua localidade em 1976, e nesse mesmo ano inicia seus estudos na Escola Comunidade Rural (ECR), um ano após a sua fundação, concluindo em 1977.

“Thierry já tinha andado pelas comunidades com Idalgizo, quando eu cheguei. A escola ia começar, em 20 de janeiro [...], mas Thierry ainda fez uma reunião em Queimada Nova. Nossa comunidade (igreja) era em Queimada Nova. Ele disse ‘você vão para lá’ e nós fomos mesmo, nós encaramos, vi que era preciso mesmo enfrentar.” Joaquim Vieira, entrevista em 15/07/2016.

Após concluir sua formação na Escola Comunidade Rural em 1977, constitui família e continua vivendo em Várzea Grande. Em 1985, engaja no movimento sindical em um momento que os sindicatos da região estavam nas mãos dos chamados “pelegos”. Ele disse também que colaborou com a fundação da Associação Comunitária

“em 30 de julho de 1989 nós fundamos aqui a associação e eu fui o primeiro coordenador[...].” Joaquim Vieira, entrevista em 15/07/2016.

Outra área de atuação de Joaquim é a defesa das terras tradicionalmente ocupadas das Comunidades de Fundo de Pasto, incluindo a sua, Várzea Grande. Ele participou desde da busca pela demarcação e regularização das terras e posteriormente da constituição da Central de Associações de Fundo de Pasto, articulação política local que representa as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto da Região.

## **NILSON**

Nilson Correia dos Santos reside na localidade de Mata do Bom Jesus, zona rural do município de Brotas de Macaúbas. Ele é professor da Rede Estadual de Educação. Duas foram as motivações que me levaram a convidar Nilson para ser interlocutor nessa pesquisa: ele foi estudante (1975) e monitor (1977 a 1980) na Escola Comunidade Rural (ECR). Conversei com Nilson em sua residência no dia 1º de agosto de 2016. Nessa oportunidade, ele relatou que viveu um período em São Paulo, retornou para Brotas e em 1975, foi estudar na Escola Comunidade Rural (ECR).

“Em 1975 resolvi vir embora novamente, eu trabalhei uns dois anos na capital, aí em 75 retornei para cá. Quando cheguei aqui, já tinha uma turma estudando na Escola Comunidade Rural. Nesse período, teve um colega aqui que desistiu da escola e aí eu pude entrar no lugar

desse rapaz, ele morava aqui em frente. [...] depois que passou as festas, já fui direto para estudar na Escola Comunidade Rural.” Nilson Santos, entrevista em 1º de agosto de 2016.

Nesse mesmo ano, 1975, Nilson se prepara e vai fazer um “exame supletivo” em Itaberaba-BA, distante 328 km de Brotas de Macaúbas. Esse exame conferia a ele a conclusão do Ensino Fundamental.

“[...]me preparei um pouco e no mesmo ano fui em Itaberaba, fiz inscrição e prestei supletivo de primeiro grau em um colégio. Passei três dias lá no final do ano e fui aprovado. Consegui ser aprovado no exame de supletivo de primeiro grau, ai voltei para Brotas com o diploma de primeiro grau.” Nilson Santos, entrevista em 1º de agosto de 2016.

No ano seguinte, 1976, Nilson vai para a cidade de Vitória, no Espírito Santo, fazer um curso preparatório para monitores, com duração de um (01) ano, oferecido pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Nessa oportunidade ele tem contato mais profundo com a Pedagogia da Alternância, nos aspectos teóricos e práticos. Ele estuda em Vitória, Espírito Santo, e faz estágios em várias Escolas Famílias Agrícolas daquele estado.

“Dessa forma, fomos nos preparando, estudava em Vitória e fazia estágio nas escolas família do interior do Espírito Santo, ora no sul, ora no norte do estado. Eu mesmo fiz mais estágios em Alfredo Chaves duas vezes, Jaguaré, hoje município autônomo [...], já mais ao norte próximo a Linhares, fiz também no Blay, município de São Gabriel da Palha [...]” Nilson Santos, entrevista em 1º de agosto de 2016.

Nilson, retorna à Brotas de Macaúbas ainda em 1976. Em 1977 começa a trabalhar como monitor na Escola Comunidade Rural.

“em 1977 comecei a trabalhar como monitor da Escola Comunidade Rural e fui até meados de 1980, três anos e meio” Nilson Santos, entrevista em 1º de agosto de 2016.

Ele compartilhou a sua experiência da Escola Comunidade Rural a partir de duas perspectivas, estudante e monitor, condição que nenhum outro interlocutor dessa pesquisa se encontrou.

## **LILIAN**

Lílian Daniela Rosa de Araújo é residente na sede do município de Brotas de Macaúbas, professora no Colégio Estadual Papa João Paulo I e colaboradora na Secretaria Municipal de Educação. Convidei Lílian para ser interlocutora nessa pesquisa porque ela estudou na Casa Santo Afonso em 2002, e a partir de 2003, tornou-se funcionária dessa casa. Sua experiência em vários espaços

educacionais, e meu respeito a seus posicionamentos, indicavam que ela poderia me ajudar nessa tarefa que estava desenvolvendo.

No dia 10 de janeiro de 2019 marquei a conversa com Lílian em sua residência. Nessa oportunidade ela passou a me relatar o que ela acompanhou do processo de retomada da escola. Ela me falou que, em 2009, quando inicia o processo de mobilização para a retomada do projeto da escola ela ainda trabalhava na Casa Santo Afonso, mas estava afastada.

“eu não lembro quem foi que chamou esse pessoal, eu não me recordo muito bem porque eu estava com problemas de saúde” Lílian Daniela, entrevista em 10 / 01/2019.

Nesse mesmo período ela também fica gestante à espera do seu filho. Se afastou do trabalho na Casa Santo Afonso durante o período de licença maternidade e por esta razão não acompanhou de perto o início das mobilizações para retomada escola. Ao retornar ao trabalho na Casa Santo Afonso ela também volta a acompanhar os acontecimentos sobre a escola, principalmente pelas conversas com Padre João e com Edmilson que representava a Casa Santo Afonso na comissão de mobilização para retomada da escola. Esse afastamento trouxe uma compreensão um pouco distinta do processo de retomada da escola.

Ao apresentar minha trajetória e sinteticamente apresentar meus interlocutores, busco já ir descrevendo o pano de fundo das perspectivas e motivações que basearam a retomadas do projeto de escola contextualizada a realidade local.

## **2 - A ESCOLA COMUNIDADE RURAL – ECR**

A Escola Comunidade Rural foi uma experiência educativa pioneira do campo. Construída em Brotas de Macaúbas em 1975, funcionou até 1994. É considerada a primeira experiência educativa na Bahia a trabalhar com a Pedagogia da Alternância. A Escola Comunidade Rural surgiu inspirada nas Escola Famílias Agrícolas construídas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), e estas por sua vez inspiradas nas *Maisons Rurales Rurales* da França. (De Burghgrave, 2011)

A Escola Comunidade Rural (ECR), foi uma escola de caráter informal, que escapava às regras e normas estabelecidas pelo Estado. A região geográfica onde a ECR foi implantada, abrangia os municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira do Brejinhos e Ipupiara. Esses municípios estão localizados nos limites das Mesorregiões Centro-Sul Baiano e Vale do São Francisco da Bahia. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) esses municípios integram a Região Econômica<sup>15</sup> da Chapada Diamantina (SEI, 2015), limitando a Oeste com a Região Médio São Francisco.

### **2.1 - Contexto histórico/ social do período de implantação da ECR**

Para compreender melhor a experiência dessa escola é necessário trazer alguns elementos do contexto social de sua criação. Quero apresentar, mesmo que brevemente algumas questões relacionadas ao contexto político, fundiário/agrário, econômico/agrícola e o acesso à educação escolar, principalmente para os jovens do campo.

#### **Contexto Político**

Politicamente as regiões da Chapada Diamantina e Médio São Francisco, e por consequência os municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara, foram marcados fortemente pela presença do coronelismo. Nas primeiras décadas do século XX, aproximadamente 50 anos antes da fundação

---

15- De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a divisão regional em Regiões Econômicas foi criada com base na Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991, que instituiu o Plano Plurianual 1992-1995 e definiu a divisão do Estado em 15 Regiões Econômicas (SEI, 2019)

da ECR, todos os municípios citados anteriormente eram controlados política e economicamente pelos chamados “coronéis”. Seguindo o “costume coronelista” da região, o controle do território era estabelecido após fortes confrontos armados, acrescidos por perseguição aos opositores, mortes, repressão e violência. Desde o século XIX que os coronéis dominavam o interior do Brasil. “Os coronéis eram os chefes das regiões do interior do Brasil que monopolizavam o polo econômico e político de determinada região”. (OLIVEIRA, 2017).

O fenômeno sociopolítico do coronelismo imprimiu fortes marcas na história desses municípios. Essas marcas foram impostas através do “mandonismo” dos chefes locais, que não raro utilizavam-se da violência física. Brotas de Macaúbas, por exemplo, em meados da segunda década do século XX, foi palco de confrontos armados entre os coronéis Horácio de Matos e Militão Rodrigues Coelho, pelo controle político do município. A disputa entre coronéis construiu uma sociedade local fortemente polarizada em torno das famílias que detinham o poder.

Nessa época, a expressão máxima de poder era a patente de Coronel da Guarda Nacional. Outras patentes também foram distribuídas, como a de major e capitão, ambas inferiores hierarquicamente a de coronel. Essas patentes davam “*status*” de uma hierarquia militar e legitimavam o poder para aqueles que as detinham.

Mesmo com a Revolução de 1930<sup>16</sup>, que marcaria o fim da época do coronelismo, as famílias detentoras de poder político em Brotas de Macaúbas mantiveram uma espécie de mandonismo que atravessou os restantes do século XX. O que eu estou chamando de mandonismo é expressado principalmente nas

---

16- A “Revolução de 1930” foi um movimento armado liderado pelo civil Getúlio Vargas e pelo Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A Revolução de 1930, derrubou o governo de Washington Luís e posteriormente impediu a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República. No seio desse movimento haviam duas correntes antagônicas o “tenentismo” e as oligarquias. Foi a corrente do “tenentismo” nos primeiros anos da Revolução de 1930, que levou o governo tomar medidas que diminuía o Poder das Oligarquias, conseqüentemente dos Coronéis dessa região. “Após a tomada do poder, o novo governo, paralelamente a dissolução do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais, implementou outras reivindicações dos setores “tenentistas” como a criação de uma legislação trabalhista, a subordinação dos sindicatos a tutela do Estado e a elaboração dos códigos de Minas e de Águas, ambos de orientação nacional-estatista. Também de inspiração “tenentista” foi o sistema de Interventorias adotado pelo governo. Considerado um dos principais mecanismos de centralização, este sistema viria a constituir um importante instrumento de controle e uma cunha do poder central na política local”. (PANDOLFI et al, s.d)

práticas do clientelismo político, na cultura do medo e na falta de autonomia do povo para pensar e decidir sobre sua vida. Nesse sentido o coronelismo ainda se manifesta nos dias atuais.

“Analisando o histórico dos chefes locais e suas relações de poder, é possível perceber o quanto de coronelismo ainda existe nos dias de hoje, mesmo que sob manifestações diferentes, nas atitudes cotidianas de imposição de poderes. A referência à estrutura de poder formada pelos chefes locais amparada na concentração fundiária e na formação do latifúndio é inevitável, tendo em vista o quanto essa “cultura” de mandonismo irradiou-se pelo Brasil, em especial pela região Nordeste”. (GALVÃO, 2012)

Em meados de 1960, dez anos antes da fundação da Escola Comunidade Rural, vozes dissonantes a essa cultura do mandonismo dos chefes locais, herdada do fenômeno sociopolítico do coronelismo, são potencializadas por meio da ação de padres da igreja católica, com ideias mais progressistas e populares. Contudo, é importante afirmar que a igreja não é responsável por forjar o sentimento de autonomia e de repulsa as arbitrariedades do mandonismo dos chefes locais. A igreja católica, através de ações não costumeiras para os padres daquela época, começaram a problematizar questões relacionadas a exploração a que o povo estava submetido e com isso potencializar as várias formas de resistência. Generosa Araújo falando da ação de Padre Rogério Ataíde, em meados da década de 1960 aqui na região:

“Padre Rogério era muito firme nessa questão do social. Quando a gente ia nas missas com ele no Vanique<sup>17</sup>, ele dizia para as pessoas [...] ‘o trabalho na roça é duro e o preço das farinhas era barato. Quando vocês venderem um saco de farinha, vocês vendem com raiva, porque isso é exploração dos atravessadores que compram a farinha’. Nessa linha e o padre Rogério era muito duro, [...]. Eu ainda lembro, que o povo chamava [...] Padre Rogério de subversivo, porque as colocações de Padre Rogério eram assim meio forte né, para o povo tomar consciência da exploração que estava tendo”. Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Primeiramente, Padre Rogério Ataíde, posteriormente Padre João Cristiano, enfrentaram resistência de grupos locais, principalmente daqueles ligados aos ideais conservadores e reacionários, em função dessa forma de agir que trazia algumas características diferente das costumeiras adotadas pela

---

17- Vanique é um povoado do município de Ipupiara-BA, fica localizado a 30 km da sede do município. Nessa época a paróquia de Brotas estendia-se pelos municípios de Brotas, Ipupiara e Oliveira dos Brejinhos.

Igreja católica até então. Nesse sentido, Thierry, falando da ação da Igreja no início da década de 1970 afirma:

“Nesse contexto político dos anos 70, surge uma experiência pastoral diferente, e que abre uma “brecha” nisto, a meu ver. O grande mérito desse trabalho feito por Padre João e pela Igreja Católica naquele tempo, foi de dar uma "respirada" para o povo. Para o povo ver que era importante, que era benéfico, que não tinha nada demais se reunir, discutir os seus problemas, seus problemas cotidianos, da vida, sem necessariamente se expor às sanções, à repressão por parte de autoridades” (Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/01/2019).

A década de 1970, inicia com forte ação do regime militar instalado, anos antes, em 1964. A repressão à pessoas e grupos contrários aos interesses dos que se instalaram no poder através de golpe de estado, estava muito intensa. O Ato institucional nº 05 (AI 05)<sup>18</sup> de dezembro de 1968, na prática, ampliava o poder repressivo do Estado visando fechar o cerco em torno daqueles que ousavam desafiar o governo. No contexto local, esse cenário fortalecia e legitimava as ações e posicionamentos dos grupos que detinham o poder.

Havia também tentativas fragmentadas de resistência que se expressavam de várias formas. A resistência à ditadura implantada no Brasil não estava unida no que diz respeito aos métodos de enfrentamento. A luta armada foi uma opção utilizada por uma parcela desta resistência. Os grupos que fizeram a luta armada sofreram brutal repressão em todo o território nacional e seus membros foram torturados, mortos ou exilados.

Os municípios Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara, tornaram cenário para os “capítulos” finais da caçada implacável aos membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)<sup>19</sup>.

---

18- Os “Atos Institucionais” foram instrumentos legislativos, elaborados pelo poder executivo, que orientavam normas jurídicas pelos quais o regime militar, desde abril de 1964, criou um Estado de exceção democrática.” (VERMEERSCH, 2008), Eles eram uma “[...] legislação de emergência que deveria conferir legalidade e legitimidade ao novo regime [...] (SIKORSKI, s.d). De 09 de abril de 1964 a 14 de abril de 1969, foram editados dezessete (17) Atos Institucionais. O Ato Institucional nº 5 (AI5) de 13 de dezembro de 1968, trouxe uma série de medidas, que mostrou a face mais perversa do regime ditatorial. O AI5 “Suspendeu a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; versou sobre os poderes do Presidente da República para decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências” (BRASIL,2019).

19 - O “nome” mais expressivo do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) naquele período era Capitão Carlos Lamarca. Essa organização surge como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) “conhecido inicialmente com “DI de Guanabara”, ou seja, dissidência da

“No que diz respeito às formas de luta preconizadas para o combate à ditadura dentro do processo revolucionário, o MR-8 defendia a ideia de um trabalho mais profundo junto às massas urbanas, em paralelo com a estratégia de guerrilha rural, sendo esta a mais importante para o movimento, embora, na prática, tenha sido a guerrilha urbana o tipo de ação predominantemente realizado por essa organização socialista.” (SOUZA, 2013)

O MR8, mas em função da repressão no eixo Rio- São Paulo, transfere-se parte dos seus membros (Professor Roberto e Cirilo, apelidado de Lamarca) para a localidade de Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas que se soma a outros da região (Zequinha, Otoniel e Olderico Barreto). O resultado imediato da caçada empreendida pelos órgãos de repressão foi o assassinato de Luiz Antônio Santa Barbara (Professor Roberto) e Otoniel Campos Barreto, no dia 28 de agosto de 1971. Neste dia ocorreu a invasão à localidade de Burti Cristalino. Em 17 de setembro de 1971, assassinaram também, na localidade de Pintadas, município de Ipujiara-Ba, José Campos Barreto (Zequinha) e Carlos Lamarca (Cirilo).<sup>20</sup>

A operação Pajussara que estabeleceu o cerco aos membros do MR8 e sitiou as comunidades da região, construiu uma atmosfera de medo, gerada através da violência e repressão. Esse foi, mais um “capítulo” da história dessa região que se soma a uma trajetória histórica de violações de direitos, onde o povo é a principal vítima, principalmente aqueles que se levantam contra as injustiças.

“Foi uma época difícil, [...], em 1971 houve aquele movimento aí (*morte de Profº Roberto, Otoniel, Zequinha e Lamarca*). Em 1975 a gente começava, quatro anos depois, o pessoal ainda muito chocado, com uma coisa nova. Muitas autoridades locais diziam que isso era comunismo, que era isso, que era aquilo, era bastante complicado”. Nilson Correia dos Santos, entrevista em 1/ 08/2016.

---

Guanabara do PCB” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1986), “surgida no ambiente universitário de Niterói, no estado do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2013). Essa organização iniciou sua atuação em 1966. Após a morte de Lamarca em 1971, o MR8 é desmobilizado no Brasil e em 1972 transfere seus militantes para o Chile. Lamarca, ao sair do exército em 1969, integra a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Essa organização “surge da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no início de julho de 1969, sob a liderança do capitão Carlos Lamarca” (SOUZA, 2013). Lamarca e um grupo de militantes racha com a VAR- Palmares e refunda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A VPR “nome adquirido em dezembro de 1968, deita raízes no processo de dissensão das organizações POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária) e o MNR, no segundo semestre de 1969.” (SOUZA, 2013). Lamarca permanece na VPR até 1971, quando ingressa no MR8.

20- Pode-se encontrar um registro mais apurado desta perseguição no Livro “O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil” de Wilma Antunes Maciel (MACIEL, 2006), “Iara: reportagem biográfica” de Judith Lieblich Patarra (PATARRA, 1992), “Lamarca, o capitão da Guerrilha” de Emiliano José e Oldack de Miranda (JOSÉ e MIRANDA, 1980)

Foi desafiador iniciar os trabalhos da Escola Comunidade Rural em 1975, com uma proposta educativa que não se encaixava na normatização oficial do Estado. Haviam se passado apenas quatro anos que as mortes tinham ocorrido e várias pessoas foram submetidas à tortura. Havia um contexto que não colaborava com essa iniciativa, os acontecimentos que antecederam a fundação da escola, levavam algumas pessoas para o campo oposto dessa ação.

“Era um contexto muito diferente, o motivo disso era justamente, essa nuvem que pairava em cima das cabeças das pessoas, que era esse Regime Militar. Querendo ou não, mesmo aqui tão longe do centro do poder, a gente sentia que tinha alguma coisa que oprimia as pessoas, elas não estavam realmente 100% a vontade, para exercer assim o que a gente chama hoje de cidadania. As pessoas estavam muito mais prudentes, muito mais individualistas também, cada uma em seu canto.” Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/ 01/2019.

Nesse período em que a Escola Comunidade Rural começou, mesmo com o fim da “Operação Pajussara”, estava colocado um cenário de forte repressão, auxiliado pelo conservadorismo local. Mesmo diante desse contexto, as pessoas não desanimaram, não abandonaram o projeto da escola. Também é importante compreender o papel da instituição igreja que serviu como um “guarda-chuva” para o projeto e para as pessoas, dando-lhes apoio e “segurança” e encorajando-as para continuarem suas ações.

“É em tal contexto sociopolítico que a igreja local vinha, pouco a pouco, desempenhando uma visão pastoral renovada, traduzida em práticas e métodos até então desconhecidos pela população local. É no bojo da atividade pastoral, caracterizada pela Comunidade Eclesial de Base (CEB), fora dos padrões conhecidos até então, que vai eclodir, com o tempo e muitos contratempos, uma consciência cidadã, consciência que irá oferecer as condições para o surgimento de novas opções políticas.” (BURGHGRAVE, 2011)

Com o início das atividades da Escola Comunidade Rural não mudou as posições conservadoras e reacionárias da sociedade local em relação a iniciativas mais progressistas. Em geral as pessoas não viam a escola com “bons olhos”, sempre pairava uma atmosfera de desconfiança em relação a essa escola e não havia incentivos por parte dos grupos locais detentores de poder político administrativo para seu funcionamento.

“ O fator político vai jogar um papel importante nisso. Por que, veja bem o que acontecia, as elites locais não estava assim... A prova é que a Escola Comunidade Rural nunca se beneficiou de uma verba pública do município, de município nenhum. [...] nós éramos, naquele tempo uma escola tolerada pelas autoridades, tolerada. Não sei se você capta

bem o que eu quero dizer com essa palavra tolerada? Não era incentivada, mas era tolerada. No fundo, no fundo, como até hoje acontece, certos políticos não veem isso com olhos tão positivos assim. Por causa desse aspecto, de um projeto educativo diferente[...].” Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/ 01/2019.

Nesse período, a Igreja Católica tinha uma ação pastoral que direcionavam as pessoas engajadas, também para construção de outros projetos sociais, para além da Escola Comunidade Rural (ECR). A igreja construía ações paralelas em áreas compreendidas como essenciais, que visava construir possibilidades para uma vida digna das pessoas, vida com maior autonomia. Como exemplo podemos citar as áreas da saúde e educação, onde também verificava-se a ausência total do estado. A Escola Comunidade Rural é um exemplo destas ações na área da educação. Já na área da saúde a Igreja agia com a perspectiva da saúde preventiva:

“Padre João fez cursos, deu kits completos para as parteiras [...] e para as atendentes[...]. Era bonito demais, porque não ganhava dinheiro, a comunidade escolhia, elas voltavam para a comunidade e iam trabalhar e orientar sobre questões de higiene, fossas e filtros. Formou nas comunidades as equipes de saúde, nos cursos eles ensinavam coisas caseiras, remédios caseiros, era uma medicina preventiva [...]. Fazia curativos quando tinha algum caso mais grave, a agente de saúde acompanhava para trazer para o médico. No começo nem posto médico tinha, quando o Padre João chegou aqui não tinha ainda nem um posto” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Essa “segurança necessária” encontrada na igreja em momentos difíceis foi fundamental para a construção da Escola Comunidade Rural (ECR). Contudo, ao logo dos anos que se seguiram o que era visto como proteção e abrigo se transformou em controle e empecilho para que agricultores assumissem maiores responsabilidades no funcionamento, na gestão da ECR. Isso pode ser descrito como um “efeito colateral”? Em que medida é uma forma de paternalismo, inibindo assim, o exercício pleno da participação? Aqui destaco essa primeira contradição, uma escola que nasce para libertar, mas em algum ponto reproduz uma estrutura paternalista, de dependência da igreja. Mesmo que não fosse um objetivo explicitado, consciente por aqueles que estavam na liderança da igreja a época, orientou a construção da nova escola.

### **Fundiário / Agrário**

A Estrutura Fundiária da região de Brotas de Macaúbas, na década de 1970, período de implantação da Escola Comunidade Rural (ECR), oficialmente,

era caracterizada por pequenas propriedades (minifúndios). Essa característica foi um dos fatores que colaborou, segundo Thierry De Burghgrave, com a tomada de decisão para implantação dessa experiência aqui. “ [...] era preferível uma área de pequenas e médias propriedades[...]” (De BURGHGRAVE, 2011)

As informações em relação a estrutura fundiária do município se referenciam em dados oficiais, e permanece uma “injusta distribuição da propriedade[...] e imprecisão dos registros imobiliários” (De BURGHGRAVE, 2011) O Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/CNPq), mostra que o índice de Gini,<sup>21</sup> do município de Brotas de Macaúbas na década de 1970, era de 0,530. Esse grau de concentração, de acordo com esse índice é considerado de médio a forte. Nas décadas seguintes o índice de Gini apontou maior concentração de terras, chegando em 2006 medindo 0,626. Isso significa, o aumento da concentração das terras nas mãos de um número cada vez menor de proprietários.

Convivendo em uma realidade de concentração da terra, é encontrado nessa região formas de uso comum dos recursos naturais<sup>22</sup>. No período de implantação da ECR, em um conjunto expressivo de localidades no município de Brotas de Macaúbas, encontravam-se áreas de terras onde os agricultores/criadores utilizavam os recursos naturais baseados em formas tradicionais de uso. Esse uso, compartilhado, incluía entre outras coisas, a solta dos animais, e atividades de extrativismo vegetal e mineral.

No município de Brotas é possível apontar as seguintes localidades com essa característica de uso dos recursos naturais: Pé do Morro, Buriti do Alho, Jatobá, Barriguda, Lagoa do Capim, Mangabeira, Boa vista, Sumidouro e Malhada. Essa forma de uso da terra encontrada também no município vizinho de Oliveira dos Brejinhos, foi engendrada durante o processo de

---

21- De acordo com Ribeiro e Oliveira (2015) “A concentração da terra pode ser medida através do cálculo do índice de Gini, indicador que mede o grau de concentração de um bem – no caso, a terra. Ele varia num intervalo de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade na distribuição e, quanto mais próximo de zero, menor ela é. A classificação do grau de concentração adotada neste artigo é a de Lourival Câmara (1949), que considera intervalos de valores do índice de Gini, sendo: de 0 a 0,1, concentração nula; 0,101 a 0,250, nula a fraca; 0,251 a 0,5, fraca a média; 0,501 a 0,700, média a forte; 0,701 a 0,9, forte a muito forte; e, 0,901 a 1, concentração muito forte a absoluta.”

22- Para maiores informações sobre o uso comum de recursos ver prefácio do livro Bens Comuns versus Mercadorias, elaborado pelo pesquisador Henri Acselrad (ACSELRAD, 2012)

territorialização<sup>23</sup> das famílias. O uso comum da terra e de outros recursos naturais existentes no território caracteriza uma maneira específica de conciliar o uso familiar, marcando uma forma de viver no semiárido, um modo de vida. (CARVALHO, 2016)

Muitos desses grupos fizeram lutas para defender seu modo de vida, a terra e o território. Um exemplo foi a chamada luta pelo “Bode Solto”, que como o nome já diz, caracteriza uma forma de criar os animais pastejando soltos na Caatinga. ( De BURGHGRAVE, 2011) (CARVALHO, 2014) Outra luta, foi pautar o governo estadual para regularizar terras tradicionalmente ocupadas por essas famílias, como forma de se defenderem da grilagem. Joaquim Vieira, testemunha o processo de luta para enfrentar as tentativas de grilagem de terras na localidade de Várzea Grande, município de Oliveira dos Brejinhos.

[...] logo começou as influências de grilagem de terra. A escola (ECR) tinha uma ligação muito boa com a paróquia e com o movimento sindical, e foi buscar pessoas especializadas [...] Naquele tempo surgiu grilagem de terra, ai nós tivemos com Thierry, ele preocupou muito, aqui as terras não estavam medidas ai entrou grilagem de terras, a gente foi buscar ajuda do polo sindical, em busca de advogados, e trouxemos dois advogados [...] Requeremos ao INTERBA, para fazer as medições, foram feitas as medições, quase todos tem o título da terra registrado em cartório.” Joaquim Vieira, entrevista em 15/07/2016

Esse processo de regularização resultou em duas formas de domínio da terra: a área denominada localmente de individual, que foi regularizada em nome de um proprietário representante de uma família e a terra denominada de coletiva que foi regularizada em nome de uma associação que representa o conjunto de pessoas que usam a terra. Esse modo de vida passou a ter um significado político representado por uma identidade coletiva, que foi denominada de Fundo de Pasto. Essa identidade política foi acionada em várias regiões da Bahia pressionando o governo do Estado a iniciar um processo de regularização fundiária específico. Na região foi mais acentuado em algumas localidades do município de Oliveira dos Brejinhos.

Quero observar que as formas e finalidade do uso dos recursos naturais, bem como as lutas em defesa desse modo de vida, não se estabeleceram de

---

23- Para melhor compreensão do conceito de processo de territorialização e territorialidade específica ver o livro “Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas, do pesquisador Alfredo Wagner Berno de Almeida (ALMEIDA, 2008)

forma homogênea em todas as áreas. A definição de como e quando utilizar a área de uso comum, era tomada pelo grupo de pessoas de cada localidade. Na região do Pé do Morro, por exemplo, a área de uso comum, localizava-se distante das áreas individuais, essa última mais próxima das residências. Outro fator a ser destacado é que o uso não se restringia a pessoas da localidade de Pé do Morro, várias outras localidades, inclusive do município vizinho de Oliveira dos Brejinhos soltavam animais nessa área. Predominava a criação de bovino e só eram soltos para se alimentarem das pastagens “naturais” no período de estiagem, quando as pastagens das roças já não suportavam mais o rebanho.

A solta do gado nas áreas conhecidas como “Serra”, em função do relevo, ou na “Santa Marina”, em função do nome da nascente de água potável, era fundamental para a sobrevivência do rebanho. Contudo, nessa região, só recentemente que começou o processo de busca pelo autorreconhecimento de identidade coletiva enquanto comunidade tradicional ou utilização de nomenclatura que conhecemos hoje como Fundo de Pasto. É um processo diferente das localidades de Jatobá, Barriguda e Lagoa do Capim, que juntos com outras localidades de Oliveira dos Brejinhos, empreenderam lutas para a defesa da criação do bode solto e hoje se auto identificam com Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto.

Nesse período, o engajamento das pessoas em defesa da terra, do território, materializada na luta pela criação do “bode solto”, criou ambiente propício para a potencialização da experiência da ECR. Durante o funcionamento da ECR de 1975 a 1994 um grupo expressivo de estudantes pertenciam às localidades que empreenderam lutas em defesa do bode solto, das áreas de uso comum e de seu modo de vida.

### **Contexto Econômico- Agricultura**

Nessa região semiárida, mesmo com as adversidades do clima, as atividades ligadas à agropecuária sempre foram o principal fator que colaborou com a permanência das pessoas em suas localidades. A agricultura desenvolvida na década de 1970 por esses agricultores, tinha predominância da mão de obra familiar. De forma geral, as ferramentas utilizadas no cultivo da terra eram manuais. Havia poucas propriedades que utilizavam tração animal para

preparar a terra ou fazer tratos culturais e nenhuma atividade agrícola mecanizada.

Os agricultores envolvidos com essas atividades produziam para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local e regional. Era uma modalidade de agricultura que buscava produzir as coisas essenciais para vida naquele local, tendo como referência a diversificação de culturas e a rotação de áreas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra através do senso agropecuário de 1970, que no município de Brotas de Macaúbas, 1.947 informantes que trabalhavam com 2.791 hectares e lavouras permanentes e temporárias, com destaque para a cana de açúcar, mandioca e fumo de folha (IBGE, 1975). A colheita dessas lavouras de cana de açúcar e mandioca eram processados em agroindústrias rústicas obtendo produtos como farinha, beiju, tapioca, rapadura e cachaça, destinados para o autoconsumo e para a comercialização no mercado local e regional.

A criação de animais, principalmente bovinos, caprinos e ovinos, também era uma atividade culturalmente importante na região. As localidades de Jatobá, Barriguda e Lagoa do Capim, no município de Brotas de Macaúbas, quase que exclusivamente, tem tradição em criar pequenos animais, especialmente Caprinos e Ovinos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra no senso agropecuário de 1970, que o rebanho de Caprinos e Ovinos alcançava a quantidade 5.580 animais, aproximando à quantidade do rebanho de bovinos que era de 7.615 animais (IBGE, 1975), sendo esse último, criado em todo município.

Analisando as informações oficiais apresentadas no censo de 1970, percebo que não há registro de produção de hortaliças nesse período. Nesse sentido, Generosa relatando o trabalho desenvolvido pela escola a partir de 1975, traz a seguinte informação.

“o povo não tinha costume de comer verduras aqui, o povo não comia verdura, foi com esse trabalho de escola, de Padre João, que o povo começou a comer [...]” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Essa situação está ligada aos hábitos alimentares e que refletiam também sobre as decisões do que plantar.

No âmbito regional e nacional o processo da “revolução verde” estava a todo vapor. Contudo, essa região que compreende os municípios de Brotas de

Macaúbas, Oliveira dos Brejinho e Ipupiara, nesse período, ainda, não tinha sido impactadas com a mesma intensidade das regiões vizinhas de Irecê e Xique-Xique. Contudo, não estava isenta desse processo da Revolução Verde. Um exemplo é a chegada da monocultura da mandioca, que nas regiões onde predominava a criação do “bode solto” causou conflitos internos entre os grupos.

O polo mais próximo da região de abrangência da ECR que por excelência aplicou a “receita” da Revolução Verde, foi Irecê, e os municípios do seu entorno. Esse projeto pensado para o campo desconsiderava a agricultura praticada na região, baseada em mão de obra familiar e cultivo diversificado. Propunha outra agricultura, com outras referências de produção e de consumo.

O governo ditatorial estava aliado aos donos de grandes extensões de terra. Construiu os caminhos para a transformação da agricultura através do fomento das tecnologias embasadas na Revolução Verde, incentivando o plantio de monoculturas visando o mercado de exportações. Criou-se um contexto sócio-político que fomentava um arranjo econômico que ignorava o modo de vida de famílias desta região, encarando-o como resquício do passado. Esse arranjo econômico estimulou o processo que foi chamado de “milagre econômico brasileiro”. Esse “milagre” foi caracterizado por forte ascensão econômica, grandes projetos e pouco ou quase nada de distribuição da riqueza. O cenário político e econômico era bastante antagônico aos objetivos pretendidos pela escola que iniciava.

Nesse sentido, havia uma lacuna onde a escola se inseriu. Havia um “vácuo” das ações do estado em vários aspectos, como saúde, educação. Com relação à agricultura as ações implantadas não fortaleciam o modo de vida das famílias. Nesse sentido, as pessoas que construíram a escola naquela época, perceberam que havia uma demanda tanto por orientar melhores formas de produção, quanto na formação de lideranças engajadas em defender o modo de vida das famílias da região. Nesse sentido, a escola foi formada com uma mescla de formação técnica em agricultura e formação de lideranças para atuação no campo sócio-político.

### **Acesso à Educação Escolar**

No contexto geral havia expansão das escolas para as áreas rurais. Contudo, em Brotas de Macaúbas e região, na década de 1970, continuava

como nas décadas anteriores, com poucas escolas nas áreas rurais. A grande maioria da população do município, especialmente as que viviam no campo, não tinha acesso à escolarização. Quando existia era principalmente a alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental. Esse cenário se agravava quando referese aos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano). Generosa fala como os jovens estudantes chegavam à Escola Comunidade Rural, a partir de 1975.

“[...]naquele tempo não tinha colégio aqui para as comunidades estudar, era gente que vinha da roça com pouco conhecimento de leitura [...]”Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

Nilson reforça essa concepção, relatando as dificuldades que as pessoas enfrentavam para frequentar a escola, especialmente quando queria fazer o segundo grau. Por um longo período da história do município existiu um único colégio na sede do município, era o Colégio Cenecista, hoje Colégio Nossa Senhora de Brotas. Contudo o acesso para a maioria das pessoas que viviam no campo era dificultado.

“O acesso era mais difícil, em nível de primeiro grau, tinha em algumas escolas [...] Segundo grau não tinha nas localidades, só na cidade. Para ir, você tinha que ter algum lugar para ficar, normalmente quem ia para a cidade ficava na casa de uma família, ficava como empregada, mas sem salário, era como se fosse ajudar para permanecer na cidade e fazer o segundo grau. Não era tão simples assim, e para o masculino era mais difícil ainda, por que o feminino ia ficava em uma casa e ajudava, só para poder permanecer para estudar, a maioria era assim [...]”Nilson Correia dos Santos, entrevista em 1/08/2016.

Ao entrar em funcionamento em 1975, a ECR trouxe para região uma perspectiva diferenciada e inovadora de educação através da Pedagogia da Alternância, mediada pelos seus instrumentos pedagógicos. A escola funcionava em sistema de internato, e para viabilizar isso, providenciava toda estrutura necessária para permanência dos estudantes, inclusive o local para a estadia deles durante os quinze dias que estavam na escola. Essa possibilidade de estudar na ECR livrou uma parcela de jovens, principalmente as meninas, de serem exploradas em “casas de Famílias” para poderem estudar na sede do município.

## **2.2 - A relação da Igreja e a Escola Comunidade Rural**

Para falar dos 19 anos de experiência da Escola Comunidade Rural (ECR), de 1975 a1994, implantada em Brotas de Macaúbas, tenho que também falar da ação da Igreja Católica nessa região. Essa ação estava referenciada em

uma concepção de “igreja” e de religião, que era resultado de um momento histórico e aplicado a um determinado contexto. A Escola Comunidade Rural foi construída no “bojo” das ações de uma corrente progressista da igreja católica, relacionada às “Comunidade Eclesiais de Base (CEBs)”, e que incluíam também “Ação Pastoral” preocupada com as questões sociais presentes nessas comunidades.

### **A Escola Comunidade Rural como braço da ação das Comunidades Eclesiais de Base em Botas de Macaúbas**

Na década de 1960, a Igreja Católica realiza o Concílio Vaticano II, que foi realizado entre 1962 a 1965. Esse Concílio foi um marco na história da igreja católica, pois, junto com outros eventos posteriores com as Conferências Episcopais de Medellín na Colômbia (1968), e Puebla no México (1979), assim determinou a expansão das ações de um ala progressista da igreja católica e da construção das comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>24</sup> em todo continente Latino-americano.

A América Latina em geral e o Brasil em especial, nesse período estava sendo impactada pela ação dessa ala mais progressista da Igreja Católica e ao apelo lançado pelo Vaticano, buscando maior envolvimento de leigos na Igreja. Em Brotas de Macaúbas, nesse período, a igreja local começava a dar sinais de mudanças na forma de atuar inspirada nesse amplo “movimento”.

“foi depois do Concílio Vaticano II, para quem quis colocar em prática que a igreja mudou, transformou, porque antes era uma coisa muito triste era só rezar no culto, não tinha comunidades. Foi depois do Concílio que aconteceu de 62 a 65. O Padre João e o padre Rogério começam esse trabalho, pouco tempo começaram esse trabalho já nessa linha do Concílio Vaticano [...]” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

---

24- Frei Beto define as CEBs assim: “São **comunidades**, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertence a mesma igreja e moram na mesa região. Motivados pela fé, essas pessoas vivem em uma comum-união em torno de sus problemas de sobrevivência, de moradia, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadora. São **eclesiais**, porque congregadas na igreja como núcleo básico de comunidade de fé. São de **Base** integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): dona de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana, na zona rural, assalariado agrícola posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares” (FREI BETTO, s.d)

Ainda na década de 1960, especificamente em 1965, a igreja local, em Brotas de Macaúbas começa a fazer um trabalho, que dez anos depois vai ser a base social que colaborará com a construção e funcionamento da Escola Comunidade Rural (ECR). Esse trabalho da igreja local estava referenciado em uma metodologia que pode ser resumido, de acordo Generosa em “**ver, julgar e agir**” (grifo meu) ou ação, reflexão ação.

“ É em tal contexto sociopolítico que a igreja local vinha, pouco a pouco, demonstrando uma visão pastoral renovada, traduzida em práticas e métodos até então desconhecidos da população local. É no Bojo da atividade pastoral, caracterizada pelas Comunidade Eclesial de Base – CEB, fora dos padrões conhecidos até então, que vai eclodir [...] uma consciência cidadã, consciência que irá oferecer as condições para o surgimento de novas opções políticas. ” (De BURGHGRAVE, 2011)

Em 1975, ano da fundação da Escola Comunidade Rural, a igreja local, em Brotas de Macaúbas já estava completando quase dez anos desse trabalho social, que tinha como objetivo a promoção da pessoa humana nos seus vários aspectos da vida. O centro da atuação da paróquia era o das Comunidades Eclesiais de Base, que estavam sendo organizadas em toda a sua área de atuação. Desde a década de 1970 que a paróquia em Brotas de Macaúbas preocupou também com questões essenciais a vida.

“[...] uso de água filtrada ou fervida, utilização de balde furado para o banho, habito de produção e alimentação de verduras, legumes e frutas, obrigatoriedade da certidão (registro) de nascimento para realizar batismo (quase ninguém tinha documento algum, segundo ele), ações até então inimagináveis para quem vive em completo abandono estatal, pois nenhum representante do poder público ali se manifestava fora do período eleitoral [...]” (MENDES, 2016)

Até hoje Brotas de Macaúbas é um município que sua população é majoritariamente rural, e na década de 1970, era ainda mais. Dentro do trabalho social da Igreja, a equipe pastoral começou a pensar e realizar ações com o povo que vivia no campo e trabalhava com a agricultura, na perspectiva da igreja, segundo Generosa “ [...] nós criamos equipe paroquial de “Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR) [...]”. Essa equipe de Animação dos Cristãos no meio Rural, juntos com o “Conselho de Animadores” da comunidade motivavam a realização de ações na área da agricultura. Essas ações iam desde formações através de reuniões, até atividades práticas como mutirões.

A Escola Comunidade Rural (ECR) nasce com estreita relação com a lógica do trabalho já desenvolvido na paróquia. Generosa relatando sobre a ligação da Escola Comunidade Rural com a paróquia, afirma: “[...] naquele tempo a Escola Comunidade Rural era um trabalho da paróquia, por que o Padre João fez a igreja trabalhar o social [...]”<sup>25</sup>. Nilson analisando o contexto do período de implantação da Escola Comunidade Rural e relação desta com a igreja acrescenta que “na época foi fundamental, não tinha com não ser coligado [...]”<sup>26</sup>.

Nesse sentido, não é demasiado afirmar que a escola nasce, referenciada, entre outras coisas, no trabalho social da igreja católica realizado na época. A formação oferecida pela Escola Comunidade Rural aos jovens que ingressavam era uma mescla de formação técnica e formação de lideranças leigas da Igreja.

“O objetivo de Pe. João quando ele criou isso (Escola Comunidade Rural) foi assim, o nome da formação que a gente recebia era orientador em agropecuária, não era técnico em agropecuária. Ele queria dizer você vai estudar para orientar a comunidade, a visão dele era essa[...]” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017.

O jovem ao ingressar na escola assumia também o compromisso, após formado, de colaborar nos trabalhos sociais realizados em sua comunidade, durante pelo menos dois anos.

Como abordado anteriormente, a Escola Comunidade Rural estava juridicamente subordinada a instituição ligada à Paróquia ou à Diocese. Cada pessoa pertencente à equipe que conduzia o trabalho pedagógico da escola, antes de ser monitor, ele era um “Agente de Pastoral”.

“[...] Você era monitor, mas você tinha que ser agente de pastoral, participava dessas reuniões, fazia dias inteiros de formações com padre João. A gente ia para o campo com as equipes todas, lá tem os assuntos para a gente estudar e debater, porque os monitores eram agente de pastoral. Era uma equipe grande de pastoral, só que eles tinham que ter também noção, porque eles fazem esse trabalho da escola, mas era em nome da fé. Como agente de pastoral você trabalhava como parte da escola, era a religião introduzida sem separar, aqui é religioso e aqui não é [...]” Generosa Araújo, entrevista em 10/06/2017.

## **As outras duas escolas: Maria Goretti e Casa Santo Afonso**

---

25- Em entrevista no dia 10 de junho 2017

26- Entrevista no dia 1 de Agosto de 2016

Antes mesmo da Fundação da Escola Comunidade Rural (ECR), em 1975, foi criado na Paróquia em Brotas de Macaúbas, em 1971, a **Escola Maria Goretti** (EMG)<sup>27</sup>. Essa Escola oferecia formação na área de “Economia Doméstica” ou “Formação para o Lar” para meninas jovens, a maioria delas em situação de vulnerabilidade social. No período que compreende o final da década de 1960 e início da década de 1970, a Paróquia em Brotas de Macaúbas estava empreendendo forte ação pastoral.

Na perspectiva de “sair da problemática puramente religiosa”<sup>28</sup>, muitas ações foram pensadas e desenvolvidas nesse período.

Uma iniciativa que ele teve, [...], foi a Escola Maria Goretti. Quando surgiu a ideia da Escola Agrícola, já tinha a Escola Maria Goretti para atender moças das Comunidades, dar oportunidade a essas moças para vir aqui na cidade, morar no Centro Paroquial, fazer o colégio e ao mesmo tempo, receber uma formação específica, que naquele tempo se chamava “formação para o lar”. O objetivo era essas moças voltarem para suas comunidades depois de um ciclo aqui, e formar nas comunidades o que se chamava naquele tempo de “Clube de Mães”. Orientações na parte de higiene, na parte de alimentação, na parte de primeiros socorros, na parte de corte e costura. Naquele tempo, era interessante isso, a formação para o lar era para preparar as moças, [...] para ter uma participação, exercer uma responsabilidade a nível comunitário também. Quando pensou fazer uma escola do tipo Escola Família Agrícola, já tinha essa experiência. É bom dizer que essa experiência era interessante, mas não era em Alternância, não tinha alternância. A Escola Maria Goretti, trabalhava direto, a prova é que as meninas seguiam o colégio e o colégio não funcionava em alternância. Não tinha esse negócio de ficar um período em casa e um período na escola. Era uma iniciativa da paróquia, para formação de jovens para prestar serviços em suas comunidades, mas não funcionava por alternância” (Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/01/2019).

A Escola Maria Goretti, começa a trabalhar a partir de uma lógica pensada pela Paróquia em Brotas de Macaúbas. Essa lógica tinha com base oferecer formação para uma jovem escolhida pela comunidade, e essa, após concluir um ciclo de formação, geralmente de dois (02) anos, retorna para a comunidade para ser multiplicadora do conhecimento adquirido. No Caso das jovens que participaram da Escola Maria Goretti, elas retornavam para suas comunidades para formar “Clubes de Mães”. O objetivo era

“Formar moças para a responsabilidade, tornado- as aptas para a vida e para assumirem os trabalhos como monitores nas comunidades,

---

27- **Maria Goretti** é considerada Santa pela Igreja Católica. Nasceu na Cidade de Corinaldo, Itália, no ano de 1890. De família empobrecida, vivia em condições de vulnerabilidade social. Morreu ainda adolescente aos 12 anos de idade, vítima de violências.

28- Padre João queria, justamente sair da problemática puramente religiosa, ele queria ver através de uma ação pastoral, o que podia fazer para melhorar a vida das pessoas. ” Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019

dentro de um espírito cristão e de solidariedade humana” (OLIVEIRA, 2008).

Os Clubes de Mães eram o espaço onde elas iam multiplicar/compartilhar os conhecimentos assimilados, e discutir questões ligadas à vida em comunidade e o engajamento dessas agentes sociais. A criação dos Clubes de Mães não era uma inovação local, eles dialogavam com uma ação mais ampla que estava presente em várias regiões do país.

Na região sul de São Paulo mães formavam na época pequenos clubes que eram de início voltados para a convivência e o ensino de alguns ofícios, como costura e bordados. Com o tempo, eles foram se tornando lugares de luta e de mobilização e neles passou também a se discutir a busca de melhores condições de vida e de serviços básicos que o Estado não oferecia com qualidade. O Clube de Mães aos poucos foi ganhando um caráter político que abrangia desde a falta de escola, transporte, saúde e saneamento básico até o preço dos alimentos; foi assim que surgiu o Movimento Custo de Vida que, a partir das necessidades básicas, passou a contestar toda uma forma de organização social que excluía grande parte da população. O “custo de vida” foi a principal causa desses movimentos de bairro, pois os anos de arrocho salarial deixaram os trabalhadores com muitas dificuldades, visto que os salários não acompanhavam suas reais necessidades.” (Diniz, 2015)

A Escola Maria Goretti funcionou independente até 1976, “a partir de 1977, até o ano de 1994, a Escola Maria Goretti foi integrada à Escola Comunidade Rural” (OLIVEIRA, 2008). Contudo, mesmo com o encerramento das atividades da Escola Comunidade Rural a Escola Maria Goretti continuou funcionando.

Outro espaço de formação foi o “Centro de formação Casa Santo Afonso”, “Comunidade Santo Afonso” e “Escola Casa Santo Afonso”, todos nomes dados ao espaço de formação, mais conhecido como **Casa Santo Afonso**<sup>29</sup>. Esse espaço foi construído e administrado por padre João Cristiano, para oferecer uma vivência de formação tendo como referência a ação católica e a teologia da libertação, para lideranças leigas das comunidades da Diocese de Barra, na perspectiva de construir Comunidade Eclesiais de Base (CEBs).

No dia 11 de setembro de 1978, após um mês vocacional, fundou-se a Comunidade Santo Afonso. A Comunidade Santo Afonso (CSA) tem como

---

29- Afonso Maria de Ligório, padre, que após sua morte se tornou Santo da Igreja Católica. Nasceu em Nápolis, na Itália em 1696. Esse Centro de formação, em Brotas de Macaúbas recebe o nome de Santo Afonso, em função da sua dedicação e trabalhos com as pessoas mais pobres que viviam no campo naquele tempo na Itália.

objetivo preparar jovens para ser lideranças na formação de comunidades humanas e eclesiais de base através da consciência comunitária.

“A CSA é uma escola de formação essencialmente religiosa, com assuntos gerais, formação para a cidadania e formação agrícola. É, sobretudo, uma preparação de leigos para as comunidades.” (ALCÂNTARA, 2008)

A Comunidade Santo Afonso funcionou de 1978 a 2011. Durante esse período, passou por esse espaço cerca de 165 jovens, inicialmente vindos das comunidades de Brotas de Macaúbas e a partir do final da década de 1990 de toda a Diocese de Barra. A formação oferecida nesse espaço tinha duração em média de dois (02) anos. Contudo houve casos que jovens permaneceram mais de dois anos e uma parte apenas um (01) ano.

Esse espaço tinha a premissa de trabalhar com turmas pequenas, mesmo com a real possibilidade de evasão de estudantes durante o ano. O Relatório de Atividades da Paróquia Nossa Senhora de Brotas de 1981, traz avaliação sobre a atuação da Comunidade Santo Afonso “funciona já desde 1978, continua sendo uma experiência positiva até agora [...] começou o ano com 06 jovens: Alice, Judite, Creuza, Celina, José e Oldaque”. Como mencionado em 1981, foram apenas seis (06) jovens, mas normalmente estabelecia-se um limite de até no máximo doze (12) jovens para ser admitido a cada ano.

### **A Diocese, a Paróquia e o papel da FUNDIFRAN**

Dentre várias estruturas existentes na igreja católica, a diocese e as paróquias são a base local de ação da igreja. Cada diocese comporta um certo número de paróquias. Essa divisão representa a organização da ação da igreja em um determinado espaço territorial. É comum a diocese levar o nome da cidade onde está sediada sua sede. A diocese de Barra, criada em 1913, tem sua sede na cidade da Barra, na margem esquerda do Rio São Francisco, localizada na região do Médio São Francisco. Na sua criação, seu espaço territorial estendia-se de norte ao oeste do estado da Bahia, incluído as regiões de Juazeiro, Irecê, Bom Jesus da Lapa e Barreiras. Com o passar dos anos outras Dioceses foram criadas, Juazeiro (1962), Bom Jesus da Lapa (1962), Barreiras (1979) e Irecê (1980), e com isso seu território de abrangência foi diminuído, hoje ela abrange apenas onze municípios da região centro-oeste.

Geralmente uma Paróquia corresponde ao território de um município. Mas isso não é regra, por exemplo: a paróquia de Nossa Senhora de Brotas, em Brotas de Macaúbas, foi instituída em 1847<sup>30</sup>, no momento em que eleva a categoria de freguesia, o arraial de Nossa Senhora de Brotas, atual município de Brotas de Macaúbas. Essa paróquia abrangia um vasto território, na atual diocese de Barra. Mas, como no caso da Diocese, com o passar dos anos, a paróquia também diminuiu sua abrangência territorial. No início da década de 1970, segundo Generosa Araújo<sup>31</sup>, a paróquia Nossa Senhora de Brotas ainda abrangia os municípios de Ipupiara, Brotas de Macaúbas e parte do município de Oliveira dos Brejinhos. Hoje, a realidade é bem diferente, cada um destes municípios possuem suas paróquias e no próprio município de Brotas existem duas paróquias.

Como já mencionado, no início da década de 1970 a igreja católica estava inspirada pelo “Concílio Vaticano II”, provocando mudanças significativas em suas ações locais. A instituição Igreja havia se aliado a organização colonial e ajudou sua legitimação. Com a independência do Brasil a igreja continua como um dos pilares que legitimava as hierarquias sociais e buscava amenizar as tensões e os conflitos, quase que predominantemente em favor das classes dominantes. A ação social da igreja era basicamente assistencialista.

Depois do “Concílio o Vaticano II”, e as conferências que o seguiram, parte dos membros da igreja estavam mais preocupados com as questões sociais que impactavam à vida das pessoas. Em vários lugares ações pastorais são realizadas e colaboram de forma positiva com a superação dos problemas sociais existentes. Os problemas estavam ligados a falta de acesso a saúde, educação, saneamento básico, água potável, aos meios de comunicação. Os problemas perpassavam pela questão da violência, do mandonismo dos políticos locais e concentração de terra. Em várias paróquias, desse vasto território da

---

30- Esse fato acontece quando “em 1847, o Arraial de Nossa Senhora de Brotas se acha em condição de sediar a freguesia, conquista ocorrida na Assembleia Legislativa Provincial, pela aprovação da Lei Provincial de nº 256, promulgada em 16 de março[...] com seu território vinculado a vila de Macaúbas[...] Uma freguesia corresponde a uma subdivisão de uma diocese da Igreja Católica, onde se registrava os livros de Batismo, casamentos e óbitos. Naquele tempo não havia separação entre a Igreja e o Estado. A freguesia era tanto uma instituição eclesiástica quanto civil [...]” (MATOS, 2018)

31- Generosa Araújo em entrevista no dia 10 de junho de 2017.

diocese de Barra, começam a nascer iniciativas que problematizam questões concretas da vida cotidiana e buscam intervir na realidade.

A diocese de Barra e paróquia de Brotas de Macaúbas são também inspiradas pela renovação da ação pastoral, pela proposta do fortalecimento das comunidades eclesiais de base. Antes mesmo da fundação da Escola Comunidade Rural vinha sendo desenvolvido um trabalho de cunho religioso e social, considerado inovador, e que fugia dos padrões de ação da igreja até então praticado. Esse trabalho era coordenado pelo Padre João Cristiano, de origem holandesa, radicado em Brotas de Macaúbas desde 1968. Ele era auxiliado por uma equipe, e nesta, estava Generosa Araújo Oliveira.

“Na época de Padre João foi aquele momento da criação das comunidades (Comunidades Eclesiais de Base) [...]. Foi um momento de impulso muito forte, de criação de associações e comunidades, ou seja renovação [...].” Guiomar Gomes<sup>32</sup> (2016).

Nilson dos Santos, também, nesse sentido, argumenta

“[...] no município de Brotas, quem começou a organizar as comunidades foi Padre João. Padre João, ele chegou com aquela ideia do Concílio Vaticano II. Eu mesmo quando cheguei aqui, foi no período do Bispo Dom Tiago Colin, eles começaram a organizar as Comunidades Eclesiais de Base. Foi a partir daí que começou a melhorar mais, a se organizar mais o pessoal.” Nilson Correia dos Santos<sup>33</sup> (2016).

Nesse contexto nasce a **Fundação para o desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN)** em 1971. O pioneirismo e objetivos da FUNDIFRAN, uma precursora do que hoje conhecemos como ONG, tinha uma estreita ligação com a Igreja Católica, mais especificamente com a Diocese de Barra.

“ Entidade pioneira e das mais representativas da ação coletiva do Alto-Médio São Francisco [...], tinha como meta a promoção humana no Vale do São Francisco.[...] A Fundifran foi criada em 6 de agosto de 1971, como entidade jurídica ligada à Diocese de Barra – Bahia, localizada no Vale do São Francisco, mais precisamente no Médio São Francisco,[...] pela iniciativa do Bispo D. Thiago Gerard Cloin (1967-

---

32- **Guiomar Gomes** reside na comunidade tradicional de Fundo de Pasto de Barriguda município de Brotas de Macaúbas-BA. Participa ativamente da comunidade Igreja e da Associação Comunitária de Jatobá. Estudou na Escola Comunidade Rural (1987/1988), atualmente é Presidente da Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE), instituição mantenedora da Escola Família Agrícola Regional (EFAR). Essa entrevista foi concedida no dia 12 de dezembro de 2016, em sua residência.

33- **Nilson Correia dos Santos** foi estudante (1975) e monitor (1977 a 1980) na Escola Comunidade Rural (ECR), atualmente é professor da Rede Estadual de Educação e reside na localidade de Mata do Bom Jesus, onde concedeu essa entrevista em 1 de agosto de 2016 na sua residência

1976) e do Padre jesuíta Fred da Costa e Silva – o primeiro presidente da entidade.” (ESTRELA, 2011)

Nesse sentido, a FUNDIFRAN, nascia com a meta da promoção humana, e inspirada pelo momento de transformação que a Igreja Católica passava, após o Concílio Vaticano II, seguido das Conferência de Medellín/Colômbia e Puebla/México<sup>34</sup> (ESTRELA, 2011). Com essas prerrogativas, a entidade estava atenta às várias questões sociais relacionado ao contexto da sua área de atuação, como: comunicação, saúde, trabalhos educativos, “luta pelo bode solto” especialmente na região de Oliveira dos Brejinhos e a luta pela terra. (ESTRELA, 2011).

A FUNDIFRAN durante sua existência teve vários direcionamentos de suas ações.

“A entidade implementou na região uma política que combinava ações assistenciais e de cunho político/formativo, assumindo no que diz respeito a alguns aspectos, de certo modo, o papel do Estado, passando a desenvolver ações nos campos da medicina preventiva, da educação, da higiene, bem como projetos de cunho comunitário, voltados à participação popular.” (ESTRELA, 2011)

Para financiar as ações previstas dentro de sua política os fundadores da FUNDIFRAN, buscam recursos financeiro em várias partes do mundo.

“Após a criação da entidade, seus mentores partiram em direção a vários países da Europa, bem como dos Estados Unidos e do Canadá, visando angariar recursos para os projetos que tinham em mente desenvolver junto às comunidades mais carentes da Diocese de Barra. Desde o princípio de sua atuação e por mais de uma década, a entidade contou com o apoio de várias agências internacionais sediadas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, pois, naquele momento, havia um clima favorável por parte da chamada cooperação internacional em atuar na América Latina e no Caribe” (ESTRELA, 2011)

---

34- A **II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**, foi realizada na cidade de Medellín, Colômbia, em 1968. Ela “foi um marco histórico para o Catolicismo e, por conseguinte, para o Cristianismo do continente. Tanto quanto o Concílio Vaticano II significou para a Igreja em geral uma virada de percepção e de posturas, a II Conferência o foi para o continente, significando, de fato, um modo original de aplicar o Concílio à realidade latino-americana” (PASSOS et al, 2018). A **III Conferência Episcopal Latino- americano** foi realizada na cidade de Puebla, no México em 1979. Entre a II e III surgiram as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. “As Comunidades Eclesiais de Base são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo”, (SANTIAGO, 2012). Os países da América Latina, quase todos, estavam sobre Regime Militar, em função do contexto político a igreja latino-americana durante a III Conferência faz “Opção preferencial pelos pobres”.

A atuação da FUNDIFRAN possibilitou a mobilização de pessoas que engajaram-se em projetos sociais aqui na região da Diocese de Barra. Em uma dessa viagens para a Europa, especificamente na Bélgica, os fundadores da FUNDIFRAN, Dom Tiago (de origem holandesa, naturalizado brasileiro) e Luiz Ferdinando (Fred), encontraram e motivaram Thierry a vir para o Brasil. A ideia inicial, era ele deslocar-se para o Brasil para colaborar com os trabalhos da FUNDIFRAN, na Barra do Rio Grande, que, posteriormente, o levou a se engajar no processo de implantação da Escola Comunidade Rural, em Brotas de Macaúbas, em 1975.

“[...] foi em um encontro fortuito em 1971, na Bélgica, com dois idealizadores da FUNDIFRAN que desencadeou o processo de minha vinda ao Brasil em 1972. O Bispo de Barra, Dom Tiago Colín, e o Jesuíta Luiz Ferdinando (Fred) Torres da Costa e Silva tornaram-se os facilitadores de tal mudança em minha vida.” (BURGHGRAVE, 2011)

Foi trabalhando na FUNDIFRAN que Thierry conheceu as experiências das EFAs Capixabas. Ele fez estágio de um ano, em 1973, nas EFAs ligadas ao MEPES<sup>35</sup> no Espírito Santo. Como já mencionamos, quem também já tinha visitado essa experiência das EFAs no Espírito Santo era o padre João Cristiano. Ailton Alcântara relatando os fatores que contribuíram com a criação da Escola Comunidade Rural diz:

“Pe. João Cristiano, em viagem para conhecer experiências de trabalhos de base em outros lugares, chega a Anchieta (ES), onde conhece uma Escola Família Agrícola (EFA). Por lá, também passou Thierry De Burghgrave – cooperante belga que na época atuava na Fundifran, na Diocese de Barra” (ALCÂNTARA, 2008.)

Thierry foi sensibilizado pela ideia de construir uma experiência educativa na área de abrangência da FUNDIFRAN, que correspondia ao território da Diocese de Barra, e da escolha de um local para implantação de uma Escola Família Agrícola.

“[...] a iniciativa do que, futuramente, seria a Escola Comunidade Rural, nascera e germinara no bojo da Fundação para o Desenvolvimento Integrado do São Francisco – FUNDIFRAN” De Burghgrave (2011).

---

35- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), fundado em 1968, em Anchieta-ES, “tinha como finalidade a promoção da pessoa humana, através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange à elevação cultural, social e econômica dos agricultores.” (NOSELLA, 2014). O MEPES não nasce com a finalidade exclusiva de trabalhar com Educação através das Escolas Famílias Agrícolas, ele nasce prevendo promover ações na área de Saúde, ação comunitária, formação e reflexão.

Contudo, é indispensável ressaltar que a FUNDIFRAN desde sua concepção enfrentou dificuldades de aceitação, tanto por parte do clero da diocese de Barra, como por parte da elite local. A tensão sugira desde a fundação da instituição, motivados entre outras coisas, pela doação feita pelo Bispo D. Tiago Gerard Colin, de parte dos bens da diocese, à nova instituição.

“Para levar a efeito a criação da entidade e em cumprimento às exigências legais, a mesma recebeu em doação vários bens da Diocese, inclusive, o Palácio Episcopal, fato que causou estranhamento aos paroquianos, especialmente, à elite econômica barrense, que, a despeito de momentâneo entusiasmo em relação à entidade, passou a mantê-la sob suspeição, não envidando esforço em combatê-la. A doação desses bens, convém reiterar, constituía-se em ponto de tensão, envolvendo, além das elites barrense, párocos não identificados com as ações da Fundifran (alguns, inclusive, jogavam no campo da esquerda, como era o caso do pároco de Xique-Xique) e paroquianos. Esses grupos, articulados ou não, sempre moveram ações no sentido de questionar a doação, pregando a total devolução dos bens consignados à entidade. (ESTRELA, 2011)

Quando Thierry retorna do Espírito Santo, após ter vivenciado a experiência no MEPES, ele encontra um cenário de “mal-estar” entre a Diocese e FUNDIFRAN. Na prática isso inviabilizava iniciativa de construção da Escola Família Agrícola a partir da FUNDIFRAN e o direcionava para a realização de tal tarefa com a paróquia de Brotas de Macaúbas, que tinha uma Ação Pastoral que dava espaço à construção da EFA.

“[...]a FUNDIFRAN que me mandou fazer esse estágio no Espírito Santo. Quando eu voltei já tinha esse mal-estar entre a Diocese e a FUNDIFRAN. Eu tive que tomar uma decisão, tive que optar, ou ficava em um projeto de Escola Família Agrícola com a FUNDIFRAN ou com a paróquia de Brotas de Macaúbas. A gente tinha visto que para implantar na Diocese uma Escola Família, as paróquias de Barra do Mendes e Brotas de Macaúbas eram as mais adequadas. Então, eu optei pessoalmente por trabalhar com Padre João, aqui na paróquia de Brotas de Macaúbas, principalmente por causa desses motivos, que a paróquia já tinha toda uma experiência de trabalho com as comunidades, formação de agente comunitário, pastorais, etc.” (Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/01/2019).

Generosa Araújo, acompanhou desde o início o processo de implantação da Escola Comunidade Rural e colaborou em seus 19 anos de funcionamento. Trabalhou ao lado de Padre João, na Paróquia desde a sua chegada em 1968. Ela referindo ao início das conversações entre Thierry e Padre João para implantar a escola diz:

“[...] quando ele (Thierry) encontrou o Padre João, [...] ele estava procurando fazer a experiência, [...] para ter uma escola dessa lá, em Barra. Mas, pelo que eu sei, na Barra, não tinha uma organização de

comunidade como tinha em Brotas, já que em Brotas tem, ele veio aqui e conversou com o padre João [...]” Generosa Araújo Oliveira<sup>36</sup> (2017)

Padre João Cristiano e Thierry, conheceram as experiências do Escolas Família Agrícola (EFA) no Espírito Santo, coordenadas pelo o MEPES, em momentos distintos. O primeiro oportunizado pela Paróquia em Brotas de Macaúbas e o segundo pela Fundação pelo Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN). A partir dessas relações o projeto da Escola Comunidade Rural (ECR), foi sendo moldando e construindo as condições necessárias para o seu funcionamento em 1975.

“Então o Padre João já tinha pensado nisso também, o Padre João já conhecia o método das Escolas Famílias Agrícolas, por que ele tinha visitado o MEPES no sul do estado do Espírito Santo. Ele não sabia bem como iniciar, ele não tinha as pessoas a disposição dele para começar um trabalho desse, nos juntamos e o projeto da ECR surgiu a partir dessa colaboração” Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019.

O processo de construção dessa experiência educativa foi permeado de coesão, rupturas e reconstruções. Foi um processo com ida e vindas, com mudanças na proposição inicial, com adequações e ressignificação ao longo do processo de implantação, ao passo que alguns apoiadores iniciais se afastavam, outros se aproximavam mais do centro da condução do processo. A Escola Comunidade Rural foi uma escola inspirada nas Escolas Família Agrícola (EFAs) e nasceu referenciada nas experiências das escolas implantadas pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Todavia, o desejo de construção de uma escola nesses moldes, não significou a reprodução exata do modelo. Ela foi submetida à mudanças e adequações de acordo o contexto local, à perspectivas das pessoas envolvidas em sua construção e a orientação da igreja local.

---

36- **Generosa Araújo Oliveira** reside na sede do município de Brotas de Macaúbas-Ba. Desde muito jovem assume papel de liderança em vários espaços. Participa ativamente da Igreja Católica desde a década de 1960. Colaborou ativamente na formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Brotas e região. Dedicou sua vida aos trabalhos sociais da Igreja Católica com destaque para a Comunidade Santo Afonso, Escola Maria Goretti e Escola Comunidade Rural (ECR). Pautado nos seus princípios religiosos teve e tem forte atuação política. Na década de 1980 fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) em Brotas, e por esse partido exerceu dois (02) mandados de vereadora na década de 1990 e candidatou a prefeita em 2004. Soma se a isso, o fato de ela está diretor da Escola Comunidade Rural (ECR) em 1993, ano do seu fechamento. Essa entrevista foi concedida no dia 10 de Junho de 2017, em Brotas de Macaúbas na sede do município, na Fundação João Cristiano (Casa Santo Afonso).

Nesse sentido, a Escola Comunidade Rural (ECR) é resultado das múltiplas colaborações. Destaco inicialmente o papel da FUNDIFRAN, mas logo após, quando a FUNDIFRAN sai de cena, é a paróquia em Brotas Macaúbas que assume papel central na mobilização. Foi relevante a ação de várias agentes ligados a essa instituição, entre eles: Generosa, Thierry e Pe. João Cristiano.

“Segundo os entrevistados, dois principais fatores contribuíram para o surgimento dessa escola: um surgiu da ação paroquial junto às comunidades, especialmente com os Dias de Educação Comunitária. [...] Por caminho diferente, Thierry seguia na mesma direção. Animado com a experiência capixaba, que conheceu em 1973, Thierry fez estágio de um ano no Mepes, entidade responsável pela criação e gestão das EFAs naquele estado. O objetivo era voltar e implantar uma escola na Diocese de Barra. Esse foi o segundo fator que originou a ECR.” (Alcântara, 2008)

### **2.3 - O desafio de uma escola integrada no contexto dos estudantes**

A Escola Comunidade Rural foi uma escola pioneira nessa modalidade aqui na região. Uma escola não oficializada, não reconhecida pelo Estado, atenta às realidades de seu tempo e preocupada com o contexto que esses jovens e suas comunidades estavam inseridos. Buscou trabalhar na medida do possível os quatro (04) princípios que caracterizam os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) em todo o mundo, sendo eles: Pedagogia da Alternância, Associação local, Formação Integral, e Desenvolvimento local. Com isso, os egressos da Escola Comunidade Rural tiveram atuação de destaque em vários espaços em suas comunidades e na região, proporcionado maior engajamento nas questões sociais.

#### **Os Quatros Princípios dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs)**

Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) é a nomenclatura utilizada para abarcar as várias experiências, da qual também se insere a Escola Comunidade Rural (ECR). Os CEFFAs têm com referências quatro princípios que orientam a construção dessas experiências educativas, desde seu surgimento na França. A Pedagogia da Alternância e a gestão comunitária através de uma associação são considerados princípio meio para alcançar as finalidades que são a formação Integral e desenvolvimento local.

No período de implantação da Escola Comunidade Rural, esses quatro princípios não estavam elaborados da forma que se encontram hoje. Principalmente no âmbito da Pedagogia da Alternância alguns instrumentos pedagógicos ainda não tinham sido construídos. A forma como esses princípios foram aplicados na experiência da Escola Comunidade Rural divergiu da experiência das EFAs do Espírito Santo.

“A Escola Comunidade Rural, o nome já indica, sai da Escola Família Agrícola, vem para Brotas de Macaúbas a experiência mas muda de nome. Já era um sinal, já era um indício, que aqui era uma Escola Família Agrícola até certo ponto. Não podia dizer, que era exatamente a mesma coisa das Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo”  
Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019.)

A não observância da totalidade dos quatro princípios postulado pelo CEFFAs, desde seu surgimento na França, aqui na experiência da Escola Comunidade Rural em Brotas de Macaúbas é compreendido quando observamos o contexto a qual ela foi implantada. A escola foi construída dentro da estrutura organizacional e administrativa da Paróquia “a escola era um meio para [...] a atingir os objetivos pastorais da paróquia” (Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019.). Nesse sentido, a escola foi moldada de tal forma, que se afastou um pouco em alguns aspectos, do formato que conhecemos hoje das EFAs. A seguir, apresento breve aspectos de cada um desses princípios com foco na forma como foram trabalhados na época.

### **Pedagogia da Alternância**

A Pedagogia da Alternância como princípio fundante dos CEFFAs, tornou parte indissociável na prática cotidiana dos agentes que trabalham na Escola Comunidade Rural naquele período.

“A gente utilizava esse programa de Alternância, [...] base fundamental da Escola Família ou Escola Comunidade[...]. Você passa um tempo na escola e outro tempo na comunidade ou família. Você vai na realidade, depois foge da realidade para estudá-la. Vai com a as questões relativa as problemáticas locais, você pesquisa na comunidade ou na Família e depois volta com as respostas para estudar em cima. Depois voltar (para comunidade) para tentar modificar, acho que resumidamente essa é a base da Alternância”.  
Nilson C. dos Santos, entrevista em 1/08/2016.

Nilson reforça o ir e vir entre a escola e a casa/comunidade, mostrando que a alternância de tempos e espaços formativos foi uma característica destacada da Pedagogia da Alternância realizada na Escola Comunidade Rural.

Porém um conjunto de instrumentos pedagógicos que buscam dar sentido e intencionalidade a essa prática foram paulatinamente construídos. Parte da equipe - Nilson, Thierry, Padre João - conheceu a dinâmica entre espaços educativos realizada pelas escolas Capixabas, mas não foi simples adaptar a Pedagogia da Alternância no contexto de Brotas.

“a Pedagogia da Alternância foi bastante trabalhada, como era possível naquele tempo, ainda não tinha todos os Instrumentos Pedagógicos que hoje existem”. Naquele tempo foi trabalhado o que da Pedagogia da Alternância ? Os principais instrumentos: Plano de Estudo, Colocações em Comum, Aulas, Visita às Comunidades, a gente não falava muito em visita às famílias [...], Caderno da Realidade e Serões. Mas tinha outros que a gente ainda não trabalhava, não tinha Caderno de Acompanhamento, não tinha PPJ. Cursinho, um ou outro, mas era bem pouco ainda. Plano de Formação não se trabalhava como uma coisa capital para Escola Família. Alguns instrumentos, [...] básicos da Pedagogia da Alternância a gente tentava realmente trabalhar aqui naquele tempo.” (Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/01/2019).

Generosa destaca que algumas atividades desenvolvidas no âmbito da Pedagogia da Alternância integrava as atividades da Escola Comunidade Rural as atividades da paróquia.

“[...]quando começou a Escola Comunidade Rural os alunos estudavam aqui, a gente fazia a visita nas comunidades e lá fazia reunião com os agricultores juntos com esses alunos que estava lá. Eles também tinham os planos de estudo que traziam para cá.” Generosa Araújo Oliveira, entrevista dia 10/06/2017

Nesse sentido a Pedagogia da Alternância é um meio indispensável para a concretização de qualquer CEFFA. Toda via, são inúmeras as possibilidades para a sua aplicação a depender do contexto onde ela vai ser trabalhada.

### **Gestão comunitária através da associação local**

Os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) buscam motivar a participação ativa das famílias e dos demais envolvidos com o projeto educativo, para de forma compartilhada assumirem responsabilidades na gestão da Escola e dar o direcionamento político dessa instituição educativa. Este princípio visa garantir que a comunidade ao redor da escola participe ativamente em sua gestão, incluindo a orientação pedagógica do conhecimento que está sendo construído. É uma orientação se constituir uma associação mantenedora da escola, onde esse espaço vai aglutinar todos os interessados em colaborar com a construção da EFA.

Na experiência da Escola Comunidade Rural (ECR), não existiu uma associação mantenedora da escola, constituída para esse fim. A escola era mantida por instituições que estava sob o controle da igreja católica. Durante a sua existência (1975-1994), a ECR foi representada por três instituições

“Ao longo de sua história ficou sendo incorporada às três sucessivas entidades jurídicas criadas pela Paróquia ou pela Diocese para o seu trabalho pastoral e social, a saber: o CESEDIC - Centro de Serviços para o Desenvolvimento Integrado de Comunidades até 1977, a IDEC – Instituição para o Desenvolvimento de Comunidades até 1983 e finalmente o SEDEC – Serviços de Desenvolvimento de Comunidades.” (PPP-EFRA, em elaboração)

Essas três instituições, o Centro de Serviços para o desenvolvimento Integrado de Comunidades (CECEDIC); a Instituição para o Desenvolvimento de Comunidades (IDEC), e o Serviço de Desenvolvimento de Comunidades (SEDEC) não tinham como função principal a gestão da Escola Comunidade Rural, mas eram responsáveis por toda ação social da paróquia, e nesse âmbito incluía também a escola.

Sem uma instituição autônoma, gerida pelas comunidades e famílias, a paróquia ocupa o lugar da entidade mantenedora, ficando na base da construção da escola. Como a paróquia trabalhava numa perspectiva Comunidades Eclesiais de Base, a participação das famílias na construção da escola se inseriu na relação das CEBs, numa ação das pastorais sociais.

### **Formação Integral**

A formação integral é um dos pilares dos CEFFAs considerado como uma finalidade da escola. Durante o período de funcionamento da Escola Comunidade Rural (ECR), vários aspectos desse princípio foram trabalhados. O Internato na escola desafiava os estudantes a vivenciarem questões ligadas a convivência no ambiente escolar e comunitários, exercer o diálogo, o respeito as diferenças, estimulando a auto-organização e a compartilhamento de responsabilidades.

“ [...]Eram distribuídas responsabilidades dentro da escola com os alunos. Limpeza da casa parte da cozinha, parte do banheiro, tudo era dividido e feito um remanejamento para não ficar uma turma só e cada um participar de um tipo de tarefa, era bem organizado. [...] como se diz, é uma formação integral, formação humana integral, não era só a parte teórica e prática, mas tinha a parte espiritual, grupal também. Um dos objetivos também era formar cidadãos conscientes para assumir

atividades na sociedade” Nilson Correia dos Santos, entrevista em 1/08/2016.

O princípio da “Formação Integral” foi um dos mais destacados por quem passou pela Escola Comunidade Rural, como também da Escola Maria Goretti e Casa Santo Afonso. Este princípio tinha uma estreita sintonia com os princípios das Comunidades Eclesiais de Base, e assim com a ação da paróquia. Os aspectos espirituais, comunitários e associativos eram enfatizados na formação prática, contextualizados ao modo de vida das famílias

Escola Comunidade Rural fazia “ [...] um trabalho de conscientização das pessoas, as pessoas serem conscientes na agricultura, na agropecuária, com o criatório, a pessoa ser consciente, essa era a metodologia da escola” Joaquim Vieira<sup>37</sup> em entrevista em 2016

“essa sim já era realmente o acento colocado sobre a integração entre o aspecto humanista e o aspecto técnico. Então, podemos dizer que já existia uma preocupação forte da escola com a Formação Integral da pessoa.” Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019.

Novamente a ação da igreja aparece orientando um princípio da escola.

### **Desenvolvimento local.**

O quarto e último princípio é o desenvolvimento local. Esse princípio, como o anterior, também é considerado uma finalidade dos CEFFAs. No caso da Escola Comunidade Rural, no contexto da década de 1970, esse princípio foi trabalho de forma diferente do que movimento das Escolas Famílias Agrícolas trabalha hoje.

“ [...] Ninguém falava muito em desenvolvimento naquele tempo [...] era novidade, o conceito de desenvolvimento [...], as pessoas não tinham bem noção do que era isso. No aspecto desse quarto princípio que é o desenvolvimento, talvez teve dificuldades em trabalhar isso melhor, mas no que era possível fazer a escola tentou organizar as comunidades dentro dessa perspectiva de desenvolvimento comunitário.” Thierry De Burghgrave, em entrevista em 12/01/2019.

---

37- **Joaquim Vieira**, Agricultor Familiar e criador de Caprinos é também, liderança na Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Várzea Grande, município de Oliveira dos Brejinhos-Ba onde reside. Estudou na Escola Comunidade Rural em 1976 e 1977. Hoje participa ativamente da Comunidade Igreja, da Associação comunitária e da Central de Associações de Fundo de Pasto. Essa entrevista foi concedida na sede da Associação Comunitária de Várzea Grande no dia 15 de julho de 2016.

Em função do trabalho da igreja na época a noção de desenvolvimento comunitário era baseada na busca por estruturas básicas relacionadas a qualidade de vida das famílias. Buscava-se também uma relação entre conhecimentos e a produção agrícola.

Hoje se utiliza, como ferramenta pedagógica, o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) para orientar a construção de conhecimentos visando o desenvolvimento local sustentável. O PPJ é um dos instrumentos pedagógico da Pedagogia da Alternância . Dentro dos CEFFAs o PPJ, cumpre entre outros papéis o de motivar os estudantes a pensarem projetos produtivos, de comercialização, com foco de atuação no contexto local, a sua “comunidade”. Contudo, no período de funcionamento da Escola Comunidade Rural o PPJ não foi trabalhado.

### **Uma escola não oficializada**

A Escola Comunidade Rural (ECR) não foi uma escola atrelada à lógica da educação regulada pelo Estado. Ela tinha outras características do formato das escolas públicas que conhecemos hoje, pertencente a algum ente da federação (a união, o estado, ou o município). Também não foi uma escola privada, pertencente a um dono. Ela foi uma escola pública, mais não estatal.

A Escola Comunidade Rural tinha como referência para a mediação dos processos de ensino e aprendizagem, como já citamos, a Pedagogia da Alternância.

A finalidade dessa educação oferecida “mesclava formação em agropecuária e formação de lideranças leigas da igreja católica, sem interferência do Estado. A formação, de caráter informal, com ênfase no desenvolvimento comunitário e cidadã [...]” (PPP-EFAR, em elaboração)

A ECR, foi uma escola construída e mantida por um conjunto de pessoas e organizações, da sociedade civil, vinculada à estrutura paroquial de Brotas. Nesse sentido ela tinha liberdade para construir seu próprio “currículo” sem o cumprimento de atender as regras impostas pelo Estado. O calendário, a orientação pedagógica, gestão administrativa e financeira eram independentes da regulação do Estado.

## Atuação dos Egressos

Após formar a primeira turma, a partir de 1976, a Escola Comunidade Rural, já tinha um grupo de egressos atuando em suas comunidades de origem e em instituições de seus municípios. Muitos dos egressos da Escola Comunidade Rural engajaram nos trabalhos realizados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de Brotas de Macaúbas. Como já abordei anteriormente, por um longo período os sindicatos no Brasil sofreram fortes interferências do governo ditatorial. Em Brotas de Macaúbas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) foi criado em 1975, pelo então prefeito municipal, do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA)<sup>38</sup>, o qual indicou toda a diretoria.

Lembro que o sindicato dos trabalhadores rurais de Brotas foi criado pelo prefeito, Edson Ribeiro, em 1975. Foi ele quem criou o Sindicato de Trabalhadores Rurais, como uma espécie de dependência da própria prefeitura. ” Nilson C. dos Santos, em entrevista 1/08/2016.

Em função do descontentamento de parte dos agricultores do município, o sindicato foi “tomado” e os agricultores passaram a gerir a instituição. Nesta ação atuaram alguns egressos da Escola Comunidade Rural.

“foi uma época meia complicada, mas depois conseguimos organizar e retomar o Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR) para a classe de trabalhadores rurais. Eu mesmo fiz parte dessa diretoria da época, acho que foi em 1978 por ai. ” Nilson C. dos Santos, entrevista dia 1/08/2016.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Brotas de Macaúbas, passa também a se articular a nível estadual e nacional. Representantes dessa

---

38- Com a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) institui no Brasil o Bipartidarismo. “Após as eleições de 1965 e os resultados insatisfatórios para os candidatos do governo militar, a ditadura editou o Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos políticos do período pré-1964, instituindo-se um sistema bipartidário, dividido entre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro daria sustentação política ao governo e o segundo seria a oposição formal ao regime instaurado a partir de 1964, destinado a “garantir uma fachada democrática” (KINZO, 1988, p.15) ao regime de exceção. Essa era uma preocupação fundamental do recém-instaurado bloco de poder, que, no primeiro momento, não aboliu os poderes Legislativo e Judiciário, não acabou com a periodicidade das eleições e não suprimiu a Constituição de 1946” (GRANATO, 2016)

instituição participam do congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>39</sup>

“lembro que em 1983, eu fui um dos representantes da diretoria do sindicato para ir na criação da CUT, em 1983, agosto de 1983, foi eu Sr. Evaristo, de Jatobá, [...]. Eu era secretário do sindicato nessa época.” Nilson C. dos Santos, em entrevista dia 1/08/2016.

No município de Oliveira de Brejinhos alguns egressos também integraram-se no movimento sindical. Joaquim Vieira relata sobre o seu envolvimento

[...] tirei um mandato lá no sindicato. Foi um tempo difícil, naquelas lutas dos pelegos do sindicato.<sup>40</sup> porqueo sindicato estava sobe controle dos grupos que detinham o poder local. Joaquim Vieira, em entrevista dia: 15/07/2016.

Os egressos da Escola Comunidade Rural estavam integrados a uma Articulação regional, onde aglutinava sindicatos através de uma instância organizativa que eles chamavam de “Pólo Sindical”. Esse Polo sindical era sempre acionando que alguma questão relacionada à atuação dos sindicatos, principalmente com a terra tradicionalmente ocupada. Nilson destaca o envolvimento do Polo Sindical da região com a luta contra a grilagem de terras, a partir da atuação dos estudantes egressos da Escola Comunidade Rural.

“O Joaquim Vieira lá de Várzea Alegre, teve um problema com um cidadão lá, a gente conseguiu levar o problema. Na época nos trabalhávamos com o polo sindical. O sindicato de Brotas, de Ibotirama, junto com o de Paratinga e Brejinhos formavam um polo. As vezes tinha uns advogados disponíveis, por que não trabalhavam insolados, formávamos um polo sindical” Nilson C. dos Santos, entrevista em 1/08/2016.

---

39- A Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). A CUT é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. (CUT, 2019)

40- Pelego é um termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. Em seu sentido próprio, a palavra designa a pele de carneiro que é colocada entre a sela e o corpo do cavalo com a finalidade de amaciar o contato entre o cavaleiro e o animal. Na maioria das vezes os dirigentes pelegos transformam o sindicato em um órgão essencialmente assistencial e recreativo, evitando que sirva de canal para reivindicações de melhores salários e condições de trabalho. Em muitos casos, os pelegos mantêm sindicatos chamados "de fachada" ou "de carimbo", entidades sem existência real que vivem do imposto sindical obrigatório recolhido de cada trabalhador, sindicalizado ou não. Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra” (FGV, 2019).

A luta pela permanência na terra, foi um espaço que verificou importante engajamento dos egressos da Escola Comunidade Rural (ECR). Esse engajamento se deu principalmente em algumas comunidades que se autorreconhecem hoje, como Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, pertencentes aos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Em vários momentos na região ocorreram casos de grilagem de terras, que ameaçou a permanências das pessoas em suas propriedades. Em função dessas ameaças, as pessoas se mobilizaram para garantir a permanência na terra.

“Naquele tempo surgiu grilagem de terra, nós tivemos com Thierry ele preocupou muito. Aqui as terras não estavam medidas ai entrou grilagem de terras, a gente foi em busca do polo sindical, em busca de advogados e trouxemos dois advogados.” [...] Através dessa reunião grande que tivemos com Thierry, advogados disseram, ‘o trabalho que cabe vocês são o da foice e do machado, [...] a outra briga deixa com a gente’[...]” Joaquim Vieira, entrevista dia 15/07/2016.

De acordo com Joaquim, a luta para barrar a grilagem e garantir da permeância na terra nas comunidades de Oliveira dos Brejinhos, teve atuação dos egressos da Escola Comunidade Rural, da paróquia e movimento sindical.

“[...] logo que começou as influências da grilagem de terra, e a escola (ECR) tinha uma ligação muito boa com a paróquia e com o movimento sindical, foi buscar pessoas especializadas que podiam ocupar os espaços certos, [...] e como passar instruções” Joaquim Vieira entrevista dia 15/07/2016.

As ameaças de grilagem, de forma resumida, levaram as pessoas da região, através de uma articulação, a pautar o Governo do Estado do Bahia, para regularizar as terras e garantir o seu modo de vida.

Requeremos ao INTERBA <sup>41</sup>para fazer as medições. Foram feitas as medições, quase todos têm o título da terra registrado em cartório. Se não fosse isso, essas terras estavam com capitalistas com certeza, não tinha essa casa (Sede da Associação) e a igreja. Joaquim Vieira (2016), entrevista dia 15/07/2016.

Para alguns, o processo de luta pela permanência na terra em Oliveira dos Brejinhos, alcançou com resultado a regularização das terras de uso comum,

---

41 - O Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) criado pela Lei nº 3.255 de 15 de maio de 1974, com a finalidade de executar a política estadual de disposição de terras pública.

conhecidas como “Fundo de Pasto” e os egressos da Escola Comunidade Rural colaboraram com essa luta.

“Esse Fundo de Pasto que tem lá, acabou acontecendo, até essa Feira do Bode, tudo, a origem já vem desses movimentos, tem a base plantada naquele tempo. Tem vários alunos que a gente encontra lá que continua dentro da coisa. As vezes vou lá e encontro Joaquim, Mizael, Miguel, Deraldina, vários que foram alunos nossos naquela época, estão lá dentro participando dos movimentos.” Nilson C. dos Santos, entrevista de 1/08/2016.

Outro “*lócus*” de ação dos egressos da Escola Comunidade Rural foi a criação e fortalecimento de organizações de âmbito comunitário. Essas formas de organizações incluem as associações comunitárias, e atividades pastorais da igreja católica. Joaquim relata a sua atuação no processo de criação da Associação Comunitária de Várzea Grande.

“ [...] em 30 de julho de 1989 nós fundamos aqui a associação e eu fui o primeiro coordenador, agora estou no sexto mandato, a gente tem as quedas, tem as coisas, tem as lutas, tem as vantagens, tem as desvantagens, tem isso tudo mas contribuiu [...] Joaquim Vieira, entrevista dia 15/07/2016.

Guiomar fala de sua atuação na coordenação do grupo de jovens existente na Comunidade de Jatobá, após concluir a sua formação na escola Comunidade Rural em 1989.

“[...]quando saí da escola, cheguei aqui, continuei participando da comunidade, cada vez mais aumentava a participação, cheguei aqui e entrei como coordenador do grupo de jovens, já tinha mais um pouco de maturidade, começamos também o entrosamento com a associação e a comunidade igreja. Guiomar Gomes, entrevista dia 12/12/2016.

A ideia de colaborar com os trabalhos de organização comunitária era incentivado desde a chegada do estudante na Escola Comunidade Rural e trabalhada durante o período de formação. A Pedagogia da Alternância possibilitava a aproximação do jovem com a comunidade, pois ao retornar para casa durante estadia na família, o jovem levava tarefas a serem realizadas com a comunidade. Guiomar relata que sua mãe também cumpria o papel de incentivar a participação dele nas atividades comunitárias.

“[...] eu recebi o compromisso de ficar dois anos na comunidade, recebi com muita honra, até por minha mãe que cobrava muito de mim, e estou até hoje. Antes de casar me associei e passei a participar da diretoria da associação, lembro que eu fui a uma manifestação em Salvador mas a turma, eu era jovem ainda e comecei a entrosar. Comecei a trabalhar na diretoria, não o da frente, coordenador. Através da minha mãe Carmelita Gomes ajudava a fazer a ata [...]. Eu sei que nisso foi juntando a minha experiência na escola, com a experiência

que minha mãe tinha como associada e a participação minha na comunidade igreja.” Guiomar Gomes, entrevista dia 12/12/2016.

## **2.4 - A gestão administrativa, financeira e o encerramento das atividades**

O trabalho de gestão administrativa e financeira da Escola Comunidade Rural era exercida pela paróquia em Brotas de Macaúbas, através de suas instituições jurídicas e instâncias representativas. Como mencionado, foram três instituições jurídicas responsáveis pela representação das ações sociais da paróquia, incluindo nestas ações a Escola Comunidade Rural.

Durante a existência da Escola Comunidade Rural, não foi criada uma associação mantenedora da escola, responsável pela sua representação e gestão. Na época, o Conselho Paroquial que indicava o maior número dos representantes dessas instituições, se tornava o responsável para cumprir essa função.

A Paróquia de Brotas optou por manter o Conselho Paroquial cumprindo esse papel, e não constituiu uma associação dos agricultores. Na visão da Paróquia – explicitada em entrevistas desta pesquisa –, o Conselho Paroquial era um representante legítimo das comunidades, não havendo a necessidade de uma associação específica para isso! Como exemplo dessa defesa, o Pe. João Cristiano lembrou que “[...] os alunos eram escolhidos pelas comunidades e não por famílias individualmente... E o Conselho Paroquial era formado propriamente por agricultores e líderes de comunidades... E o conselho lidava com todas as ações sociais da paróquia”. (Alcântara, 2008)

No primeiro ano de funcionamento da Escola Comunidade Rural houve uma iniciativa onde foi criado um conselho de administração próprio da Escola Comunidade Rural. Essa iniciativa tinha a intenção de atribuir maior autonomia administrativa a própria escola, em relação ao CECIDIC, a instituição jurídica da igreja. Visava ao mesmo tempo incentivar maior envolvimento dos agricultores em sua gestão

Houve uma tentativa de criar, dentro das estruturas institucionais existentes, um Conselho de Administração próprio da ECR. [...] durante as reuniões preparatórias nas comunidades, no início de 1975, o assunto do Conselho de Administração entrou no roteiro de discussões. Foi decidido ter no C.A. dois representantes de cada comunidade que tivesse alunos na Escola. Na primeira reunião do Conselho, no dia 17 de maio de 1975, foram discutidos e elaborados os estatutos do mesmo e eleito o presidente, vice-presidente e o secretário”. (BURGHGRAVE, 2011)

Contudo, essa iniciativa do Conselho de Administração não evoluiu. Nesse sentido, ao longo dos anos de existência da Escola Comunidade Rural a gestão

ficou sob responsabilidade a instituições jurídicas da paróquia e do conselho paroquial.

Para a manutenção financeira da Escola Comunidade Rural haviam três fontes de recursos distintas. A primeira era advinda das organizações não governamentais de cooperação internacional sediadas na Europa. A segunda era advinda de grupos de pessoas que se organizam através de comitê para fazer campanhas de arrecadação de fundos com o objetivo de apoiar projetos em países considerados “em via de desenvolvimento”. A terceira eram advindas das próprias famílias e comunidades envolvidas com a escola.

Em entrevista para essa pesquisa Thierry relata sobre o processo de arrecadação de recursos financeiros para manutenção da Escola Comunidade Rural

O financiamento era exclusivamente, para não dizer exclusivamente, 90% era através de projeto de organizações não governamentais estrangeiras e de doações de grupos de amigos, de padres e leigos que trabalhavam aqui [...]. As principais organizações não governamentais que colaboraram no início da ECR com a gente eram a MISERIOR, uma ONG católica da Alemanha, uma agência de desenvolvimento católica Alemã, [...] Foi também contemporâneo do surgimento de uma ONG na Bélgica que se chamava SIMFR-Solidariedade Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, uma entidade fundada na Bélgica para apoiar projetos especificamente de Escolas Famílias Agrícolas no mundo. Nós conseguimos através da SIMFR, repetidas vezes aprovar projetos para Escola Comunidade Rural. Isso é importante para você ver que, quando eu digo que 90% ou 95% eram financiados por ONG estrangeiras ou por grupos de amigos lá na Europa que apoiavam uma pessoa específica, um missionário, um leigo. O que vinha daqui mesmo, era exclusivamente o que as famílias e as comunidades contribuíram com alimentação escolar, como até hoje tem, nas sessões presenciais na EFAR, os estudantes trazem alguma coisa que é dada ou pela família ou pela comunidade. (Thierry De Burghgrave, entrevista em 12/01/2019).

Nesse sentido, Nilson também relata esse processo de financiamento das atividades da Escola Comunidade Rural

As ajudas eram mais das comunidades (locais) e das organizações internacionais tipo SEBEMO da Holanda, DISOP da Bélgica e uma da Alemanha também, eram basicamente essas três, as principais entidades que patrocinavam. Faziam os projetos mandavam e eles aprovavam esses projetos, bom isso era a nível daquele tempo 1975 [...] Nilson C. dos Santos, entrevista em 1/ 08/2016.

Durante a existência da Escola Comunidade Rural, não foi estabelecido parceria com os municípios atendidos (Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara) e nem com o Governo do Estado da Bahia, com o objetivo de colaboração financeira para a manutenção da escola. O que prevaleceu foi

um olhar de desconfiança das lideranças políticas que faziam as gestões desses municípios sobre o trabalho da escola. Thierry falando desse contexto enfatiza que a escola “não era incentivada, mas era tolerada”.

### **Encerramento das atividades**

As narrativas que até hoje predominam sobre o encerramento das atividades da Escola Comunidade Rural em 1994, apontam para as mudanças ao qual a paróquia Nossa Senhora de Brotas foi submetida nesse período. Essa perspectiva fica mais evidente em função dos acontecimentos que antecederam o encerramento da escola. Em 1990 o Padre João Cristiano se afasta da paróquia, após mais de vinte anos à frente da administração. Esse fato torna-se relevante porque padre João estava à frente da paróquia desde a fundação da escola e teve forte atuação na concepção, gestão e funcionamento da escola.

De 1990 a 1993 assume em seu lugar um grupo de leigos e freiras, coordenados por Raimundo Pôrto. No período em que os leigos assumiram as tarefas da paróquia não houve grandes mudanças em relação a linha de atuação, em função disso a Escola Comunidade Rural continuou funcionando. O relatório das atividades pastorais da paróquia em Brotas de Macaúbas de 1992, relata o funcionamento da Escola Comunidade Rural.

“este ano a escola deu continuidade com duas turmas de alunos que pretendem serem orientadores em suas comunidades na parte de agropecuária e também com agente comunitário. Iniciamos esta escola com 22 alunos, sendo 09 do 2º ano e 13 do 1º ano [...]” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES PASTORAIS, 1992)

Em 1993, assume a administração da paróquia o padre Leandro Caldeiras<sup>42</sup>. Ao assumir uma paróquia é comum o novo administrador propor mudanças nos objetivos pastorais. No caso da paróquia em Brotas de Macaúbas não foi diferente. O pároco fez uma série de mudanças na administração paroquial e passou sob suspeição a forma de funcionamento da Escola Comunidade Rural

---

42- Pe. Leandro, italiano de nascimento, é engenheiro civil e trabalha com hidroestesia e medicina popular [...]. Ele chegou à Diocese de Barra no início dos anos 1990, na Paróquia de Morpará; de 1993 até 1996, assumiu também a paróquia de Brotas, até ser chamado para a Itália, onde reside atualmente.

[...] os alunos já estavam no segundo ano, [...] a escola ainda estava nesse estilo, escola ligada a paróquia. Ele disse que não queria mas a escola daquele jeito, disse que ia terminar a escola, que não queria mais ligada como paróquia, como estava. Ia começar de outra maneira [...]” Generosa A. Oliveira, entrevista em 10/06/2017.

As ideias do novo vigário, recém chegado em Brotas de Macaúbas, concretiza-se em partes. Em meados de 1994 a Escola Comunidade Rural encerrou as atividades no meio do ano letivo. Contudo, a ideia de recomeçar a escola “de outra maneira”, infelizmente por não tendo acontecido. O sonho de uma Escola Família Agrícola funcionando nessa região passou quinze anos sem ações mais efetivas para concretizá-lo. Foi só em 2009 que inicia-se o processo de mobilização para a retomada da escola.

De acordo com Ailton Alcântara, o Pe. Leandro “[...] defendeu a criação de uma entidade jurídica autônoma separada da Paróquia para que os agricultores assumissem a responsabilidade da ECR” (ALCÂNTARA, 2008), essa seria condição para manter a Escola Comunidade Rural funcionando. Essa proposição de constituir uma associação local, autônoma para manter a escola, foi muito oportuna, pois o associativismo é um pilar aqui já apontados que caracteriza os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) em todo o Brasil.

Nesta pesquisa não consegui elementos para compreender por que a associação não se efetivou. Seria a falta de experiência dos agricultores, pois ao longo destes anos toda a escola foi administrada por instituições, responsáveis por todo o trabalho social da igreja católica na paróquia de Brotas de Macaúbas?

Evidentemente que o bom senso não se deve atribuir o encerramento das atividades da escola apenas a atitude do padre. A interlocução que tive ao longo da pesquisa e minha vivência com padre João me levam a três questões.

A primeira diz respeito se a inexistência de uma associação mantenedora da escola, já assinalada anteriormente, que tivesse a missão de organizar em torno de si os agricultores, organizações sociais e comunidades interessadas na permanência do funcionamento da escola deixou a escola vulnerável a mudanças de orientação das ações pastorais? A tutela na gestão da paróquia deixou a grupo a mercê da ação pastoral. Uma vez modificada a linha de orientação, perdeu seu poder de mobilização.

A segunda questão me instiga pensar sobre a autonomia dos agricultores nesse processo, pois durante a existência da Escola Comunidade Rural houve

uma centralidade na organização e gestão da escola em torno das estruturas físicas e organizativas da Igreja. A falta de habilidade em lidar com questões administrativas poderia ter inibido um grupo pleitear a gestão da escola?

E por fim, levanto a questão dos espaços de diálogos construídos com a finalidade de discutir o fechamento da Escola Comunidade Rural. Para uns houve reuniões, debates no sentido de subsidiar a tomada da decisão. Para outros foi uma decisão unilateral do padre Leandro, permeado pela ausência de diálogos com as comunidades. Pergunto se as pessoas estariam acostumadas ao paternalismo da igreja? As comunidades de base não tinham uma ação efetiva na paróquia para buscar uma transição na gestão da escola? Aquele modelo de escola, informal, sem diplomas continuava realmente desejado? Havia demanda de estudantes para ingressar na escola?

### **3- A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA REGIONAL (EFAR)**

*“O projeto da EFAR se insere numa luta cidadã que encontra seu apelo social pela emergente necessidade de escolas no e do campo, apropriadas à realidade local e regional, comprometidas com a sucessão e o fortalecimento da agricultura familiar em base aos paradigmas da sustentabilidade na produção e reprodução da vida no meio rural brasileiro”*  
(PPP-EFAR, em elaboração)

A Escola Família Agrícola Regional (EFAR), é uma escola pública, não estatal, fundada e gerida por agricultores, através de uma associação mantenedora. A EFAR iniciou as atividades letivas em 16 de março de 2015, com uma turma de 25 alternantes<sup>43</sup>. A área de abrangência da escola inclui os municípios de Brotas de Macaúbas, Ipupiara, Oliveira dos Brejinhos e Morpará. A EFAR oferece o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária Integrado a Ensino Médio.

Desde a sua fundação a EFAR funciona em prédios cedidos pela Fundação João Cristiano “Casa Santo Afonso”, localizados na sede do município de Brotas de Macaúbas. O conselho estadual de Educação autorizou o funcionamento em 2016. A EFAR é o resultado do processo de retomada da Escola Comunidade Rural. Esse capítulo é resultado da descrição e análise desse processo.

#### **3.1 - A necessidade de uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural**

Ao falar da necessidade de uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural, falarei também de como essa ideia de retomada da escola surge e ganha força. Durante a narração e análise dos fatos que aconteceram a quase uma década, ao me referir a escola que esse grupo estava articulando, utilizarei o termo “retomada”. Mesmo com algumas características peculiares em cada uma das experiências - Escola Comunidade Rural e Escola Família Agrícola Regional - há um sentido de continuidade na construção de um único

---

43- Nesse capítulo ao me referir aos estudantes matriculados na EFAR vou designá-los com “ALTERNANTES”. Dois motivos me levam a essa ação: primeiro, para ser fiel a denominação já utilizada na escola. Segundo, inspirado na definição de Gimonet que diz: alternantes são “as pessoas em formação que são atores sócios profissionais estudando, se formando, se educando em alternância [...]” (GIMONET, 2005)

projeto educativo. Essa noção de continuidade é reforçada também em função de ideias e princípios que perpassam as duas experiências e pela presença de agentes que estavam envolvidos na construção da primeira experiência e colaboraram significativamente na retomada do projeto.

Cronologicamente, as movimentações mais estruturadas em torno da retomada do projeto da Escola Comunidade Rural remontam ao final de 2008, início de 2009. Nesse período, o ex pároco da paróquia de Brotas de Macaúbas, Padre João, fez uma série de reuniões com comunidades do município de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara. Ele visitou principalmente aquelas comunidades onde ele havia desenvolvido trabalhos enquanto ele era Padre. Durante esse percurso, visitou mais de vinte (20) Comunidades desses três municípios. O objetivo das visitas nessas comunidades foi ouvir as pessoas e observar a atualização das formas de organização existentes. Durante as conversas as pessoas se referiam a Escola Comunidade Rural.

“[...]Padre João quis ir para as comunidades fazer umas rodadas (de reuniões). Em cada comunidade que ele foi, ele ouviu muito as pessoas falando em Escola Comunidade Rural, com isso ele voltou motivado a retomar essas discussões, colocar em funcionamento a escola [...]”  
Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Após o encerramento da Escola Comunidade Rural em 1994, esse foi o primeiro momento, que de forma mais articulada, voltou-se a discutir sobre os legados dessa escola e a cogitar a possibilidade de sua retomada. Ao retornar às comunidades, Padre João tinha o objetivo de verificar se havia interesse nesta retomada, se deparou com muitos estudantes egressos engajados nas atividades comunitárias que haviam participado de uma das três escolas construídas pela paróquia - Escola Comunidade Rural, Escola Maria Goretti e Casa Santo Afonso. Ouviu também muitos relatos desses estudantes egressos, que diziam o quanto essa formação integral oferecida por essas escolas colaborou com a formação humana e no engajamento nos assuntos da comunidade. Contudo, após essas reuniões, não foi tomada nenhuma atitude concreta no sentido de reconstrução da Escola Comunidade Rural.

Em novembro de 2004, dez (10) anos após o encerramento das atividades da Escola Comunidade Rural, houve uma iniciativa no sentido de retomar as atividades dessa Escola. Em função da reunião do Conselho paroquial daquele ano, houve uma reunião liderada pelo padre e irmãos da paróquia em Brotas de

Macaúbas. Participou também desse momento Padre João Cristiano, Generosa, o Bispo da Diocese de Barra, Werner Klas, representante da agência de cooperação alemã ADVENIAT e representantes de diversas comunidades de Brotas de Macaúbas, como consta a ata da reunião (Anexo A).

Nessa ata podemos notar o interesse dos presentes pela retomada da Escola Comunidade Rural. De acordo com o documento o que ficou acertado é que a escola poderia começar no próximo ano 2005. Já havia também uma conversa inicial com as comunidades sobre a possibilidade de retomar a escola. Contudo os encaminhamentos indicados nessa ata não foram efetivos.

Outro marco no processo de discussão para retomada da escola aconteceu em setembro de 2009. Nesse mês foi realizado a “Celebração dos Mártires”<sup>44</sup>, evento anual celebrado na localidade de Pintada, município de Ipupiara. A Casa Santo Afonso serviu de alojamento para os convidados, pois além de ser um Centro de Formação para leigos, esporadicamente hospeda pessoas em suas dependências. Vários interlocutores dessa pesquisa, entre eles: Célia, Lilian, Juraci e Thierry, mencionaram a presença de Francisco Prado<sup>45</sup> em Brotas de Macaúbas para esta ocasião. Francisco irá se interessar em apoiar os desdobramentos necessário para a implantação da nova escola, e seu apoio pode ser visto como “ponta pé” inicial para a retomada do projeto da escola.

[...] em setembro (2009), houve a celebração dos Mártires e Francisco veio participar desse momento. [...]. Nessa época eu estava articulando recursos (para a Casa Santo Afonso), aí eu pensei sabe, como é de fora, vai que ele queira fazer uma doação e não tem o número da conta, eu vou encostar para passar o número da conta [...]. Ele (Francisco) estava querendo saber como foi que surgiu tudo isso aqui, ele gostou da estrutura, dos prédios, quando ele estava conversado, perguntou da outra casa Maria Goretti. Eu me lembrei do projeto da Escola

---

44- A “**Celebração dos Mártires**” é um evento de caráter religioso, organizado pela Diocese de Barra-Ba e Paróquias da Região de Brotas de Macaúbas, com o objetivo de homenagear pessoas assassinadas durante o Regime Militar aqui nessa região. Essa celebração é realizada anualmente no dia 17 de setembro, na localidade de Pintada, zona rural do município de Ipupiara-BA, local e data do assassinato de José Campo Barreto (Zequinha) e Carlos Lamarca. Nesse evento também são homenageados outras pessoas assassinadas pela Regime Militar em 1971: Otoniel Campos Barreto e o Professor Luiz Antônio Santa Bárbara. A homenagem também se estende a Josael de Lima (Jota), Manoel Dias.

45- **Francisco Oliveira Prado** reside na capital do estado de São Paulo. Na época se apresentou como membro do Fórum permanente de ex-presos e perseguidos políticos da Ditadura Militar. Ele veio uma única vez em Brotas de Macaúbas em setembro de 2009, para participar da celebração dos Mártires. Tomou conhecimento dessa Escola Comunidade Rural e demonstrou interesse em colaborar para retoma-la, ajudando também a refletir as razões que levaram ao encerramento da escola e qual a importância em retomá-la. Com isso, cumpriu o papel de provocar para as outras pessoas retomar o debate.

Comunidade Rural e passei a falar para ele do projeto da Escola Comunidade Rural[...]. Ele disse o seguinte, 'eu não sou rico, mas toque o projeto que eu ajudo'. Isso foi o pontapé, eu me enchi de esperança [...]" Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Após esse momento com Francisco Prado, Célia Novais relatou a Padre João o resultado da conversa e pediu a ele para procurar Francisco. No mesmo dia houve também a conversa entre Francisco Prado e Padre João. Esses diálogos, posteriormente vão desencadear processos que motivam pessoas e instituições a se engajarem na retomada da escola.

"No dia seguinte que eu cheguei, Padre João estava energizado, estava tudo motivado com a conversa de Francisco. Ele (Pe. João) disse, 'agora Célia, nós vamos chamar o prefeito (do município de Brotas de Macaúbas) e Ailton (vice prefeito) para a gente conversar, porque o nosso problema é dinheiro, agora temos um amigo benfeitor que vai nos ajudar, agora vamos ver como é que faz [...]" Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Como já assinali a necessidade da retomada da escola já estava sendo discutida e sonhada, há algum tempo, principalmente motivada pelas reuniões feitas nas comunidades meses antes da celebração dos mártires. Com o incentivo de Francisco, Padre João e Célia partilham esperanças com demais membros da sua equipe e começaram a fazer mobilizações e a pensar ações mais focadas no objetivo de retomar a escola.

Marcaram uma reunião com o Prefeito e vice-prefeito de Brotas de Macaúbas (gestão 2009 - 2012)<sup>46</sup>. Essa conversa aconteceu na Casa de Padre João, onde Célia e o próprio Padre socializaram a conversa que tiveram com Francisco. Nessa reunião começaram a pensar ações mais amplas com o intuito de mobilizar mais pessoas em torno da ideia de retomada da escola. Um dos encaminhamentos foi fazer um encontro com várias representações de organizações sociais da região e envolver pessoas que passaram pela experiência Escola Comunidade Rural, Escola Maria Goretti e Escola Comunidade Santo Afonso.

"Foi nesse dia que decidi fazer uma atividade, uma reunião. Aí, a gente discutiu como seria, vamos chamar representações, as entidades, chamar os ex- alunos da Escola Comunidade Rural." Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

---

46- Estava à frente da gestão municipal o prefeito Litercilio Nunes de Oliveira Junior (PT) e o seu vice- prefeito era Ailton Ribeiro Alcântara (PT). Essa foi a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores em Brotas de Macaúbas, sendo também a primeira gestão de oposição ao grupo político que governava a cidade a mais de 20 nos.

Pelas evidências que temos, esses primeiros passos para a retomada do Projeto da Escola Família Agrícola foram articulados por Padre João com auxílio das pessoas que trabalhava com ele. Não tenho informações sobre a participação de cada um nessa tarefa, mais a equipe que trabalhava com Padre João nessa época era composta de cinco (05) pessoas: Generosa, Maria, Zezinho, Célia e Edmilson, que substituíra Lílian no seu afastamento por motivo de doença.

A partir da conversa realizada na última reunião começa a operacionalizar os encaminhamentos.

“Em 2009, Pe. João fez esse convite, ele mandou uma carta para os líderes de comunidades e para os ex-alunos da Escola Comunidade Rural, convidando para fazer esse debate aqui<sup>47</sup>. Francisco veio aqui e questionou por que deixar uma escola dessa morrer? Prometeu muita ajuda, deu o ponta pé inicial, fez Pe. João criar coragem. Nós viemos, chegamos aqui na reunião e ele fez o questionamento sobre ECR, valeu a pena ou não? Vimos que valeu a pena, se tivesse continuado até agora, as coisas estariam diferentes, não estaria na situação que está, tanto as comunidades como o município.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Em carta enviada as comunidades, através da Folha Afonsina<sup>48</sup>, Padre João demonstra toda sua alegria e esperança na retomada de uma escola nos moldes da comunidade rural, ainda mais que essa retomada parte do interesse das comunidades.

[...]E uma das primeiras coisas desta fundação é a reabertura da **Escola Comunidade Rural**, com a metodologia das Escolas Família Agrícola, como era antes. Esta ainda em fase de reestruturação, em colaboração com a Prefeitura de Brotas; quer dizer temos que começar tudo de novo: o prédio já temos, é a terceira casa destas três casa nossas aqui; material e finanças, ofereceu-se um grande benfeitor de São Paulo[...] Pe João Cristiano, carta de 04 de outubro de 2009.

A reunião referida por Juraci, marcou um início da caminhada para a retomada da escola de forma mais coletiva. Ela cumpriu o papel de mobilizar um grupo maior de pessoas em torno da ideia, que em sua imensa maioria já conhecia o legado da Escola Comunidade Rural. Nesse dia fizeram um

---

47- Atendendo a este convite, compareceram à Casa Santo Afonso no dia 21 de novembro de 2009, trinta e seis (36) pessoas, de acordo a lista de presença da reunião. A lista de presença tem o seguinte título: “**Primeira reunião para a recriação da Escola Comunidade Rural – ECR**”.

48- A **Folha Afonsina** era o instrumento de comunicação de Padre João com as comunidades dos municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara. Frequentemente ele enviava edições da folha afonsina para essas comunidades.

encaminhamento que foi determinante para a concretização do sonho da escola: criaram uma comissão que se tornou responsável por pensar, articular e mobilizar as condições necessárias para a concretização do projeto da futura escola, até a criação da associação mantenedora para assumir essa responsabilidade.

"[...] na reunião que Pe. João fez, a gente formou a comissão, essa comissão foi composta por quinze (15)<sup>49</sup> pessoas. Dessa comissão, começamos a marcar reunião, todo mês reuníamos duas ou três vezes. Na primeira reunião convocada por Pe. João debatemos o seguinte: o que a Escola Comunidade Rural (ECR) fez de bom naquela época? Valeu a pena? Ai nós começamos a lembrar das pessoas que estudaram, das comunidades que tiveram mais alunos [...]" Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Célia também destaca a formação dessa comissão como parte do processo de construção da Escola Família Agrícola Regional

"[...]a gente começou a caminhar, formou a comissão, na época eu não participava, quem Padre João colocou para representar a Fundação foi Edmilson, na época que ele estava aqui. Eu trabalhava na casa acompanhando as turmas, eu tinha outras coisas para fazer, mas mesmo assim todas as vezes que aconteciam reuniões na casa eu estava ali [...]." Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Esse grupo de pessoas organizados através da comissão começa a assumir essa ideia da retomada da escola.

"[...] Diante disso o que vamos fazer para gente recriar a escola?" Guiomar Gomes, entrevista dia 12/12/2016.

Essa comissão cria um calendário de trabalho, mobilizando pessoas e organizações para discutir inicialmente o legado da Escola Comunidade Rural e pensar os passos para a retomada do projeto.

"A partir daí, fizemos um balanço, se essa escola tivesse funcionado até hoje, quantas pessoas dessas teriam nas comunidades? Então vimos que poderia estar bem melhor, pronto, decidimos que tínhamos que retomar a escola." Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

---

49- Não foi possível encontrar os nomes das 15 pessoas que compuseram inicialmente a comissão. Tive acesso a várias listas de presenças de reuniões dessa comissão, contidas nos "Livros de Presenças" da Casa Santo Afonso, local de realização da maioria das reuniões, mas em nenhum verificou a presença de 15 pessoas. A reunião da comissão de 23 de dezembro de 2009 compareceram 12 pessoas: Célia Santos Novais (Fundação João Cristiano); Irmã Regina (Paróquia de Ipujiara); Edimilson Morais (C.S.A); Ana Paula Fernandes (STR- Brotas); Ailton Alcântara (Prefeitura de Brotas); Johonson Jonny (Prefeitura de Brotas); Juraci Neto de Oliveira (Comunidade de Alvorada); Ivete Rosa dos Santos (Comunidade de Bela Sombra); Pe. Cláudio N. Nogueira (Paróquia de Ipujiara); Claudecy Rosa Nogueira (Comunidade de Jatobá); Oton Ribeiro dos Santos (Comunidade de Bela Sombra); Carivaldo Ferreira dos Santos (CPT), Provavelmente essa foi a primeira reunião da comissão, pois aconteceu, três dias após formada.

O trabalho dessa comissão mostrou que havia consenso na necessidade da retomada de uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural. Esse consenso foi construído em função do reconhecimento do trabalho prestado pela Escola Comunidade Rural durante 19 anos. O trabalho da escola beneficiou pessoas e organizações através da formação integral oferecida pela escola para jovens do campo. A escola também era um espaço de disseminação de informações através de uma relação muito próxima com pessoas de diversas comunidades. Os trabalhos da escola também se voltavam para o fortalecimento de organizações comunitárias.

Contudo, esse processo de discussão sobre a necessidade de retomada da escola não foi marcado apenas por convergências de ideais e sonhos. Houveram vários momentos marcados pela divergência sobre vários aspectos da construção do projeto de escola, que ficaram mais evidentes quando as pessoas começaram a se perguntar que escola seria essa? Como reconstruí-la?

“[...] o que precisa para fundar uma escola? Ai ninguém sabia, porque a escola que Pe. João fundou foi assim, ele foi lá viu o modelo, chegou aqui e convocou a equipe e iniciou. [...] mas a escola não tinha documento nenhum[...]!” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

O grupo que estava mais à frente conduz os debates no sentido de valorizar o legado da experiência anterior da Escola Comunidade Rural, mas também problematizando alguns aspectos dessa experiência. Por um lado haviam aqueles que defendiam a retomada da escola na forma como foi a Escola Comunidade Rural, isto é, funcionar sem a intenção de ser reconhecida pelo estado, não ter como objetivo principal fornecer certificado de conclusão para os estudantes e estar atrelada a estrutura da Igreja. Por outro lado, haviam aqueles que defendiam o oposto disso, isto é, uma escola gestada pelas comunidades através da criação de uma associação mantenedora da escola.

Ao problematizar essas duas questões, reconhecimento pelo estado e maior autonomia frente a igreja, passa-se a se distinguir do modelo anterior que foi vivenciado na Escola Comunidade Rural. Esse processo de construção, permeado de divergências e convergências, serviu para afirmar a necessidade de uma escola que estivesse atenta ao contexto atual em que os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) estavam inseridos.

Os CEFFAS preconizam que Escolas Famílias Agrícolas devem desenvolver trabalhos Pedagógicos referenciados em quatro (04) pilares:

Formação Integral, Desenvolvimento Local, Pedagogia da Alternância e Associação local. A Formação Integral e o desenvolvimento local são objetivos e o Pedagogia da Alternância e a associação local são meios (Figura 01).

“Esses pilares são as bases do Movimento Internacional da Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR) e forma as características irrevogáveis – aquilo que uma instituição educativa deve necessariamente ter para poder se considerada como CEFFA.” (PUIG-CALVÓ, GIMONET,2013).

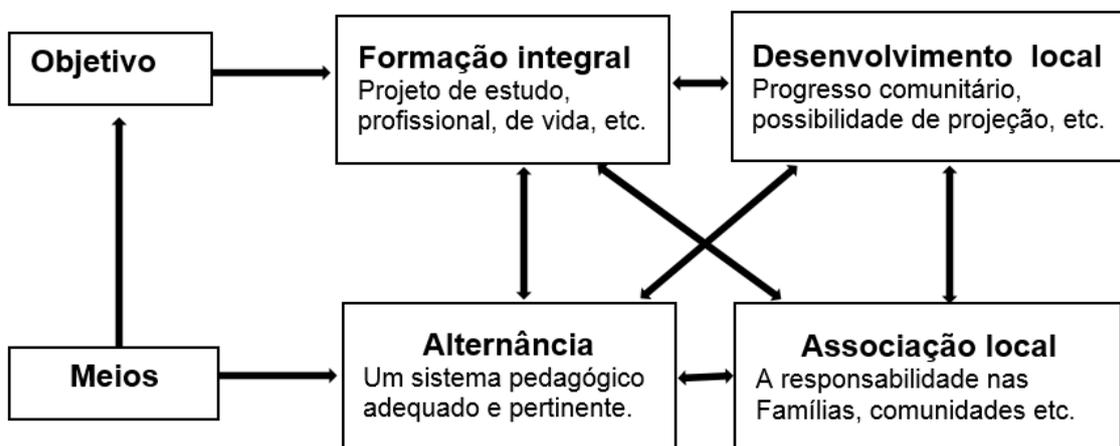


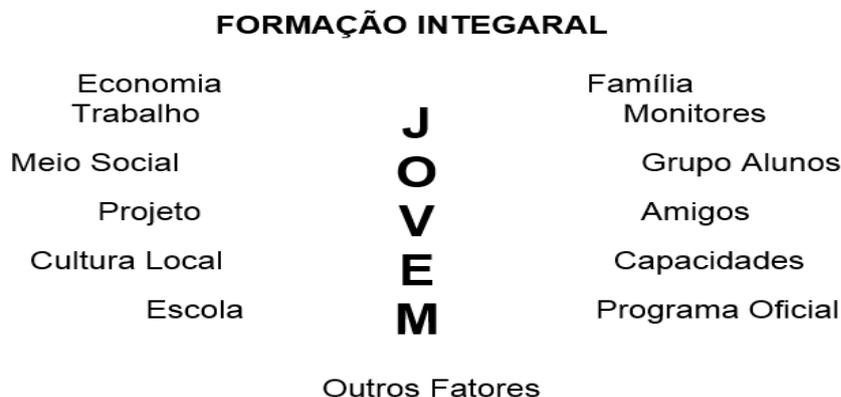
Figura 01: Os Quatro pilares do CEFFAs, adaptado. Fonte: Puig Calvó (2013).

A **formação integral** está relacionada aos diversos aspectos da formação e da vida da pessoa. De acordo com Puig Calvó, a formação integral leva em consideração

“ A totalidade, a integridade da pessoa como ser humano e tudo aquilo que pode enriquecer a sua formação, considerando todos os ângulos: formação escolar, formação profissional, formação social, educação, cidadania, projeto de vida, economia, família, meio... todos os meios que se refere ou que interfere de uma maneira ou de outra na formação da pessoa. (PUIG CALVÓ, 1999)

Para compreendermos mais, a seguir (figura 02) com esquema dos elementos que compõe a formação integral em alternância

Figura 02: Esquema com elementos que compõem a Formação Integral



Fonte: Puig Calvó (1999) adaptado

Com já mencionado, o **desenvolvimento local**, ou desenvolvimento do meio é um dos pilares dos CEFFAs, compreendido com objetivo a ser alcançado.

“Indissociavelmente unido a finalidade anterior, é uma consequência e uma necessidade. Se o meio não progride, não se desenvolve, os jovens que aí vivem e se formam se veem obrigados a sair. Os CEFFAs fazem com que os jovens e adultos em formação se convertam em atores do seu próprio desenvolvimento e do território em que se encontram” (PUIG-CALVÓ, GIMONET, 2013)

Referindo ao desenvolvimento do meio Gilbert Forgeard diz,

“O meio no qual se situa o CEFFA resulta da interação de diferentes atores. Esta interação se concretiza dentro de uma perspectiva global, em um movimento que abrange todas as atividades e todas as dimensões humanas, econômicas, sociais, culturais, ambientais [...] Ser ator do desenvolvimento do meio, consiste então em conduzir uma ação de desenvolvimento de competências, de atitudes de comportamento, para um bem-estar econômico e social melhor das pessoas que vivem nesse meio. **Fazer CRESCER as pessoas no plano individual, ao mesmo tempo em que se faz crescer o meio no plano coletivo.** (FORGEARD, 1999)

A Escola Família Agrícola Regional, considera em suas ações o pilar do desenvolvimento local e está se tornando um espaço que promove ações concretas no sentido de impulsioná-lo. O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) – Instrumento pedagógico da Alternância – desenvolvido por todos os alternantes no último ano da formação, é a ação concreta trabalhada na Escola que tenta articular o projeto profissional de cada alternante com o desenvolvimento local no sentido de contribuir com o fortalecimento dos modos de vida.

A Pedagogia da Alternância é considerada o pilar central dos CEFFAs. A alternância é o meio para articular os espaços formativos escola e comunidade, é o princípio mais visível em uma EFA. A Pedagogia da Alternância se insere na corrente da pedagogia da complexidade, que supera outras correntes pedagógicas com a Tradicional<sup>50</sup> e Ativa<sup>51</sup>. (PUIG-CALVÓ, GIMONET, 2013). A Pedagogia da Alternância surge como

---

50- A Corrente da **Pedagogia Tradicional** é centrada no programa e no docente. [...] São características: disciplina justaposta, programa e programação confundidos, transmissão de conhecimentos, alunos como sujeitos passivos, horários fixos e repetitivos, relação com as famílias basicamente de informação buscando a homogeneidade como facilitadora. Puig-Calvó e Gimonet (2013, p 40)

51 - A corrente da **Pedagogia Ativa** [...] acentua a autonomia da criança e sua especificidade em relação ao adulto. O trabalho pedagógico e educativo mexe, então, nas dimensões intelectuais, cognitivas, psicomotoras, afetivas e sociais. [...] Os materiais de formação encontram-se na escola [...], mas, também, na vida da criança no seio da família, do seu ambiente

“A resposta a uma situação escolar inadequada e ineficaz, é uma metodologia (ou sistema) pedagógica pertinente, que supere as correntes e o fazer docente e que responda à necessidade constante de adequação aos desafios da sociedade, das famílias e dos jovens. Isto é, uma Alternância integradora entre a escola e o meio sócio profissional, com períodos em ambos os contextos, que parte da experiência e que inclui a implicação de todos os atores da formação” (PUIG-CALVÓ, GIMONET, 2013)

A Escola Família Agrícola Regional, em seu Projeto Político Pedagógico traz uma concepção da alternância integrativa e da escola que parte da experiência.

“Partindo do princípio de que a vida ensina tanto quanto a escola, a **alternância integrativa** entre períodos no meio socioprofissional e outros no meio escolar, ligados entre si por instrumentos pedagógicos específicos, permite a continuidade da formação através de uma descontinuidade de atividades educativas, obedecendo a lógica da ação-reflexão-ação. Nesta lógica, a experiência socioprofissional do alternante e do seu meio é considerada ao mesmo tempo como fonte de saber, ponto de partida e de chegada de todo o processo de aprendizagem e como funil educativo para poder transformar a realidade” (PPP-EFAR, em elaboração)

A **Associação local** é outro pilar dos CEFFAs, assume a função de instituição mantenedora da Escola. Ela é fundada antes do funcionamento da própria escola.

“Constituída principalmente por famílias e outras pessoas que aderem aos seus princípios que são os gestores do projeto, os autores do seu próprio desenvolvimento. Isso nos leva diretamente a complexidade entre a administração pública e as organizações familiares, sociais (com conseqüente dificuldade de interpretação dos conceitos público e privado). (PUIG-CALVÓ, GIMONET, 2013)

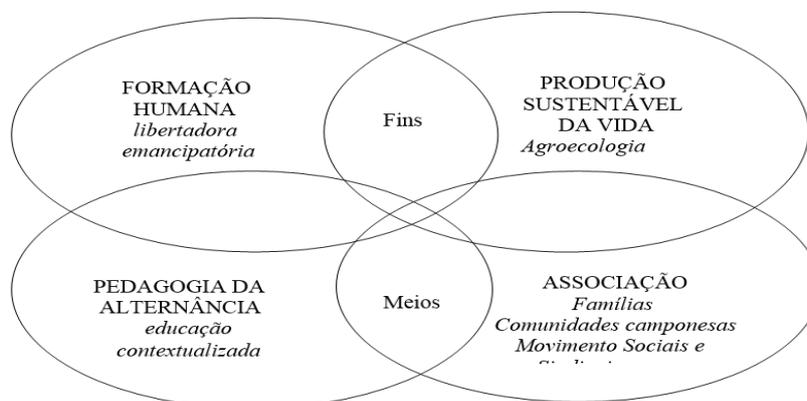
A associação mantenedora deve aglutinar pessoas e instituições em torno da gestão comunitária da Escola. Destaco que deve especialmente compartilhar a responsabilidade pelas escolhas pedagógicas conferindo autonomia aos agricultores na condução dos processos educativos. A Associação de Desenvolvimento das Comunidade Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE) cumpre esta função no caso da Escola Família Agrícola Regional.

Estes quatro princípios são apresentados por João Begnami como universais. Citando o trabalho de Gimonet (2007), “assevera que tais princípios

---

físico, social, cultural. Os métodos são, essencialmente, ativos e apropriados para ajudar e conduzir a criança ou adolescente na Busca e na construção do seu saber e de suas aprendizagens. Puig-Calvó e Gimonet (2013, p 40)

são muito genéricos e precisam ganhar ressignificações, de acordo com os contextos sociais, políticos e econômicos onde estão inseridos.” (BEGNAMI, apud GIMONET, 2018). A seguir, (figura 03) copio de Begnami a representação que faz desse pilares, referenciado nas práticas e nos debates nas EFAs no Brasil.



Fonte: Gimonet, 2007, p.15, adaptado pelo autor, 2018.

**Figura 03:** Os quatro pilares dos CEFFAs no contexto Brasileiro.

A perspectiva que se propagou para a retomada da escola se orientou para a consolidação destes pilares, orientando assim em construir um processo educativo mais contextualizado, referenciado nos contextos locais. Inspirados também em princípios da Ação-Reflexão-Ação, mediados por um conjunto de instrumentos pedagógicos, a Escola Família Agrícola Regional foi construída pelos integrantes da ADECOBRE tendo como desafio a formação integral dos alternantes e o desenvolvimento local das comunidades de pertencimento às famílias integrantes da associação.

### 3.2 - Mais que um nome em disputa

No contexto do processo de retomada da Escola Família Agrícola em Brotas de Macaúbas estabeleceu-se uma disputa pelo formato da nova escola. Uma disputa conceitual, implicada em questões de fundo que irão orientar a construção da futura escola. O “nome” da escola foi submetido a amplos e profundos debates, com duas propostas distintas, na qual os termos “Família” e “Comunidade” estavam em questão. Esses termos remetiam à experiências dos agentes que estavam envolvidos na retomada da escola. Alguns argumentavam

sobre a permanência do termo “Comunidade”, que pleiteavam uma escola informal sem possibilitar que os alternantes recebessem diplomas. Outros defendiam, com por exemplo: Juraci e Celia, a inclusão do termo “família” ponderavam pela necessidade do enquadramento da escola no sistema oficial de ensino, possibilitando o oferecimento de diploma ao se concluir o Ensino Médio.

A defesa da permanência no nome da Escola o termo “Comunidade” tinha como referência a experiência anterior da “Escola Comunidade Rural”, que foi pensada dentro de uma lógica de organização Comunitária construída pela Igreja Católica.

“ [...]a maior parte do povo era da zona rural, então Padre João disse, ‘nós temos que [...] achar um trabalho para a gente formar equipe de lavradores, para melhorar a parte dos trabalhos na roça, [...]’. Quando ele conheceu a escola lá (Espírito Santo), todo o método foi interessante, só que lá era trabalho com a família. Aqui o trabalho era de comunidade[...]. ” Generosa A. Oliveira, entrevista em 10/06/2017.

Para os que defendiam a ideia da permanência do nome de Escola Comunidade Rural, a escola deveria estar a serviço de um trabalho coletivo, de organização de Comunidade, a partir da perspectiva da Igreja Católica. Com esse questionamento, buscavam dar um “nome” a essa experiência educativa que estivesse associado ao trabalho de caráter comunitário realizado pela igreja durante um certo período

“Ele sempre frisava assim, você tem que desenvolver a comunidade e não cada um individual [...], por isso que ele criou Escola Comunidade Rural. Realmente o trabalho que eles fizeram na Escola Comunidade Rural foi bom. Hoje você olha assim realmente é um trabalho de comunidade com a comunidade [...] ” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

Segundo Padre João, a escola deveria vir com o nome comunidade e não família. Para ele era bem mais que uma nomenclatura, dizia respeito a forma de funcionamento e sua abrangência.

“Nós chamávamos e chamamos Escola Comunidade Rural, pois não visamos os/as filhas de pais que tem propriedade, mas rapazes e moças escolhidos/as pelas comunidades para poder orientar a sua comunidade” Pe João Cristiano, carta de 04 de outubro de 2009.

O que podemos compreender sobre essas ideias e que eles pensavam construir uma escola que se abrisse para a Comunidade, atingindo um núcleo de pessoas bem mais amplo que a própria família. Esses núcleos mais amplos trariam mais diversidade para dar suporte para a “caminhada” da Escola. Ao

resumir suas ações e relações de proximidades apenas com a família, ao longo do tempo, a escola poderia perder a noção de coletividade e ao tempo que o estudante conclui seus estudos na escola, a família se distancia, com isso enfraquece a base social que sustenta a escola.

“Ele achava ‘Família’ uma coisa muito resumida. É tanto que tem um dos Instrumentos Pedagógicos chamado Caderno da Realidade, e ele criticava muito, porque ele entendia como, Caderno da Propriedade. Propriedade é algo muito particular, então ele tinha essa preocupação de não ficar só na família, na propriedade, no que é meu. Quando volta para comunidade, já era algo coletivo.” Célia Novais, entrevista dia 08/01/2019

A preocupação se voltava para as ações que seriam desenvolvidas por esta escola, e que estas considerassem a Comunidade. A compreensão de Pe. João não colocava sobre suspeição nenhum dos quatro princípios dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), mas afirmar a experiência anterior na qual estava assentada no trabalho comunitário.

“Escola Comunidade Rural, com a mesma metodologia da escola (EFA) mas, não era para trabalhar só para sua família. Você vinha para escola para orientar toda a comunidade [...]” Generosa A. Oliveira, entrevista em 10/06/2017

Não havia divergência formal ao direcionar o trabalho da escola para a comunidade. Mas um grupo considerável de pessoas que estavam à frente da retomada da escola, achava que o nome deveria ser Escola Família Agrícola. As divergências foram trabalhadas, respeitando a experiência da Escola Comunidade Rural, mas também alimentando o desejo de mudar o nome da Escola. Na tentativa de contemplar os diferentes pontos de vista, mesclaram as duas ideias e propuseram o nome Escola Família Agrícola das Comunidades (EFACOM).

“[...] o consenso foi para o nome ficar EFACOM - Escola Família Agrícola das Comunidades. Então Todos os relatos que a gente fazia era para a criação da EFACOM. [...] Essa discussão de definição de nome, foi em uma reunião em Ipupiara, por que a gente sempre fazia reuniões no primeiro sábado do mês ou no último sábado, mas todo mês tinha uma reunião da diretoria sempre, uma vez era em Brejinhos outra vez era em Brotas e outras vezes em Ipupiara [...]” Célia Novais, entrevista dia 08/01/2019.

Em função dessa discussão, origina também o nome da associação mantenedora da Escola, como Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE). O nome dado a associação colaborava no sentido de construção de consenso em alguns

aspectos dessas discussões. As reflexões que fomentaram as escolhas do nome da associação e escola serviram para consolidar o que se queria com a nova escola, contemplando parte das argumentações de ambos os grupos.

Contudo, logo depois o nome da escola mudou, passando a se chamar Escola Família Agrícola Regional. A decisão final por uma “Escola Família Agrícola” foi tomada pois venceram os interesses que almejavam uma escola reconhecida pelas instituições oficiais de ensino. Temia-se as dificuldades que poderiam ocorrer ao se relacionar com os órgãos de gestão e controle da educação no Estado da Bahia.

“ [...] diante da documentação que tinha que ter, o pessoal achou, junto com a REFAISA, se você colocar a Escola Comunidade Rural quando você chegar no conselho vai ter questionamento, Que escola é essa? Se você chega e diz Escola Família Agrícola é mais fácil do pessoal entender que tipo de educação, que tipo de escola é. Por isso optamos por Escola Família Agrícola, [...] ” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

Com isso, parte do grupo demonstrava uma evidente disposição para construir uma escola regularizada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação. Ao contrário da experiência da Escola Comunidade Rural, agora precisava fazer um esforço para enquadrar a escola ao sistema de ensino oficial e oferecer diploma aos alternantes. A discussão sobre o “nome” em si, não era a questão central desses debates. A questão central nessa discussão era sobre a natureza da escola. De um lado estava a ideia de uma escola formal, atrelada ao sistema oficial de ensino e mais condizentes às exigências do Conselho Estadual de Educação e do outro, estava a ideia de uma espaço de educação não formal sem preocupação com as normas burocráticas do estado e sem a intenção de oferecer certificados, voltada exclusivamente para fornecer uma formação integral para fortalecer as comunidades.

As reflexões realizadas em cima deste debate prepararam, de certa forma, para um dos principais desafios desta retomada: como construir uma escola nos moldes da educação institucionalizada, considerando ao mesmo tempo, as necessidades coletivas das comunidades?

O papel da associação mantenedora da Escola Família Agrícola foi considerado central para articular estas duas questões, isto é, associar as exigências legais com a construção comunitária de conhecimentos para desenvolver as localidades.

## **O enquadramento ao sistema oficial de ensino**

Ao iniciar o processo de mobilização para a retomada da escola em setembro de 2009, um grupo liderado principalmente por padre João Cristiano, trabalhavam com a possibilidade da escola começar suas atividades no ano seguinte. Em outubro de 2009, ele envia um comunicado através da “Folha Afonsina” (anexo C) para as comunidades de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara, falado da intenção de iniciar a escola no início de 2010.

Para os que defenderam essa ideia de Pe. João<sup>52</sup>, não havia preocupação com tramitação de processos de reconhecimento e autorização de funcionamento da escola no conselho estadual de Educação. A ideia era construir uma escola formal, referenciada na experiência da Escola Comunidade Rural e que não tinha também a intenção de oferecer certificado.

[...] Pe. João quando fez a primeira reunião (2009), queria que a gente começasse a escola em fevereiro (2010). Quando fomos questionar para saber se era legal ou não, se tinha que ser com certificado ou não, aí gastamos mais uns dois meses” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

A comissão constituída para liderar o processo, coordena uma discussão que começa a afastar a possibilidade de uma escola formal e cada vez mais traz a preocupação de se enquadrar nas exigências burocráticas do Conselho Estadual de Educação (CEE) para a autorização de funcionamento da escola. Esse processo tornou-se demasiadamente longo e frustrou as expectativas de começar a escola em 2010.

A grande maioria do grupo não conhecia os passos necessários a serem dados para conseguir a autorização de funcionamento da escola e nem havia tempo hábil para realizar todas as tarefas exigidas. Foi necessário de um tempo maior para o grupo tomar ciência de todo o processo de construção de uma escola regularizada a partir das normas do Conselho Estadual de Educação.

No primeiro momento, até que criamos conflito com Pe. João. Quando reunimos (a comissão) e começamos perguntar o que é preciso para fundar a escola, na nossa mentalidade seria uma escola que desse diploma, tudo regularizado [...]”Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

Essas discussões se estenderam ainda mais porque o que tinha de concreto, possível de ser mensurado, era a experiência da Escola Comunidade

---

52- Generosa Araújo foi um dos interlocutores da pesquisa que apresentou argumentos no sentido de permanência do nome da Escola Comunidade Rural

Rural que ia na contramão de uma escola enquadrada ao sistema oficial de ensino. Essa escola trabalhou durante dezenove (19) anos às margens dos mecanismos de controle do estado e conseguiu resultados significativos para aqueles que estavam envolvidos. Grande parte das pessoas que passaram pela Escola Comunidade Rural são pessoas engajadas nos assuntos comunitários e nas diversas lutas sociais. Esses fatos pesavam nas reflexões sobre o “modelo” de escola que estava construído.

“Tinha outras pessoas que não queriam, por conta de toda a experiência que teve, com a outra escola. A outra escola não tinha isso e teve todo o resultado que teve, as pessoas ficaram, permaneceram, engajaram e hoje onde tem essas pessoas que participaram, tem todo um diferencial [...]” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

O processo interno de discussão sobre a natureza da escola, por um lado reconheceu o legado da Escola Comunidade Rural, e por outro levou a construção de um consenso que precisavam enquadrar a Escola Família Agrícola Regional (EFAR) ao sistema de ensino oficial. Para conquistar mais credibilidade diante de pessoas, organizações, instituições públicas e da sociedade civil o grupo começa a difundir a ideia da necessidade de uma escola “reconhecida” pelo Conselho Estadual de Educação.

“[...] para a escola funcionar tem que ser reconhecida pela Secretaria Estadual de Educação, era isso que a gente dizia nas comunidades. Hoje, atualmente, nesse contexto que a gente vive, dizer para o jovem depois que ele conclui oitava série, ele vai receber uma formação maravilhosa, mas não tem nada que comprove isso [...]” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Após a construção do consenso de uma escola reconhecida e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, o grupo começa buscar informações mais amplas sobre processo de oficialização da escola.

“A coisa começou a andar, com toda dificuldade, eram muitos documentos. [...] não é qualquer época que o Conselho Estadual de Educação recebe a documentação.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Os agricultores começaram a perceber que os trâmites para o reconhecimento da Escola no Conselho Estadual de Educação eram complexos. A Rede das Escola Famílias Agrícola Integrada do Semiárido (REFAISA) sugere a contratação de uma assessoria para colaborar com esse processo.

“Em outra assembleia da REFAISA colocamos a situação e eles sugeriram que contratássemos Ana Rita para prestar assessoria no processo de autorização de funcionamento da EFAR no Conselho Estadual de Educação.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

A contratação de uma assessoria ajudou a agilizar o processo de autorização de funcionamento da Escola Família Agrícola Regional (EFAR).

“[...] mediava entre o conselho e a escola [...]. Ana Rita passou a lista de toda a documentação que precisava, as certidões, documentos de professor, diploma de professor, monitor, essas coisas todas. Você tinha que preparar tudo [...]” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Em função da burocracia exigida para se enquadrar ao sistema oficial de ensino e a necessidade de maior articulação com pessoas e comunidades, o início das atividades da Escola Família Agrícola Regional foi protelado várias vezes. Foi só em 2014 que a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE), auxiliada pela assessoria, entra com pedido de autorização de funcionamento da Escola no Conselho Estadual de Educação.

“Em setembro demos entrada nessa documentação, aí pensamos em 2015, poder começar, porque já temos um prazo de cinco a seis meses, para eles não questionarem depois. Fizemos isso, planejamos e graças a Deus deu certo, começou.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Em 16 de março de 2015, iniciou-se as atividades letivas na Escola Família Agrícola Regional (EFAR), já com pedido de autorização protocolado.

“Após quase três (3) anos de tramitação, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da EFAR, através do parecer nº 265/2016 e da Resolução nº 134/2016 do dia 21 de novembro de 2016” (PPP-EFAR, em elaboração).

Todas essas discussões em torno do tema possibilitaram maior amadurecimento das ideias do grupo em relação a “natureza” da escola que estava sendo construída.

### **A questão do diploma**

As discussões em torno da questão do diploma se inseriu no centro do debate relacionado ao formato de escola na qual as pessoas sonhavam e estavam disposta a construir. Como exposto anteriormente, consideramos que haviam duas propostas de “formato” para a construção da escola.

João Cristiano era o principal expoente da ideia contrária a fornecer diploma ao estudante, pois para ela o diploma seria uma forma de incentivar a saída dos jovens das comunidades “Assim, ele (Pe. João) [...] achava que o

aluno que pegar o diploma vai sair”<sup>53</sup> Os argumentos trazidos defendiam que construir uma escola com o intuito de fornecer diploma, os estudantes ingressariam apenas com a intenção de conseguir uma profissão e conseqüentemente um emprego e não se engajariam nas questões das suas comunidades

“[...]Quando Pe. João descobriu isso, ele entrou e disse ‘ você vai dar diploma para a pessoa, a primeira coisa depois de formado é procurar emprego’. [...] vocês vão ver. Nós fizemos a Escola Comunidade Rural e não demos certificados, mesmo assim muita gente saiu [...], imagina se tivesse dado certificado a esse povo. Hoje você vê todo e qualquer prefeitura contratando técnico, tem empresa contratando técnico. [...] Se você dá um diploma na mão desses jovens ele vai arrumar um emprego e vai sair. [...] Um exemplo: cadê os que formaram lá em Irecê? Estão todos trabalhando, tem algum ajudando vocês? Foram Genival, Júlio César e Eduardo. [...] ele continuou dizendo, ‘cadê os quatros que estudaram em Irecê e que pegaram diploma, tem algum aqui com vocês? Estão todos aí trabalhando, a mesma coisa vai acontecer aqui’.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Diante do questionamento de Padre João, na citação de Juraci, a saída dos jovens nem sempre é um fim em si. No período que Padre João fez essa afirmação, todos os que foram fazer o curso técnico em Irecê (Eduardo, Júlio e eu) de fato nenhum, estava colaborando, diretamente, com a retomada da escola. Porém, depois de várias experiências de formação e de trabalho em outros lugares todos esses colaboraram ou colaboram com a retomada da escola. Eduardo a partir de 2012, fez parte das equipes de trabalho de base. Júlio, já alguns anos é monitor e professor na escola e eu ultimamente estou monitor. Além de todos participarem da ADECORBRE, associação mantenedora da EFAR desde a fundação.

Era o pensamento de uma escola informal, pauta na experiência já construídas e sem compromisso com as exigências das instâncias de regulamentação e controle da educação. Essa ideia aproxima do pensamento de Gaston Pineau, quando fala da escola da experiência “pois esta é, em sim mesma, mais uma escola da ação que uma escola do discurso. [...] é uma escola sem diplomas para garantir para sempre a validade da experiência para si mesmo e para os outros”. (PINEAU, 1999)

---

53- Juraci Oliveira em entrevista dia 06/ 05/2017.

As vozes dissonantes a esse discurso eram levantadas por aqueles que achavam que a escola deveria ser autorizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e fornecer diplomas para os estudantes após concluírem os estudos.

“ A caminhada que a gente estava fazendo era para ter o diploma, para ser reconhecida pelo Estado, porque os jovens também precisava ter essa formação mas que tivesse algo que comprovasse isso. ” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

O grupo que estava à frente da construção da escola fez uma série de vistas a outras escolas ligadas as Rede de Escolas Família Agrícola Integrada do Semiárido (REFAISA) e a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas Bahia (AECOFABA). Nessas vistas a questão das saídas e permanências dos jovens foi tema de reflexão e análise.

“A gente via muito isso nas outras escolas, por exemplo, em Santana mesmo, o cara disse: ‘aqui eu vou te falar a verdade tem muitos alunos que tá na propriedade com o pai e não quer emprego de jeito nenhum, mais uma grande maioria arruma um emprego, porque os empregos são bons e o salário é razoável’[...] A gente faz outra avaliação, o cara saiu mas, ele tá ajudando a família dele. Temos muita gente que está trabalhando em Goiás e em Brasília, eles estão ajudando o pai. Ele deu exemplo de um aluno que o pai era empregado de outro cara, ele só tinha casa, ele arrumou emprego em Brasília tá trabalhando, Já construiu a casa para o pai, comprou terreno. O pai e os irmãos criam animais, cabra e ovelha já estão começando viver bem, por um lado é um ponto negativo mas para o outro não.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017

Dentro da comissão que conduzia os trabalhos haviam posições divergentes em relação ao “formato” de escola a ser construída, uns defendiam fornecer diplomas aos estudantes após conclusão do curso e outros não. Diante do impasse, o grupo optou levar a discussão para comunidades e instituições que estavam apoiando o processo de retomada da escola.

“ Vamos formar comissões por regiões e levar a proposta para as comunidades de criar a escola, e se cria a escola de forma regularizada par fornecer diploma ou não? [...] Fomos todos para rua, fizemos uma agenda, escolhemos algumas comunidades, por exemplo: No município de Brotas escolhemos Alvorada, Barrinha, Jatobá, Araci, Novo Horizonte, Mata do Bom Jesus[...] em Ipupiara escolhemos Bela Sombra. Iniciamos pelas comunidades que achávamos que era mais fácil, que poderiam ajudar, ai levamos esse debate. Apresentamos as propostas nas comunidades, todos decidiram que queriam a escola e que desse o diploma, essa foi uma etapa. Chegamos em Pe. João e dissemos qual era a ideia das comunidades.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017

De forma muito madura e equilibrada a comissão amplia o debate no sentido de ouvir mais pessoas e instituições a respeito do tema para subsidiar

na tomada de decisão de forma consciente. Com esse processo houve elevação da consciência desse grupo em torno da questão do diploma, assumido de forma coletiva os bônus e os ônus da decisão tomada de fornecer diploma aos egressos da Escola Família Agrícola Regional.

### **3.3 - A mobilização social e a criação da associação mantenedora da EFAR**

Foram muitas discussões em torno da retomada da Escola Família Agrícola Regional, indo muito além da problemática em torno da formalidade na concepção da nova escola. Não se podia pensar em retomada sem uma mobilização social das comunidades integrantes dos municípios que seriam a base de sua formação. Sem o interesse dessas comunidades, que ofertariam os alternantes, não haveria sentido pleitear a necessidade da retomada da escola.

“[...] precisava ir para as bases. As comunidades têm que estar querendo. Surgiu aqui, mas e as comunidades querem? [...] fomos para as comunidades divulgar a ideia e saber o que o pessoal achava, se as comunidades tinham interesse, dividir equipes. Tinha o pessoal que fazia o trabalho em Brotas, em Ipupiara e tinha em Brejinhos. Me parece que Morpará veio depois, veio entrar na discussão quando aconteceu o seminário, fizemos o seminário que veio o pessoal de Morpará [...]” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Havia um posicionamento positivo pela retomada, mas se percebeu o desconhecimento sobre que realmente seria essa nova escola.

“ A gente tinha que colocar como é o funcionamento hoje. Já tinha muito tempo que a Escola Comunidade Rural parou, e tem "frutos" nessas comunidades, mais hoje atualmente queremos apresentar para eles como que é hoje o funcionamento dessa mesma escola, dessa mesma metodologia.” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Algumas das comunidades visitadas conheciam o projeto anterior da Escola Comunidade Rural, porque tinham ou conheciam ex alternantes, professores e, principalmente, pelo contato com Padre João. Mas esse conhecimento não era suficiente para compreender essa nova etapa do projeto, por conta das intenções que tinham em construir uma escola formal, das implicações no âmbito econômico e pedagógico. Percebeu-se diante da motivação que as comunidades mostraram que precisaria se construir um trabalho de base que discutisse com as comunidades a retomada da escola.

“Nós estávamos indo para fazer as reuniões, aí eu falei o seguinte: vamos fazer outro trabalho de base, mostrando as dificuldades, como

vai ser esse trabalho por que não é fácil. As despesas que vai ter com essa escola quando estiver funcionando, de onde vai sair os recursos, tem que saber tudo isso, e não vai ter mais previsão, a previsão de início é quando fizer tudo isso. Ai começamos de novo o processo, corremos atrás para fazer um estudo sobre a região, para fazer um documento de apresentação da região para levar para o conselho, como que é a região? O que produz? quais características da região? Fazer um projeto global da escola. ” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

Complementando essa fala de Juraci, Célia confirma a vontade das comunidades em realizar esse projeto e acrescenta a necessidade de buscar mais colaboradores para este trabalho de base, visto que as comunidades queriam a escola, percebiam a necessidade de uma escola diferenciada para o campo, porém não sabiam como seria, quais procedimentos para o sucesso disso.

“Fomos para as comunidades e o pessoal mostrou interesse, aí fomos fazer contato com Thierry<sup>54</sup>. Thierry foi um grande colaborador da Escola Comunidade Rural. Padre João disse, para a gente fazer contato com Thierry, porque ele tinha vasta experiência [...]” Célia Novais, entrevista dia 08/01/2019.

A presença de Thierry foi muito importante visto toda sua experiência com a Pedagogia da Alternância e também por sua participação como monitor na primeira experiência da Escola Comunidade Rural. Ele colaborou em vários aspectos durante a retomada do projeto da escola, pois detém profundo conhecimento sobre esses temas.

“Eu fiz parte durante vários anos da equipe pedagógica nacional da UNEFAB. Então, eu tinha tido oportunidade de conhecer, de ver realmente o que significava a amplitude desse movimento no Brasil[...] Nós não estamos querendo criar alguma coisa isolada, alguma coisa com pouca repercussão, não nós estamos nos enquadrando no movimento regional, nacional, e até internacional. Que tem seus princípios, que tem seus valores, que tem sua história, que tem suas Bandeiras.” Thierry De Burghgrave, entrevista em 25 de janeiro de 2019.

“ De 2009 até outubro de 2011 nós fizemos basicamente trabalho de base e um pouquinho de conhecimento de como fundar a escola e fundação da associação [...]Voltamos de novo para as comunidades para fazer o mesmo trabalho de discussão da escola e de criação da associação.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/05/2017.

---

54- Nos livros de presença da **Fundação João Cristiano**, encontra-se registro de uma reunião da “Comissão de Criação da EFA com Thierry”, no dia 23 de dezembro de 2009. Participou dessa reunião as seguintes pessoas: Célia Novais Santos Sodré (C. S. A), Ir. Regina (Paroquia de Ipujiara), Edimilson Moraes (C.S. A), Ana Paula F. de Oliveira (SINTRAF-Brotas), Ailton Alcântara (Prefeitura de Brotas), Johnson Jonny S. Coelho (Prefeitura de Brotas), Juraci Neto de Oliveira (Alvorada), Ivete Rosa dos Santos (Bela Sombra), Pe. Cláudio dos S. Nogueira (Paroquia de Ipujiara), Claudecy Rosa Nogueira (Jatobá), Oto Ribeiro dos Santos (Bela Sombra) e Carivaldo Ferreira dos Santos (CPT).

Segundo Célia, em uma das reuniões com parceiros e incentivadores da retomada da escola, percebe-se a necessidade da criação de uma associação para manter funcionando a escola diante de todas as suas necessidades (jurídicas, administrativas, financeiras, pedagógicas).

“Carivaldo estudou no Espírito Santo, ele tinha uma experiência de aluno e também conhecedor do funcionamento de uma escola, ele colocou que atualmente, para o funcionamento de uma escola tinha que ter uma associação.” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

A associação local é um dos pilares dos CEFFA`s. Ela deve nascer antes mesmo da escola começar a funcionar. Composta por agricultores e parceiros do projeto, essa instituição deve fazer a gestão e dar o direcionamento político e pedagógico a Escola Família. Foi nesse sentido que se percebeu indispensável a fundação e o bom funcionamento da associação que sereia a instituição mantenedora da Escola.

Para garantir a criação dessa associação, a equipe mobilizadora da Escola Família Agrícola Regional, cria frentes de trabalho para organizar essa fundação para posteriormente a abertura da escola.

“Eu sei que foi assim, esses tempos todos, a gente ia para as comunidades, criamos uma comissão de captação de recursos, criamos outra de trabalho de base para não ficar misturando, [...], criamos também a comissão pedagógica, essa ia cuidar da parte do Plano de Curso, do PPP [...] em um domingo a equipe ia para um lugar, no outro domingo era Brejinhos, todo lugar a gente ia, para fundar o mais rápido possível. Conseguimos de setembro de 2009 a junho de 2010 fazer todo esse trabalho e fundar a associação.” Juraci Oliveira, Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Esse trabalho de base nas comunidades foi o motor que impulsionou a fundação da associação, porém ainda havia a preocupação de que o trabalho de base fosse realmente eficaz, que conseguisse apresentar essa nova escola, que motivasse as famílias a um engajamento verdadeiro, foi quando o grupo responsável por essa motivação participou da assembleia da REFAISA.

“[...]fomos na assembleia da REFAISA e eles orientaram para retomar o trabalho de base, para mostra o que é a escola, que tipo de escola, qual a sua atuação, para assim o pessoal entende o benefício dessa escola para a comunidade, porque é a comunidade que vai segurar na escola na mão.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Depois desse evento perceberam a real necessidade do fortalecimento das comunidades e seguiram a orientação da REFAISA.

“[...] o pessoal da REFAISA orientou que tivesse uma pessoa que pelo menos tivesse estudado nas escolas para estar fazendo esse trabalho de base, para ele dar testemunho para a comunidade o que é a escola. Perguntamos, onde vamos arrumar essa pessoa? Thierry sugeriu que entrássemos em contato com Monte Santo. Já tínhamos ido lá visitar, então eles passaram uma lista de alunos, parece que vieram seis ou sete, fizemos uma entrevista e nessa entrevista escolhemos Mara.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Além da vinda de Mara Pimentel<sup>55</sup> para o trabalho de base com as comunidades Thierry destaca outro ponto importante para a mobilização: troca de experiência através do intercâmbio da equipe mobilizadora da EFAR com outras EFAs.

“[...] Eu sei que, foi reunião de trabalho de base, teve outra coisa que foi interessante que foi o fato de, eu também senti muito sobre isso, é de dar oportunidade as lideranças da ADERCOBRE de visitar outras experiências que afinal de contas tem experiências de escolas famílias perto da gente aqui. Nem tão longe de Boquira, Macaúbas, Correntina [...]”Thierry De Burghgrave, entrevista em 25 de janeiro de 2019.

Também se buscou fortalecer a Associação mantenedora com a busca de outros apoios, inclusive financeiros.

“Thierry trouxe um pessoal da UNEFAB que passou uma semana aqui, convidamos prefeitos e todo mundo, teve uma época que fizemos uma assembleia que tinha mais de cento e cinquenta (150) pessoas, por causa da mobilização que a gente fez. ” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

Além desse seminário, várias outras reuniões aconteceram, vários outros parceiros ajudaram, já que eram muitos aspectos a serem discutidos e resolvidos. Com a criação da ADERCOBRE percebe-se que apenas a diretoria não era suficiente e tinha que envolver o máximo de associados,

“[...] dividir entre esse povo da associação quem ia fazer trabalho de base, quem ia trabalhar o PPP, quem ia trabalhar plano de curso, quem ia fazer oficina com os agricultores, porque precisava trazer informações para o PPP e discutir aqui, quais matérias que você ia estudar. Teve também um pessoal aqui de Ibotirama da ASCONTEC e outra entidade que veio aqui também. Eles financiaram um seminário de três dias, eles trouxeram um pessoal para fazer junto com a gente e toda a despesa eles financiaram, as coisas eram meio que pedindo ajuda a quem podia. Isso aí foi Dermeval na época que conhecia o pessoal lá e conseguiu para a gente.” Juraci Oliveira, entrevista dia 06/ 05/2017.

---

55- **Mara Pimentel** foi a técnica contratada para colaborar com o trabalho de base da ADECORBRE, associação mantenedora da EFAR. Sua experiência na EFASE credenciou a escolha. Após o início das atividades letivas da escola ela se torna monitora.

Sem apoio financeiro e principalmente sem orientação pedagógica ficaria inviável para uma associação recém-fundada prosseguir. Os apoios, os intercâmbios, as orientações proporcionaram um aprendizado importantíssimo para a futura equipe pedagógica da escola perceber que a Associação tinha que ser fortalecida, tinha que ser atuante.

“[...]a escola caminha mas a associação tem que continuar caminhando também, a escola está em funcionamento. A associação vai ficar lá só figurativa?” Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

Célia, ao ponderar a participação da Associação, reforça a compreensão que a equipe pedagógica por si só não daria conta de cumprir com os princípios de uma EFA, e ficaria muito sobrecarregada se a Associação não cumprisse seu papel de gerir e conduzir politicamente a escola. Essas reuniões, trabalho de base e intercâmbio colaboraram para uma Associação mais fortalecida.

“[...] a escola onde associação estava ativa, cumprindo realmente com o seu papel, tinha um diferencial. A escola onde associação deixava tudo para os monitores, os monitores já têm o seu trabalho e ainda todo trabalho da associação quem fazia era os monitores. Associação que não estava assumindo o seu papel a gente via que a escola estava “capengando”. Célia Novais, entrevista dia 08/ 01/2019.

As mobilizações e trabalho de base realizado possibilitou conhecer os interesses das comunidades. Possibilitou também maior compreensão sobre o projeto de escola que estava se construindo. Fruto dessas mobilizações fundou-se, em Brotas de Macaúbas, a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE) em 05 de junho de 2010. A partir desse momento essa associação é a responsável pela condução do processo de efetivação da EFAR, agora não mais um grupo informal, sendo apoiada socialmente nos grupos, organizações e lideranças da sociedade civil.

“pessoa jurídica de personalidade comunitária, filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter educacional, profissional, cultural, de estudos, de pesquisas, de promoção social, desportiva de assistência técnica e extensão rural” (ADECORBRE, 2010, Estatuto),.

### **3.4 - O Início das atividades na Escola Família Agrícola Regional**

O dia 16 de março de 2015 fica marcado como o dia que concretiza o sonho de muitos agentes sociais locais que a mais de cinco (05) anos vinham trabalhado muito para ver a retomada da escola. Foi o momento de assumirem

novos desafios e de celebrar mais um passo em direção a construção de uma Educação do Campo contextualizada para o filhos e filhas de agricultores da região. Nesse dia também foi apresentada a primeira turma de alternantes e se reuniu toda equipe educativa - professores e monitores. Os Alternantes, professores e monitores começam a se adaptarem ao dia a dia da escola e a perceber os desafios que viriam pela frente.

### **As primeiras turmas**

Como já mencionado, a Escola Família Agrícola Regional (EFAR) inicia as atividades letivas/pedagógicas com a primeira turma em 16 de março de 2015. A turma foi composta de **25 alternantes**. Esses alternantes vieram de dezesseis (16) comunidades rurais dos municípios de abrangência da escola. Do município de Brotas de Macaúbas, foram oito (08) alternantes das comunidades de Cocal, Nova Santana, Alvorada, Jatobá, Lagoa da Palha, Colônia e Amansador. De Oliveira dos Brejinhos foram quatro (04) alternantes das comunidades de fundo de pasto de Várzea Grande, Assentamento Ferrari, Várzea Alegre e Boa Sorte. De Ipupiara, foram treze (13) alternantes das comunidades rurais de Sodrelândia, Tanquinho/ Ingazeira, Capim de Raiz, Lagoa do Barro e Furados.

No ano seguinte 2016, ingressa na Escola Família Agrícola Regional a segunda turma com **17 alternantes**. Esses alternantes vieram de dez (10) comunidades rurais dos municípios de abrangência da escola, a maioria deles vieram das mesmas comunidades dos alternantes da primeira turma. Sete (07) alternantes são município de Brotas de Macaúbas, das comunidades rurais de Nova Santana, Cocal, Alvorada, Novo Horizonte e Roças Velhas. Oito (08) alternantes do município de Ipupiara, das comunidades rurais de Sodrelândia, Tanquinho/Ingazeira e Lagoa do Prudente. Dois (02) alternantes do município de Oliveira dos Brejinhos, das comunidades rurais de Pajeú e Lagoa Queimada.

A equipe educativa da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) foi composta de Professores, Monitores e direção da Escola. Essa equipe foi responsável para auxiliar na realização de todos processos educativos que acontecem dentro da escola. A educação em tempo integral, em regime de internato, referenciado na Pedagogia da Alternância , oferecida pela EFAR, demandaria dessa equipe dedicação exclusiva. Principalmente nos primeiros

anos de funcionamento da escola os monitores não ministraram aulas. Essa tarefa era desenvolvida por professores externos.

**O Monitor** é, em geral, uma agente que atua dentro de uma Escola Família Agrícola, desempenhando um conjunto de atividades no dia a dia, possibilitando assim, a escola funcionar. As principais atividades do monitor é a tutoria para o grupo de estudante; animador que provoca diálogos entre pais estudantes e o meio, principalmente através de visitas as famílias, reuniões com comunidades, atividades de formação com os pais; um técnico que conhece a profissão, desenvolvendo atividades práticas durante sessão, colabora na construção do Plano de Estudo, correção, colocação em comum, elaboração de sínteses; Ajuda também em atividades de Gestão da escola e elaboração e execução de projetos.

Na Escola Família Agrícola Regional, diferente da maioria das outras EFAs, os monitores não ministram aulas.

São componentes essenciais da formação em alternância, sendo os encarregados pelo funcionamento pedagógico, educativo e administrativo de uma EFA. Essa função vai desde o acompanhamento personalizado de cada educando em particular à orientação geral das turmas, até a preparação profissional do alternante e no acompanhamento na vida familiar. (PPP – EFAR, em elaboração)

A Escola Família Agrícola Regional, iniciou suas atividades com equipe composta por três (03) Monitores<sup>56</sup>. Alguns desses permanece até hoje. É indispensável destacar que apenas um (01) desses monitores, já havia estudado em Escola Família Agrícola.

Em 2015 o quadro de **Professores** da Escola Família Agrícola Regional era constituído por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Formou-se uma equipe de profissionais<sup>57</sup> que dedicaram parte de seu tempo para construir a escola. O papel do professor externo na escola é de dar aulas, não assumindo outras atividades com a monitoria. É indispensável destacar que essa equipe de

---

56- Mara Pimentel, Flavia Leite e Leduan Alcântara. Daquele que iniciaram apenas Leduan permanece. Hoje a equipe é formada por seis (06) monitores (as): Adeane, Lívia, Fabíola, Leduan, Genival e Júlio.

57 - Nesse período eram quatorze (14) professores (as): três engenheiros agrônomos, Flávia, Johnson e Wanderley; um sociólogo, Ailton; um geógrafo Amir; um Matemático, Aniceto; uma pedagoga, Maria Dirce; um filósofo Dilton; um historiadora, Gisele; um físico, Luciano, um Fisioterapeuta, Maiara; um (01) químico, Paulo, e um mestre em Ciência da Educação, Thierry.

professores não é a mesma que iniciou as atividades letivas em 2015, ela já passou por algumas alterações.

A Escola Família Agrícola Regional foi então construindo uma rotina que aos poucos ficou bem definida. Durante os doze (12) dias que os estudantes estão na escola em regime de internato é proposta uma programação que ocupa praticamente todo tempo do alternante. Em um dia comum na escola, o estudante inicia suas atividades as 06h:00min da manhã e se estende até as 21h40min. Este tempo é ocupado com aulas teóricas da Base Nacional Comum Curricular e da Formação Técnica Profissional em Agropecuária, aulas práticas e atividades vivenciais de acordo com o Plano de Formação e do Plano de Estudo (P.E) da Sessão Escolar.

A equipe educativa da escola atua diuturnamente para facilitar o desenvolvimento de todas as atividades previstas. A cada dia, a depender da quantidade de alternantes na seção, é escalado um ou dois monitores para serem responsáveis diretos no acompanhamento da turma. Em um turno de 24h, que geralmente se inicia as 6h00, se estende até as 6h00 do próximo dia. Em função do currículo proposto a escola há uma quantidade significativa de atividades durante o dia, sobrando pouco espaço livre para os alternantes.

A experiência com as primeiras turmas apresentou um contexto com vários desafios visando a implantação do projeto educativo pensado. A manutenção financeira da EFAR, a construção de sintonia com e entre os professores, a vivência em internato, a formação inicial e continuada da equipe educativa pode ser destacada como grandes desafios internos. Outro desafio foi a realização de efetivas parcerias com pessoas, organizações da sociedade civil e comunidades que pudessem acompanhar o dia a dia da escola.

Durante o funcionamento da Escola Comunidade Rural (1975 -1994) o principal aporte financeiro vinha de organizações de cooperação internacional sediadas na Europa. Essa também era principal fonte de recursos financeiros de quase todas as EFAs naqueles anos. A partir dos anos 2000, as organizações de cooperação internacional que atuavam aqui na região<sup>58</sup> passaram a redirecionar seus apoios alegando uma mudança de orientação, uma vez que o

---

58 - MISERIOR (Alemanha), SIMFER (Bélgica), ADVENIAT (Holanda)

crescimento econômico do país permitiria aos governos investirem em áreas sociais, como a educação, e não seria mais necessário o apoio da cooperação internacional, que passaram a direcionar seus apoios para outras áreas, como comercialização e inserção de agricultores ao mercado, ou partiram para outras regiões do planeta que julgavam o apoio ser mais emergencial.

Em 2009, quando inicia o processo de mobilização para a retomada do projeto da Escola, percebeu-se a dificuldade em obter colaboração de organizações de cooperação internacional para a manutenção financeira da escola. Houve um grande esforço para construir uma rede de parceiros locais para dar sustentação política e também financeira a escola. Nessa parceria contamos com os familiares dos estudantes, comunidades, organizações não governamentais, associações, cooperativas, sindicatos e igrejas.

Outro caminho trilhado, baseado no contexto vivenciado por outras Escolas Famílias Agrícolas, foi construir parceiras com o Governo do Estado da Bahia e com Prefeituras Municipais, com o objetivo de conseguir repasse de recursos financeiro mediante convênios. A Escola Família Agrícola Regional se lançou nessa “odisseia” para buscar a manutenção financeira do projeto. Amparada pelo Decreto Nº 14.110/2012, que institui o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola - EFAs e Escolas Familiares Rurais – EFRs do Estado da Bahia, a Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECOBRE), celebrou um convênio com o Governo do Estado para repasse de recurso financeiro.

A relação do Governo do Estado da Bahia com as Escolas Famílias Agrícolas do estado é marcada por um certo descaso por parte dos compromissos do governo<sup>59</sup>. O primeiro ponto que evidencia esta falta de atenção é a retenção de parte do valor previsto na tabela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O Governo do Estado cobra uma “taxa de administração” de dez por cento (10%). Considerado que “o custo aluno/ano

---

59 - Pode encontrar uma análise mais apurada sobre a relação do Governo do Estado da Bahia com as Escola Famílias Agrícolas em “O descaso do Governo do Estado com as Escolas Famílias Agrícolas na Bahia” de Gilmar dos Santos Andrade, Jailton dos Santos Andrade, Jardel Luis Felix ( ANDRADE et al, 2018)

da tabela do FUNDEB não atende as necessidades anuais do formato do ensino das EFAs, baseado no sistema de internato” ( ANDRADE et al, 2018).

O segundo ponto que evidência o descaso é a falta de previsibilidade de pagamento dos valores devidos as escolas. Nos últimos anos havia um acordo que orientava que o Governo do Estado deveria quitar o valor devido as escolas em duas parcelas, uma em cada semestre. Contudo, nos últimos anos, foi comum as duas parcelas serem quitadas apenas nos últimos meses do segundo semestre, chegando ao absurdo da última parcela estar disponível nas contas das instituições somente na segunda quinzena de dezembro. Apenas em 2019 que o Governo do Estado quitou a primeira parcela no período previsto no termo de colaboração e repassou o valor integral.

Nessa mesma lógica da falta de compromisso com os acordos firmados, situa-se o convênio celebrado entre a instituição mantenedora da escola e Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas. O último convênio firmado para repasse de recurso financeiro para a escola data de junho de 2017, e até início de 2019, não havia quitado integralmente o valor acordado. Hoje, a escola encontra-se sem convênio firmado entre a instituição mantenedora e a Prefeitura municipal.

Os recursos arrecadados tanto através dos convênios, quanto pelas colaborações das famílias, organização não Governamental, associações, sindicatos e comunidades, são utilizados para pagar professores, Monitores, colaboradores, alimentação dos estudantes e outros custos fixos com a manutenção e funcionamento da escola em sistema de internato. Toda via, os convênios são as fontes de recursos financeiros mais volumosos da Escola Família Agrícola Regional. Os atrasos nos repasses e a taxação de parte do recurso impõem a Escola grandes sacrifícios para manter suas atividades diárias. Atrasa pagamentos de aulas ministradas pelos professores, salário de colaboradores e, quitação de débitos com fornecedores. Dificulta também a gestão administrativa e financeira da escola.

Diante de tal situação cabe avaliar os motivos deste desdém com as Escolas Famílias Agrícolas, que atingem a EFAR. Apesar do recorrente discurso de escassez de recursos financeiros, percebe-se que é no campo do interesse político, tanto das gestões municipais e estadual, que estaria a explicação ao não cumprimento dos acordos nos prazos combinados. No âmbito estadual, a

REFAISA sempre desempenhou a tarefa de pressionar o Governo do Estado para cumprir com os acordos firmados através de termo de colaboração. Mas, até 2019, o governo pagava os valores devidos às escolas apenas no encerramento do ano letivo, precarizando as condições de manutenção. No âmbito local, a ADECORBRE/EFAR, tem constantemente feito pressões, cobranças, para os responsáveis da gestão municipal, para que cumpra o estabelecido em convênio. Ultimamente até as solicitações de reuniões não estão sendo prontamente atendidas.

Aponto também a ausência de uma legislação adequada a realidades das EFAs, que garanta o direito e o acesso ao financiamento público, de forma regular e suficiente para garantir a sua metodologia de ensino, através do internato, enquanto escola pública não estatal.

O desafio em estabelecer apoio efetivo de instituições governamentais aponta para a necessidade de maior mobilização social para provocar uma articulação política mais contundente âmbito local e estadual. Essa articulação política necessita de uma maior organização, entre pessoas e instituições, visando aglutinar força política para fazer pressão diante das gestões municipais e estadual e nas casas legislativas. Há necessidade de ganhar apoio da sociedade para a importância de escolas voltadas para formação integral orientadas para o fortalecimento do desenvolvimento local, dos modos de vida. Aprovar leis que fortaleçam o papel do estado a estas instituições de ensino, incluindo formas efetivas de apoio financeiro para as EFAs.

Outro desafio que se enfrenta nestes primeiros anos de EFAR é um certo distanciamento dos professores externos do dia a dia da escola. Esse distanciamento de parte da equipe educativa fragiliza o processo de formação dos estudantes. A Escola Família Agrícola Regional desenvolve suas atividades pedagógicas a partir do referencial teórico-metodológico da Pedagogia da Alternância. Todas as atividades educativas - teóricas, práticas e vivenciais – desenvolvidas na escola são auxiliadas por instrumentos pedagógicos previstos na Pedagogia da Alternância que são: Plano de Estudo (PE), Colocação em Comum, Caderno da Realidade, Aulas, Visitas e Viagens de Estudo, Serões, Intervenções Externas, Cursinhos, Estágios, Projeto Profissional do Jovem, Caderno de Acompanhamento e atividade de Retorno. A dificuldade dos professores externos vivenciarem e incorporarem estes instrumentos

pedagógicos como orientadores de seus planos de aula tem se mostrado um desafio para a contextualização dos conteúdos de cada disciplina.

O Projeto Político Pedagógico da EFAR nos apresenta da seguinte formas esses instrumentos:

“O instrumento pedagógico mais importante é o **Plano de Estudo (PE)**. Trata-se de uma pesquisa participativa que envolve vários protagonistas do projeto educativo, principalmente o próprio alternante, a família, comunidade, profissionais do meio e suas organizações e a equipe educativa da EFA (monitores e professores)... O PE consiste num questionário sobre um tema previamente programado e elaborado pelos alternantes sob a orientação da equipe educativa no final da sessão escolar. O questionário será respondido durante a estadia família/comunidade em reuniões com os pais, com os vizinhos e com profissionais do meio. Na sessão escolar a seguir, as respostas individuais coletadas serão corrigidas e formarão um texto coerente. Em seguida será feita uma **Colocação em Comum**, confrontando entre si todos os dados provenientes do meio que formam o saber popular ou empírico. A partir desta socialização é produzida um síntese cujo texto será impresso e distribuído para os alternantes que o colocarão no seu **Caderno da Realidade** junto aos demais documentos de sua produção como redações, relatórios, avaliações e outras produções individuais e coletivas, formando assim a memória de seu percurso educativo na EFA... Os professores tomarão conhecimento da síntese da colocação em comum do PE para poder orientar o conteúdo de suas **aulas** a partir da realidade do alternante, oferecendo assim o saber científico produzindo novos conhecimentos capazes de transformar esta realidade. Na medida das necessidades poderão ser feitas durante as sessões escolares **visitas e viagens de estudo** para melhor assimilação dos conteúdos estudados. **Serões, intervenções externas e cursinhos** geralmente com professores e profissionais diversos irão completar as atividades educativas da sessão escolar. **Estágios** serão organizados a partir do segundo ano do Curso priorizando primeiro um conhecimento maior sobre as diversas atividades profissionais existentes no meio para progressivamente tornarem-se profissionalizantes no sentido de se especializar em determinadas práticas exigidas pela formação de técnicos em agropecuária, possibilitando a cada um a base necessária para a elaboração e implantação do **Projeto Profissional do Jovem** de sua escolha.... Por fim, o **Caderno de Acompanhamento** será o elo entre a EFA e as famílias mantendo ambas sempre informadas sobre a vida escolar do alternante e sobre a vida da própria EFA e sua Associação. Neste mesmo caderno constará igualmente a relação das **Atividades de Retorno** a serem realizadas pelo alternante durante a estadia família/comunidade” (PPP-EFAR, em elaboração).

O distanciamento da escola dificulta o acompanhamento e a compreensão, por parte dos professores externos, dos instrumentos pedagógico da Pedagogia da Alternância e de todo o conjunto de atividades educativas prevista no Plano de Formação e desenvolvidas na Escola Família Agrícola Regional durante as sessões escolares e no meio socioprofissional.

Outro desafio enfrentado pela Escola Família Agrícola Regional (EFAR) é a **formação** da equipe educativa da escola. A grande maioria dos profissionais que compõe essa equipe chega à escola sem formação, experiência ou vivência com a Pedagogia da Alternância. Esse fato impõe

barreiras para o desenvolvimento das atividades pedagógicas da escola referenciadas nesta pedagogia. Poucos professores do quadro da escola consideram no planejamento das suas aulas as questões trazidas pelos alternantes através do Plano de Estudo (P.E).

O Plano de Estudo (P.E) é um instrumento pedagógico que orienta a alternância. Na EFAR para cada ano letivo do ensino médio são formulados nove (09) Planos de Estudos, cada um com um tema distinto, articulado por um eixo gerador e dentro do Plano de Formação (Anexo C). O P.E, trata-se de uma pesquisa participativa que envolve vários agentes do projeto educativo, principalmente o próprio alternante, a família, comunidade, profissionais do meio e suas organizações e a equipe educativa da EFA (monitores e professores). Essa pesquisa tem por objetivo subsidiar temas, assuntos, questões, que podem e devem auxiliar os professores e demais componentes da equipe educativa na elaboração das atividades pedagógicas dentro da escola. Diante disso, a ausência de uma formação inicial e continuada cria obstáculos na compreensão pedagógica na busca pela construção e prática da alternância integrativa.

Provavelmente, essa ausência também se estende às equipes educativas das outras escolas ligadas a Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido (REFAISA), rede a qual a escola faz parte. Contudo, esse desafio não deve ser enfrentado individualmente por uma escola, mas sim pelo conjunto de escolas ligadas a REFAISA e quiçá também as escolas ligadas à Associação de Escolas Comunidades Família Agrícola Bahia (AECOFABA).

### **3.5 - A Escola Família Agrícola Regional e seu engajamento social**

A Escola Família Agrícola Regional (EFAR) está inserida em um determinado contexto sócio, cultural, político, e os sujeitos que a constroem percebem que a EFAR deve se envolver com as questões que estão ao seu redor, para cada vez mais a escola ter sentidos e significado para as pessoas do lugar, das comunidades, contribuindo com o fortalecimento de seus modos de vida. Para Jean- Claude Gimonet, “Os CEFFA’s são escolas da região, criadas e geradas pelas pessoas do lugar, para as pessoas do lugar.” Gimonet (1999)

Há uma série de questões que desafiam a EFAR para cada vez mais fortalecer o seu engajamento social. Destaco os conflitos vivenciados pelas comunidades, o desafio em fortalecer produção agrícola no semiárido em bases

agroecológicas, o papel de uma escola na formação integral dos jovens e as articulações políticas estabelecidas com maior autonomia.

### **Conflitos vivenciados pelas comunidades**

Como mencionado anteriormente a base social da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) se estende pelos municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara. Nesses municípios existem um conjunto de Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. Essas comunidades estão inseridas em um contexto de conflitos, principalmente relacionados ao reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas.

Nos municípios de abrangência da Escola Família Agrícola Regional os conflitos das comunidades se relacionam principalmente com a ação de empresas de geração de energia (eólica, solar), suas redes de transmissão e a mineração (pedreira de granito e mármore). As ações dessas empresas provocam um vigoroso aumento dos casos de grilagem de terra, ameaças a agentes sociais engajados na luta em defesa dos territórios e dos recursos neles existentes, e coloca em risco a manutenção das Comunidades Tradicionais ameaçando os modos de vida das pessoas que vive no campo.

A aproximação e estreitamentos de laços da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) com as Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, empreendida desde o início do processo de retomada da escola, foi fundamental para formar uma base social de apoio mais sólida. Essa aproximação levou a EFAR a somar esforços com um conjunto de agentes e grupos locais que já discutiam as questões que envolvem os as Comunidades Tradicionais aqui nessa região. Partindo da concepção que nas Comunidades Tradicionais já existem espaços de luta e reflexão sobre os enfrentamentos, a escola se insere no apoio à construção de conhecimentos que ajudem a compreender cada situação, orientando suas ferramentas pedagógicas para estimular os alternantes a fazerem a contextualização do ensino que é praticado pela escola.

A EFAR busca então potencializar os espaços educativos através da participação em eventos construídos pelas próprias comunidades, proposição de atividades de formação e principalmente tem a missão de formar novos agentes

para que possam construir novas fermentas para fortalecer as lutas em defesa dos interesses das comunidades, incluindo a proteção dos seus territórios.

Assim, o corpo de educadores da Escola Família Agrícola Regional compreende que existem uma diversidade de ameaças aos territórios das Comunidade Tradicionais dessa região. Essas ameaças se revelam em função de processos de implantação, ou especulação de implantação, de empreendimentos com o objetivo de explorar os recursos naturais existente na região. As ações dessas empresas geram impactos socioeconômicos e ambientais desde as fases iniciais de implantação dos empreendimentos e depois seguem por toda sua operação. Esse atual contexto interfere de forma negativa no modo de vida das comunidades e desrespeita o direito desses povos a utilizar a terra que tradicionalmente os pertencem.

O cenário se agrava em função da ação truculenta do estado e das empresas. Destaco que o governo do Estado da Bahia não cumpre a legislação federal que protegem esses povos e seus territórios<sup>60</sup>. Há uma grande morosidade nos processos de regularização fundiárias das terras de comunidades tradicionais na Bahia.<sup>61</sup> O uso de instrumentos jurídico frágeis, somado a morosidade do processo de regularização fundiária se soma aos diversos incentivos que o próprio Estado proporciona para a instalação de empreendimentos que exploraram os recursos naturais existentes nas terras tradicionalmente ocupadas. Os empreendimentos chegam nessas comunidades, se iniciam sem realizar uma consulta prévia as comunidades, como preconiza a legislação. Soma-se a esse cenário, o desrespeito, a autodeterminação das comunidades e sua identidade coletiva enquanto Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto

Como resultado as Comunidades herdaram um conjunto de impactos socioeconômicos e ambientais advindos da disputa pelo controle das áreas de

---

60- Me refiro mais especificamente Decreto 6040 de 2007 do Governo Federal e Convenção 169 da OIT.

61- Não é objetivo deste trabalho detalhar os procedimentos administrativos utilizados pelo estado da Bahia. Apenas aponto a dificuldade para o amplo reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais da Bahia. Há uma série de trabalhos científicos que abordam este tema que podem ser consultados. Há um catálogo de trabalhos de Fundo de Pasto elaborado pelo grupo de pesquisa GEOGRAFAR da UFBA. Indico especificamente o capítulo 4 da tese de doutorado intitulada Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento, do pesquisador Franklin Plessmann de Carvalho. (Carvalho, 2014)

uso comum, imprescindíveis para a manutenção de seus modos de vida. Desde a segunda metade do século XX, especialmente após a década de 1960, que se intensificou as ações de grilagem de terras, que causou disputa interna entre as próprias comunidades. As grilagens de terras causaram a redução da área de uso comum do Fundo de Pasto para soltar os animais, a supressão de vegetação, com a ocorrência de erosão e assoreamento de leitos de rios, e fragmentando a área de uso comum das comunidades. Neste contexto de conflitos que a escola se coloca na tarefa de apoiar a construção de conhecimentos que podem auxiliar na resistência e fortalecimento dos modos de vida das comunidades.

### **Os desafios na produção agrícola**

Os desafios na produção agrícola referidos às comunidades na qual os alternantes têm seu pertencimento, estão relacionados ao acesso e permanência dos jovens na terra. Esses desafios levam em consideração desde o acesso e armazenamento de água para produção, a preservação de sementes crioulas, a instalação de pequenas agroindústrias cooperativadas ou de âmbito familiar, uma comercialização justa dos produtos para geração de renda. Todos estes desafios se relacionam na formação de uma assistência técnica que possa construir tecnologias sociais inseridas na cultura local e que possam ser facilmente reproduzidas, fortalecendo o modo de vida tradicional e autonomia das comunidades.

O desafio da produção agrícola está associado ao acesso e a permanência na terra, principalmente para a juventude. De forma geral, no Brasil e na Bahia, temos uma distribuição injusta da terra. Em Brotas de Macaúbas, Ipupiara e Oliveira dos Brejinhos não é diferente. Nessa região predomina as pequenas propriedades, sendo o maior número de estabelecimentos possui entre 0 a 50 hectares. Mesmo assim, o índice de Gini<sup>62</sup> aponta para a forte concentração da estrutura fundiária nesses municípios. Em Brotas de Macaúbas o índice é 0,626, Oliveira dos Brejinhos é 0,766, e Ipupiara é 0,669 (GEOGRAFAR, 2011). Além das famílias possuírem pouca terra, o que dificulta

---

62- índice de Gini, indicador que mede o grau de concentração de um bem – no caso, a terra. Ele varia num intervalo de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade na distribuição e, quanto mais próximo de zero, menor ela é.

a partilha em herança para os jovens, ainda se considera o homem como o proprietário, marcando a estrutura machista de nossa sociedade.

Uma parcela dos jovens que chegam a Escola Família Agrícola Regional (EFAR) tem pouca familiaridade no trabalho com a terra, com agricultura e a pecuária. Faltam elementos para apontar as causas desta situação, mas levamos a deduzir que essa região está passando por transformações das formas usuais de viver no campo. Algumas famílias dos jovens que vem para EFAR, mesmo vivendo no campo, não tem a agricultura como atividade principal de ocupação. Constatamos uma diversificação de atividades/ocupações econômicas. Em alguns casos as famílias de alternantes da EFAR não vivem mais no campo, residem na sede do município. Tem sido recorrente apontar o jovem como a parcela da população do campo que recorrentemente se motiva a fazer o deslocamento do campo para a cidade. Deixam suas localidades para estudarem na sede de seu município, e depois se dirigem para grandes centros urbanos. A escola convencional existente nestes municípios parecem ter responsabilidade na preparação da motivação deste jovem em deixar o campo. Diante desse contexto a EFAR tem se preocupado em refletir com as famílias e comunidades dos alterantes questões relacionadas a produção agrícola, visando identificar a melhor preparação dos jovens e qual o papel deles na reprodução da sucessão das propriedades rurais.

O desafio da preservação das sementes crioulas vem ganhando cada vez mais atenção das famílias dos alternantes. Existe uma tradição onde os agricultores guardam as suas sementes para o plantio no período das chuvas, que nos municípios de referência da EFAR vai de dezembro a março. Contudo, cada vez mais é facilitado o acesso a sementes melhoradas por centros de pesquisa e que são distribuídas pelos governos. Também há certa facilidade de se obter sementes geneticamente modificadas em estabelecimentos que vendem insumos agrícolas. Seria um risco de perder o controle na seleção de sementes e em decorrência a diversidade, o patrimônio genético contido nas sementes crioulas, selecionadas e reproduzidas pelas próprias comunidades. As sementes melhoradas sem a participação das famílias criam uma dependência da distribuição de sementes e tira a autonomia das famílias em selecionar quais seriam as melhores sementes. Para colaborar com essa discussão a escola constituiu um banco de sementes, e agora está elaborando um projeto mais

usado para discutir a questão da preservação das sementes crioulas com as comunidades de sua área de abrangência.

Mas podemos afirmar que o grande desafio da EFAR seria o de formar uma assistência técnica voltada para o desenvolvimento local. A assistência técnica e a extensão rural, historicamente, foi voltada para a introdução de tecnologias nada contextualizadas aos modos de vida tradicional de famílias camponesas. As poucas vezes que os agricultores dessa região tiveram acesso a esse tipo de serviço, se deparam com concepções equivocadas, que desconsiderava seu modo de vida e o acúmulo de conhecimentos e práticas que possibilitaram que gerações produzissem e vivessem relativamente bem no campo. A partir de 2004, através da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, houve tentativas de mudanças do modelo extencionista baseado na teoria da difusão de inovações, para um proposta pautada nos princípios do desenvolvimento rural sustentável, com uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, atenta a processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético (MDA, 2004).

Ao final da formação Técnica de nível médio oferecida pela Escola Família Agrícola Regional (EFAR) o jovem egresso está habilitado também a trabalhar com assistência técnica e extensão rural (ATER). Durante a formação desses jovens a EFAR oferece atividades teóricas, aulas práticas, visitas e viagens de estudo que colaboram na discussão sobre a prática extencionista. A própria Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e Região (ADECORBRE), instituição mantenedora da EFAR, tem entre as suas finalidades trabalhar com ATER. Nesse sentido, de julho a dezembro de 2019, a ADECORBRE vai desenvolver atividades de ATER na Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto de Jatobá, através de um termo de colaboração com o Governo do Estado da Bahia.

Dentre das questões voltadas para uma adequação da assistência técnica em regiões semiáridas são as propostas de acesso e armazenamento de água. A questão hídrica é apontada como um dos maiores desafios para a produção de alimentos em regiões caracterizadas por longos períodos de estiagem. Essa questão se aprofunda como desafio uma vez que as adversidades climáticas são irregulares, isto é, variam de ano para ano, não só em quantidade de chuvas, mas no período de duração das chuvas. Pode-se chover uma quantidade boa,

mas se a chuva for concentrada em um ou dois meses pode ser insuficiente para produzir certas culturas. As adversidades precisam ser melhor compreendidas para serem traçadas melhores estratégias para a convivência das famílias.

O acesso e o desenvolvimento de tecnologias sociais adaptadas para armazenamento de água da chuva para produção é fundamental. No município de Brotas de Macaúbas, a mais de vinte (20) anos, as pessoas já começaram a conhecer, construir e utilizar Cisternas, Barreiros e Barragens Subterrânea para captação de água de chuva para produzir alimentos. Essa produção se dá principalmente através dos quintais no entorno da casa e colabora com a segurança alimentar e nutricional das famílias. A implantação destas tecnologias sociais vem fomentando a cooperação entre as pessoas das comunidades durante a construção e o uso dessas tecnologias. A construção de tecnologias sociais de captação e água de chuva para a produção de alimentos é uma ação estratégica que ajuda a enfrentar os desafios da produção agrícola no semiárido.

### **As relações políticas estabelecidas**

Desde o início das mobilizações para a retomada da escola que a comissão formada para essa finalidade entendia que precisava restabelecer uma série de relações políticas entre pessoas, organizações da sociedade civil e governos municipais e estadual. Nesse sentido, a articulação política se deu em pelo menos duas dimensões. A articulação política local/ regional e articulação política estadual.

A **Articulação Política local/ regional**, contemplou pessoas, comunidades, organizações sociais e religiosas – associações, sindicatos, ONGs, fundações, cooperativas, paróquias - com atuação nos municípios de Brotas de Macaúbas, Ipupiara e Oliveira dos Brejinhos. Através dessa articulação a Escola Família Agrícola Regional, construiu uma base social, formada por parceiros fundamentais para o seu funcionamento. Esses parceiros conferiram-lhe legitimidade e resinificou todo o processo de construção e funcionamento.

Essa articulação política estendeu-se também para as Câmaras de Vereadores e prefeituras dos municípios de abrangência da escola. Nessa retomada do projeto da escola os agentes sociais envolvidos definiram que era estratégico estabelecer essas relações políticas. A escola tinha intenção,

primeiramente, de buscar títulos de utilidade pública nos municípios de Brotas de Macaúbas, Ipupiara e Oliveira dos Brejinhos e posteriormente buscar colaboração financeira dessas prefeituras através de celebração de convênios com essa finalidade.

“Nós fizemos seção na Câmara explicando que precisava uma lei, aprovada na Câmara para as prefeituras poder contribuir financeiramente com a associação. Fomos para Ipupiara fazer a mesma coisa, fizemos umas três ou quatro reuniões como o prefeito e fez seção na Câmara.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017

O ponto de partida para a construção dessa articulação política foi estabelecer contato com pessoas que passaram pela experiência da Escola Comunidade Rural. Os egressos da Escola Comunidade Rural são dos municípios de Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos e Ipupiara. Nesse sentido se estimulou uma articulação de abrangência regional

“[...]desde o primeiro momento ela já foi regional, por conta da consideração do ex-alunos que estava nesses três municípios de Ipupiara, Brotas e Brejinhos.” Célia Novais, entrevista em 08/ 01/2019.

**A Articulação Política no âmbito Estadual**, se deu em pelo menos duas frentes. A primeira frente articulou questões internas do movimento CEFFAs na Bahia, e a segunda frente se dedicou a fazer articulações com o Governo do Estado da Bahia.

No estado da Bahia as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) estão aglutinadas em duas (02) redes: Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) e a Rede de Escolas Famílias Integradas do Semiárido (REFAISA).

“[...] na Bahia existem 29 EFAs, sendo 17 articuladas na Rede AECOFABA, 11 na REFAISA e a EFA de Mundo Novo que não está articulada em rede” (ANDRADE, *et al*, 2018)

Houve um amplo processo de discussões dentro do grupo que mobilizavam o processo de retomada da escola para decidir a qual rede de escolas filiar-se.

“Começamos a fazer reuniões e o debate aqui, temos duas redes de escolas AECOFABA e REFAISA. A AECOFABA já tem história aqui, pois o primeiro presidente foi daqui, Sr. Raimundo.” Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017

A Escola Comunidade Rural em seus dezenove (19) anos de funcionamento sempre esteve ligada a AECOFABA. Essa ligação jogou peso nas discussões.

“Padre João Parece que foi um dos fundadores da AECOFABA, então ele tinha a sua "queda" pela AECOFABA. Thierry já conhecia a outra face da AECOFABA, e já tinha conhecimento da REFAISA. Teve as colocações mas em nenhum momento disse, vocês vão para essa ou vão para aquela, nunca disse isso, ele colocou o seguinte: tem essa visão dessa e tem essa visão dessa, aí agora é com vocês. ” Célia Novais, entrevista em 08/ 01/2019.

Com o amadurecimento das discussões, visitas a várias escolas ligadas as das duas redes, relatos de pessoas que tinham mais vivências tanto na AECOFABA e na REFAISA, as pessoas começaram a construir suas próprias conclusões.

“Tinha gente achando que o trabalho da AECOFABA não estava na visão da gente aqui [...] ai a gente buscou informação, carregou Carivaldo, Thierry, ai a gente juntou e decidimos pela REFAISA. Juraci Oliveira, entrevista em 06/ 05/2017

Após todo esse processo de discussão, o grupo toma a sua decisão “no final a decisão da associação foi pela REFAISA, a gente decidiu se filiar a REFAISA” Célia Novais (2019).

A segunda frente de articulações traz a relação da associação mantenedora da escola com o Governo do Estado da Bahia e com a assembleia legislativa. Houve vários momentos em que a ADECORBRE se reuniu com representantes da extinta Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC), para discutir sobre o processo de criação da escola e recebeu pessoas desta instituição para fazer vistoria na estrutura física prevista para o funcionamento da Escola Família Agrícola Regional. “ Fizemos reuniões com a DIREC, Edimilza era a coordenadora na época e veio aqui. ” Célia Novais (2019)

A Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Brotas de Macaúbas e região (ADECORBRE), instituição mantenedora da escola também articulou com a Assembleia Legislativa da Bahia para aprovar a sua utilidade pública estadual. Com isso permite a ADECORBRE a acessar recursos financeiros do Governo do Estado.

Essas elações políticas estabelecidas no âmbito local com organizações da sociedade civil e com as prefeituras municipais e câmeras de vereadores, somadas as articulações no âmbito estadual como o Governo do Estado e com a REFAISA foi fundamental para construir parcerias que colaboraram para o funcionamento da Escola Família Agrícola Regional.

Nesse sentido, o processo de retomada da Escola Família Agrícola Regional foi permeado de desafios que vão desde a mobilização no que se refere os interesses das comunidades ao uma educação mais contextualizada, pensada e gerida por ela, até a introdução da escola no sistema oficial de ensino. Construir uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural instigou debates que aprofundou a compreensão sobre natureza da escola, aprofundamentos significativos sobre modelos de escola forma, atrelada a estrutura do estado e escola informal.

Questões que estão o dia a dia das comunidades com conflitos por terra e território, o desafio da produção agrícola, a convivência das famílias com o semiárido e as relações políticas necessárias passam a fazer parte das discussões e das práticas educativas dessa escola. Com isso buscou construir uma escola atenta aos contextos locais e adequada a essa nova realidade, com maior protagonismo dos agentes sociais locais.

## CONCLUSÃO: a nova utopia e o horizonte atual

A presente monografia abordou os processos de implantação e funcionamento da Escola Comunidade Rural (ECR) e retomada da Escola Família Agrícola Regional (EFAR). Ao lembrar o título desse trabalho “Pioneirismo e retomada: narrativas e análise da construção das experiências educativas da Escola Comunidade Rural (ECR) e da Escola Família Agrícola Regional (EFAR) em Brotas de Macaúbas –BA” quero destacar que investiguei a natureza das duas experiências educativas implantadas em Brotas de Macaúbas-BA. A primeira se refere a implantação da ECR, escola pioneira no trabalho com a Pedagogia da Alternância no estado da Bahia, e a segunda refere-se ao processo de retomada desta escola que culminou na EFAR, que nasce referenciada na experiência anterior da ECR.

Ao narrar e analisar as experiências educativas da Escola Comunidade Rural e a Escola Família Agrícola Regional verifiquei que elas são resultados de processos de construção que instigaram um conjunto de agentes sociais locais a realizarem práticas educativas que se diferenciam das formas convencionais de educação escolar e apontam para a busca de uma escola contextualizada às realidades dos estudantes. Uma escola que propiciasse uma construção de conhecimentos em diálogo com questões de relevância para as comunidades dos alternantes.

Destaco da primeira experiência o seu pioneirismo para superação de obstáculos no aspecto do acesso à educação escolar de forma contextualizada e menos formalizada. Na segunda experiência destaco a necessidade de formalização e reconhecimento da escola, com isso um relacionamento mais próximo com os mecanismos de controle do Estado.

Essas duas experiências educativas não devem ser caracterizadas como escolas Estatais, nem são escolas particulares como o Estado tenta as categorizar. A Escola Comunidade Rural e a Escola Família Agrícola Regional situam-se no “campo” das instituições **públicas, não estatais**<sup>63</sup>, constituídas e

---

63- O setor produtivo **público não-estatal** é também conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos. Neste trabalho se utilizará a expressão “público não-estatal” que define com maior precisão do que se trata: são organizações ou formas de controle “públicas” porque

geridas pelos agentes sociais locais, através de instituições ligadas a igreja católica ou através uma associação mantenedora constituída para esse fim em parceria com outras organizações da sociedade civil. As ações educativas dessas duas experiências se fundam em quatro princípios gerais que orientam todos os CEFFAs no mundo: Associação local, Pedagogia da Alternância, Formação Integral e Desenvolvimento Local. Contudo, esses princípios passam por adequações de acordo com os contextos locais.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, através dos diálogos com os interlocutores, pesquisas bibliográficas, observações e análise documental, foi possível perceber os seguintes desafios: financiamento das atividades dessas duas experiências educativas; a luta coletiva para a garantia desse direito; fortalecimento da base social da escola; e formação e engajamento de novos agentes sociais.

A questão do financiamento das atividades da Escola Comunidade Rural e da Escola Família Agrícola Regional enfrentou desafios distintos. Na primeira experiência da Escola Comunidade Rural eram basicamente três fontes de financiamento: as famílias envolvidas com o projeto, grupos de amigos em países da Europa que apoiavam algum missionário ou leigo aqui no Brasil e as organizações de cooperação internacional, especialmente as sediadas na Europa. Na experiência da Escola Família Agrícola Regional as fontes de financiamento são as famílias dos alterantes, comunidades, organizações da sociedade civil e governos municipais e estadual.

A primeira experiência foi caracterizada, como já mencionado anteriormente, por uma relação muito próxima com as estruturas organizativas e de gestão da igreja católica. A igreja estava à frente do processo da captação e gestão dos recursos financeiros destinados a escola. As instituições jurídicas ligadas a paróquia (CECEDIC, IDEC, SEDEC) assumiram a função de

---

estão voltadas ao interesse geral; são “não-estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais. A expressão “terceiro setor” pode considerar-se também adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas se limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle. A expressão “não-governamental” é um anglicismo, que reflete uma confusão entre Estado e governo; finalmente, a expressão “sem fins lucrativos” carece de limites porque as organizações corporativas também não têm fins lucrativos, sem que por isso sejam necessariamente públicas. O que é estatal é, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado (BRESSER-PEREIRA et al, 1999)

instituições mantenedora da escola. Com isso, os agricultores não tinham autonomia no processo de captação e gestão dos recursos financeiros. Porém recursos adquiridos através de projetos apoiados pelas organizações de Cooperação Internacional, conferia a escola maior autonomia em relação ao Estado para definição de conteúdo e da dinâmica político pedagógica da escola. No contexto da Escola Família Agrícola Regional há maior autonomia em relação as estruturas de organização e gestão da igreja e, a ADECORBRE, associação mantenedora da escola, é quem assume o processo de captação e gestão dos recursos financeiros. Mas a relação com a estrutura do Estado na EFAR, acarreta outras implicações que condicionam a ação da escola.

A situação financeira da Escola Comunidade Rural, assegurada em boa parte pela cooperação internacional, propiciou o desenvolvimento de suas atividades possibilitando certa estabilidade na condução da Pedagogia da Alternância e na busca pelo desenvolvimento local das comunidades e na formação integral dos alternantes. Como escola não oficializada pelo Estado, tinha liberdade metodológica e autonomia total para definição de conteúdos. Observando os pilares dos CEFFA's, a igreja toma o lugar da associação mantenedora, que além de administrar financeiramente a escola, a considera como parte integrada de sua ação pastoral.

Já a EFAR constitui-se com a parceria da igreja, mas com uma estrutura autônoma de gestão, a ADECORBRE. Por sua vez, ao ser reconhecida pelo Estado, tem de obedecer regras gerais de funcionamento de uma escola, incluindo a necessidade de atender a um currículo mínimo estabelecido por diretrizes previamente elaboradas. Também sofre certa instabilidade financeira, pois o Estado, representado pelo governo estadual e as administrações municipais, não assumem um compromisso mais efetivo com a escola, e o repasse de verbas públicas é aquém do que se deveria. Muitas vezes até o repasse de recursos que é acordado chega com atraso, precarizando as condições de trabalho. Destaco que em ambas as experiências o apoio das famílias foi imprescindível para o funcionamento. Mas no caso da ECR, as famílias eram envolvidas pela ação pastoral da igreja, e assim com uma boa capilaridade de atuação. Já no caso da EFAR, a ADECORBRE ainda não possui uma boa capilaridade e a relação ainda está muito concentrada nos pais dos alternantes, sem um envolvimento comunitário mais amplo. Mesmo a relação

com as famílias não têm sido efetiva no cotidiano dos trabalhos da EFAR, que acaba se restringido ao presidente e tesoureiro da ADECORBRE.

A ADECORBRE está imersa no desafio de formar, mobilizar e fortalecer a base social da escola. No Período de 2009 a 2015 esse trabalho foi bem forte. Contudo, com o início das atividades letivas da escola o trabalho de base perde fôlego. O trabalho de mobilização foi forte para a retomada da escola, mas depois de retomada, ainda não conseguiu mobilizar para um acompanhamento mais detido do cotidiano escolar, da aplicação dos instrumentos pedagógicos, e da orientação de seus rumos. O resultado da falta de participação é enfraquecimento do trabalho da própria associação mantenedora da escola, resultando na concentração de decisões e tarefas nas mãos de poucas pessoas.

Reitero que para o funcionamento pleno da Escola Família Agrícola Regional, observando os parâmetros esperados para uma EFA, é fundamental, entre outras coisas, estar em sintonia com os anseios dos agentes sociais do campo, das comunidades e das organizações sociais que a apoia. Penso que isso se tornará realidade a partir de um amplo e vigoroso trabalho de base, que consiga, cada vez mais, fazer com que os agentes sociais do campo assumam a construção política e pedagógica dessa escola e que possa compartilhar entre si essas responsabilidades.

Retomar o trabalho de base não é a repetição saudosa de práticas e atividades feitas, no passado. Nem é o basismo que trata o povo como menor e incompetente e faz o elogio de suas ações espontâneas e sem planejamento. (Basismo é uma forma disfarçada de autoritarismo para manter a base dependente). Retomar o trabalho de base é resgatar uma estratégia. É um caminho de luta e de organização que envolve os próprios interessados no conhecimento e solução dos desafios individuais e coletivos. (SILVA,2001)

Comparando como a Pedagogia da Alternância foi trabalhada em cada experiência aqui narrada, observo que cada qual utilizou a maior parte dos instrumentos pedagógicos existente em sua época. Como atualmente existem uma gama maior de instrumentos pedagógicos – Plano de Estudo (PE), Colocação em Comum, Caderno da Realidade, Aulas, Visitas e Viagens de Estudo, Serões, Intervenções Externas, Cursinhos, Estágios, Projeto Profissional do Jovem, Caderno de Acompanhamento e atividade de Retorno - identifico que a EFAR tem a possibilidade de trabalhar mais amplamente a Pedagogia da Alternância.

Destaco que na EFAR o grupo de educadores se dedica a construir um plano de formação que se transforma em instrumento principal de orientação para cumprir o papel de articular práticas educativas realizada em espaços e tempos formativos distintos, mediados pelos instrumentos pedagógicos da Alternância para buscar a formação integral dos alternantes e impulsionar o desenvolvimento local considerando os contextos onde a escola está inserida, e dos alternantes.

“Contextualizar é problematizar o objeto em estudo a partir dos conteúdos dos componentes curriculares fazendo a vinculação com a realidade situando-os no contexto e retornando com um novo olhar. A contextualização da educação escolar é, assim, um processo dialético. O conhecimento das informações ou dos dados isolados em seu contexto é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados no seu contexto para adquirirem sentido. Para ter sentido a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia” (SILVA, 2010)

Na experiência da ECR, a integração dos tempos formativos se dava na ação pastoral da igreja. Não havia um planejamento sistemático das ações da escola, pelo menos nas formas que hoje compreende ser necessário. Porém a capilaridade da ação da igreja permitia a realização de um trabalho de base que conseguia, minimamente, integrar as ações da escola com as ações comunitárias.

Assim precisamos articular um esforço concentrado em construir um trabalho de base que colabore na formação dos agentes sociais do campo, para que de forma coletiva, que integre as ações da escola com as ações comunitárias, incluindo a formação de agentes para assumirem os desafios de gerir a escola e associação mantenedora. Soma-se a isso, a necessidade permanente de mobilização desses agentes sociais para colaborar ativamente na sua construção, participando do conjunto das atividades<sup>64</sup> propostas pela associação mantenedora e indispensáveis para o funcionamento da Escola Família Agrícola Regional.

Associado a isso, a EFAR nos seus processos formação deve preparar os jovens que adentrar essa escola para o engajamento nas questões

---

64- Exemplo de algumas atividades: formação com pais dos alternantes, atividade de formação nas comunidades, mutirões, assembleias, reuniões e compondo a direção da ADECORBRE, atividades de recrutamento de novos estudantes, atividades com parceiro e colaboradores da EFAR...

relacionada a esse projeto educativo. Essa ação deve estar na pauta da escola e da associação mantenedora. Constatamos que durante toda a formação desses estudantes, a Escola Família Agrícola Regional ofereceu estímulo para incentivar o engajamento desses jovens em atividades sociais. Após conclusão do curso a escola fez junto com esses jovens um breve planejamento, elencando cinco ações para realizar em parceria com os egressos, entre elas: organizar eventos de formação com as comunidades sobre o trabalho da EFAR e para apresentar para as/os agricultoras/es as experiências realizadas através do Projeto Profissional do Jovem (PPJ). Essa foi uma das formas encontradas para continuar incentivando o engajamento dos jovens agora egressos da escola.

Nas minhas conclusões a partir dessa pesquisa, somado as vivências na EFAR percebo que um conjunto de comunidades, agentes e organizações sociais têm interesses em uma escola nos moldes da Escola Família Agrícola. Esse interesse é expresso pelo envolvimento social desde o primeiro momento do processo de retomada. Contudo, há um grande desafio para as pessoas das comunidades gerirem essa instituição. Diante disso, há a necessidade do coletivo que está à frente da associação mantenedora da escola se envolver mais nas discussões, reflexões e práticas de gestão dessas instituições (EFAR e ADECORBRE). Nesse sentido, acentua a necessidade do trabalho de base para formação e mobilização de mais agentes sociais do campo para se comprometer com o desenvolvimento da escola.

Essas discussões nos levam a pensar sobre a questão da autonomia dos agentes sociais nessa construção. Na primeira experiência, a Escola Comunidade Rural, em função do contexto, nasceu a partir uma relação muito estreita com a igreja católica. Nos capítulos anteriores apontamos que essa relação demasiadamente próxima, por um lado, ofereceu a “segurança necessária” diante de uma conjuntura difícil que ditadura militar impunha. Contudo, por outro, ao longo dos anos que se seguiram, o que era visto como “proteção” e “abrigo” se transformou em controle e empecilho para que agricultores assumissem de fato maiores responsabilidades no funcionamento e na gestão da Escola Comunidade Rural. Isso pode ser descrito como um “efeito colateral”? Ou é algo integrante a uma visão paternalista, que inibiria o exercício pleno da participação desses agentes sociais?

A ação da igreja Católica no primeiro momento, de certa forma, foi responsável por impulsionar o surgimento da Escola Comunidade Rural e viabilizar as condições para o funcionamento durante 19 anos. Contudo, a mesma igreja católica, em função da forma que foi conduzido o funcionamento, principalmente no aspecto do compartilhamento de responsabilidades na condução da escola, foi responsável também pelos encerramentos das atividades em 1994.

Durante a produção dessa monografia, na conversa com os interlocutores da pesquisa e das vivências, pude perceber avanços que foram alcançados nessas experiências educativas. Elas contemplaram vários anseios da população do Campo no que se refere a uma educação que leve em consideração a suas necessidades que nem sempre são as mesas do conjunto da sociedade. Todos temos as nossas identidades, que precisam ser valorizadas, conhecidas e compreendidas. Essas experiências proporcionam ao jovem do campo partir da compreensão das suas identidades para compreender também o mundo. A partir dos seus saberes compreender a se relacionar com os saberes universais.

Ao retomar a principal questão que orientou o desenvolver da pesquisa, em que buscava compreender o processo de implantação dessas experiências educativas e as motivações que levaram as pessoas se engajarem nesses processos de implantação da Escola Comunidade Rural e retomada da Escola Família Agrícola Regional, percebi na interação com interlocutores que as motivações para o engajamento na escola, foram decorrentes de uma ação de cunho religioso, através do trabalho desenvolvido pela igreja católica focado nas questões sociais. Essa motivação também era decorrente de buscar uma superação à falta de condições estruturais existente no imaginário das pessoas, possibilitando a formação de uma escola que construísse uma aprendizagem significativa que fortalecesse os modos de vida das comunidades.

Durante essa relação de pesquisa estabelecida com esses interlocutores, percebi a partir de suas falas que havia interesse dos agentes sociais do campo em uma escola nos moldes da Escola Comunidade Rural. Ela foi a experiência educativa que mais se aproximou da escola sonhada por eles. A escola que considerava aspectos do seu contexto, dos saberes, e seu modo de vida. É

importante ressaltar que a maioria dos interlocutores demonstram muito interesse e se empenharam diretamente na construção dessas duas experiências educativas. Além das conversas com os interlocutores gravadas e sistematizada que serviu com subsídio para esse trabalho, houve também vários momentos de diálogos extras que cumpriu papel determinante na elaboração dessa monografia. Em síntese, busquei demonstrar o quão importante foi e está sendo para os agentes sociais locais essas duas experiências educativas. O desenvolvimento das comunidades, atrelado a justiça social, a dignidade de viver bem, é a principal utopia que permeia todos os interesses desses interlocutores e comunidades abarcadas por essa escola.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Prefácio**. In: RICOVERI, G. Bens Comuns versus Mercadorias. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012. Cap. Prefácio, p. 9-15.

ALCÂNTARA, A. R. **Comunidades de Base na década De 1970: A formação de lideranças na Paróquia de Brotas De Macaúbas, Diocese de Barra (Ba)**. In: BROSE., O. M. Liderança para democracia participativa: experiências a partir da teologia da libertação. Goiânia: : UCG, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaquais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ANDRADE, G. dos S. ANDRADE, J. dos S. FLEX, J. L. **O descaso do Governo do Estado com as Escolas Famílias Agrícolas na Bahia**. S.I, 2018.

ANDREATTA, A. **Missão do Cristão Leigo na Igreja e no mundo: uma leitura Teológico-Pastoral à luz dos documentos das Conferências do Episcopado da América Latina e Caribe**. Dissertação de mestrado. FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte – MG.2009. Disponível em: [https://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/download\\_imagem.php?...pdf](https://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/download_imagem.php?...pdf). Acessado em: 06 de fevereiro de 2019.

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). **Cisterna Calçada para potencialização de quintais produtivos**. Recife –PE. 2014. Disponível em: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/cisterna-calçada-para-potencializacao-de-quintais-produtivos.htm>. Acessado em: 05 de fevereiro de 2019.

BRASIL- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília -DF, 2004. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Pnater.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf). Acessado em: 19/06/2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. GRAU, N. C. **Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal**. In Bresser-Pereira, L.C. e Grau, N. C. org. O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48. Disponível em: <https://www.researchgate>.

BURGHGRAVE, T. D. **Vagabundos, não senhor. Cidadãos brasileiros e planetários!: uma experiência educativa pioneira do Campo**. Orizona, GO: União das escolas Famílias do Brasil - UNEFAB, 2011.

CAMINI, Isabela. **Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola**. São Paulo. Expressão popular. 1ª ed. 2009.

CARVALHO, F. P. D. **Fundos de pasto territorialidade e uso comum**. RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, v. 10, p. 47-73, Setembro 2016. ISSN 2317-1480.

CARVALHO, F. P. D. **Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento**. Salvador: Tese Doutorado PPGA/UFBA, 2014.

Central Única dos Trabalhadores (CUT). **Breve Histórico**. Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2019.

DINIZ, C. A. N. **Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo; mobilização social e participação política das mulheres da periferia de São Paulo em tempos de ditadura e as possibilidades de análise na perspectiva dos estudos de gênero**. VIII Congresso internacional de História. UNESP/ Assis, s.l, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1187.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2019.

ESTRELA, E. S. **Ação coletiva no Alto-Médio São Francisco: o caso da Fundifran (1971-2003)**. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 17 julho 2011.

FORGEARD, G. **Alternância e Desenvolvimento do meio**. In: Pedagogia da Alternância : alternância e desenvolvimento. 2ª ed. UNEFAB, Salvador-BA, 1999.

GALEANO, E. H. **Las palabras andantes**. Ed Catálogos S.R.L. 1ª edição. Buenos Aires, Argentina, 1993.

GALVÃO, A. L. M. O Coronelismo como referência identitárias: um estudo sobre as narrativas de Wilson LINS, Cachoeira, abril 2012. <https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/O-coronelismo-como-referencia-identitaria-de-wilson-lins.pdf> , Acessado em 23 de janeiro de 2019.

GIMONET, Jean-Claude. **A alternância na formação, um caminho no coração da complexidade**. In: Família, alternância e desenvolvimento, proporção pessoal e coletiva: chave para o desenvolvimento rural sustentável. Tradução: Thierry De Burghgrave. Anais do 8º Congresso internacional. AIMFR, Foz do Iguaçu- PR. 2005.

GRANATO, N. C. **Capitais políticos e familiares dos fundadores da ARENA e do MDB no Paraná**. REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) Curitiba, v.2, n.2, p. 400-414, ISSN 2447-554, maio 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/viewFile/46999/28191>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2018.

JOSÉ, E.; MIRANDA, O. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1980.  
LUNAS, Alessandra Costa. ROCHA, Eliene Novais (org). **Práticas pedagógicas e formação de educadores (as) do campo: caderno pedagógico da educação do campo**. Brasília. Dupligráfica. 2009.

MACIEL, W. A. **O Capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2006.

MARIANO, A. S. ASPELLI, M.L.S. **Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo**. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. UNIOESTE, Toledo-PR, 2014.

MENDES, T. M. **Circuito Comunitário da Festa do Divino em Brotas de Macaúbas-BA**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 2016. Disponível em: [net/publication/242470249\\_Entre\\_o\\_estado\\_e\\_o\\_mercado\\_o\\_publico\\_nao-estatal](http://net/publication/242470249_Entre_o_estado_e_o_mercado_o_publico_nao-estatal). Acessado em: 26/062019.

OLIVEIRA, J. F. D. **Origens, desenvolvimento e aspectos do Coronelismo**. Sem Aspas, Araraquara, v. v.6, n.1, p. 74-84, jan/jun 2017.

PANDOLFI, D. C. GRYNSZPAN, M. **Da Revolução de 30 ao golpe de 37: A depuração das elites**. Fundação Getúlio Vargas Funda. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro-RJ. 1989.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE BROTAS. **Relatório das Atividades Paroquiais de 1981**.

PASSOS, J. D. SANCHEZ, W. L. **Conferência de Medellín, 50 Anos depois**. REVER: REVISTA de Estudos da Religião. Pontifícia Universidade Católica / SP. Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião. Volume 18 Nº2 Mai/Ago 2018. ISSN 1677-1222. Disponível em: [revistas.pucsp.br/rever/article/download/38961/26411](http://revistas.pucsp.br/rever/article/download/38961/26411). Acessado em: 07 de fevereiro de 2019.

PATARRA, J. L. **Iara: reportagem bibliográfica**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

PINEAU, Gaston. **Alternância e Desenvolvimento Pessoal: a Escola da Experiência**. In: Pedagogia da Alternância : alternância e desenvolvimento. 2ª ed. UNEFAB, Salvador-BA,1999.  
PUIG –CALVÓ, P. GIMONET, J.C. **Aprendizagens e relações humanas na formação por alternância**. In: Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Tradução espanhol para o

Português Thierry De Burghgrave. Org: João Batista Begnami e Thierry de Burghgrave. UNEFABE. Orizona-GO, 2013.

PUIG CALVÓ, Pedro. **Centros Familiares de Formação em Alternância**. In: Pedagogia da Alternância : alternância e desenvolvimento. 2ª ed. UNEFAB, Salvador-BA, 1999.

RAMAL, C. T. **O Ruralismo Pedagógico no Brasil: revisitando a história da educação rural**. Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). S.l. S.d. Disponível em : [mehttp://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/e2qdukOb.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf). Acessado em: 05 de Fevereiro de 2019.

RAMAL, C. T. **Ruralismo Pedagógico versus concepção de educação do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP. Tese de doutorado em Educação Escolar. Araraquara- SP. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/146681>. Acessado em: 05 de Fevereiro de 2019.

SIKORSKI, F. de O. **Os Atos Institucionais como Instrumentos de recrudescimento da Ditadura Militar brasileira entre 1964 e 1968**. Disponível em: [http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2\\_sem\\_2010/resumos/fernando\\_oliveira\\_sikorski.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/resumos/fernando_oliveira_sikorski.pdf). Acessado em: 07 de fevereiro de 2019.

SILVA, R. P. **A retomada do trabalho de base**. In: Trabalho de Base. Org: Plínio de Arruda Sampaio e Ranulfo Peloso da Silva. 6ª ed. Consulta Popular. São Paulo, 2001.

SOUZA, S. R. B. da S. **Ousar lutar, ousar vencer: Histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. EDUFBA, Salvador 2003.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão Agraria no Brasil: o debate na esquerda de 1960-1980**. São Paulo. Expressão Popular, 2ª ed. 2012.

VELHO, O.G. **Capitalismo Autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – [www.bvce.org](http://www.bvce.org)Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>. Acessado em: 08/09/2019.

VERMEERSCH, P. **Arte e Atos Institucionais**. Revista Direito Governo de, São Paulo. P. 583-594 | Jul-Dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a11v4n2.pdf>. Acessado em 7 de fevereiro de 2019.

## ANEXOS

### ANEXO A – Ata da reunião do conselho do Serviço para o Desenvolvimento de Comunidades – SEDEC

S E D E C - SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES  
Pastoral Social da Paróquia de Brotas de Macaúbas-BA  
Filial do Serviço Social da Diocese de Barra-BA  
Rua Padre João-Cristiano, 183  
47.560-000 Brotas de Macaúbas-BA

#### ATA DA . . . REUNIÃO DO CONSELHO DO S E D E C

No dia treze do mês de novembro do ano 2004, às 16 horas, durante a assembleia do Conselho Paroquial, no Salão da Casa Santo Afonso, reuniu-se o Conselho da SEDEC, estando presentes os representantes das comunidades seguintes: Alvorada, Lagoa do meio, Barrinha, Arací, Jatobá, Lagoa Nova, Nova Vista, Burití do Alho, Nova Santana, Mata do Bom Jesus, Amansador, Brotas (sede), juntamente com as reverendas Irmãs Anália, Terezinha e Gerusa, o revmo Pároco Pe. Edvando Oliveira Santos e o monsenhor João-Cristiano Appelboom.

Primeiramente o mons. João-Cristiano lembrou a história da Escola Comunidade Rural (ECR) e do SEDEC, como entidade mantenedora.

Em seguida, o Pe. Edvando apresentou a possibilidade de reativar a ECR, mas agora a nível de 2º grau e portanto com a duração de 3 anos, começando com jovens da Paróquia de Brotas, mas na perspectiva de participação das paróquias de Iupuiara e de Oliveria dos Brejinhos. Foram esclarecidos algumas dúvidas dos presentes, alguns ex-alunos deram testemunho da importância da ECR, e foi aprovado de reativar a ECR, tentando já dar início no próximo ano 2005, funcionando no 3º prédio da " Casa Santo Afonso " ( que já tem o nome SEDEC ), embora já se está procurando comprar perto um terreno maior.

Os representantes já tinham falado sobre este assunto nas suas comunidades, agora vão ver com as suas comunidades os(as) candidatos(as) de alunos(as), enquanto o Pe. Edvando continua os contáto com a AECOFABA a respeito da vinda dos monitores e financiamento dos mesmos.

Participaram ainda da segunda parte desta reunião, o Bispo Diocesano Dom Luiz e o representante do ADVENIAT ( Alemanha ) o Sr. Werner Klas.

Nada mais a tratar , se encerrou a reunião às 18 horas.  
E eu, Generosa Araújo de Oliveira, secretário ad hoc, lavrei esta ata.

**ANEXO B – Plano de Formação da Escola Agrícola Regional – 2019**

<b>2019</b>	<b>1º ano</b>	<b>2º ano</b>	<b>3º ano</b>	<b>4º ano</b>
<b>Eixo gerador</b>	<i>Família juventude, agricultura familiar e agroecologia.</i>	<i>Comunidade, território, agente social do campo e desenvolvimento tecnológico.</i>	<i>Inclusão produtiva geração de renda com sustentabilidade.</i>	<i>Empreendedorismo e PPJ.</i>
<b>1ª sessão</b>	-----	-----	-----	<b>Definição de temas e de tutores. PPJ: Pesquisa de mercado Execução do PPJ.</b>
<b>2ª sessão</b>	<b>A nossa família.</b>	<b>A nossa comunidade e as formas de ocupação e utilização da terra.</b>	<b>Pequenos animais: avicultura e suinocultura.</b>	<b>Revisão dos temas já trabalhados do PPJ</b>
<b>3ª sessão</b>	<b>A vida e o trabalho na nossa família.</b>	<b>Marcos que identificam o nosso território.</b>	<b>Cultura da mandioca.</b>	<b>Cronograma Orçamento e fontes de financiamento.</b>
<b>4ª sessão</b>	<b>A Nossa Casa</b>	<b>As atividades econômicas da nossa comunidade.</b>	<b>Criação de caprinos e ovinos/ forragens.</b>	<b>Viabilidades ambiental, social, técnica e econômica. Apêndice, anexos e referências.</b>
<b>5ª sessão</b>	<b>A propriedade da nossa família.</b>	<b>Formas de organizações coletivas existentes em nossa comunidade.</b>	<b>Apicultura.</b>	<b>Apresentação do pré projeto escrito.</b>
<b>6ª sessão</b>	<b>Agricultura Familiar e Agroecologia.</b>	<b>Os Serviços públicos aos quais a nossa comunidade tem acesso.</b>	<b>As culturas do milho e do feijão.</b>	<b>Formação de pastagem e ração. Folha de observação sobre agrotóxicos.</b>
<b>7ª sessão</b>	<b>Políticas públicas para agricultura familiar.</b>	<b>Formas práticas de convivência com o semiárido em nossa comunidade.</b>	<b>Criação de bovinos de corte e de leite.</b>	<b>Agrotóxico</b>
<b>8ª sessão</b>	<b>A identidade do jovem do campo.</b>	<b>Solos da nossa propriedade</b>	<b>Fruticultura e agroindústria.</b>	<b>Sementes crioulas. Escrita do projeto.</b>
<b>9ª sessão</b>	<b>Sucessão rural e projeto de vida.</b>	<b>Hortaliças</b>	<b>Legislação agrária, agrícola e ambiental.</b>	<b>Apresentação e defesa do projeto e sua execução.</b>
<b>10ª sessão</b>	<b>Avaliação da caminhada 2019.</b>	<b>Avaliação da caminhada na EFAR 2019.</b>	<b>Avaliação do ano 2018 Definição do tema do PPJ.</b>	<b>Entrega do projeto corrigido.</b>



ANEXO C – Folha Afonsina 2009, Fundação “Casa Santo Afonso” 04/10

F o l h a   A f o n s i a n a

da Fundação “ Casa Santo Afonso ” Brotas de macaúbas

04 de outubro de 2009

Às Comunidades

das Paróquias de Brotas, de Ipupiara e de Oliveira dos brejinhos.

Caros Irmãos e queridas Irmãs destas Comunidades,

Esta “Casa Santo Afonso” ainda não é Fundação, mas será em breve; se Deus quiser ainda neste ano 2009. E uma das primeiras coisas desta Fundação é a reabertura da **Escola Comunidade Rural**, com a metodologia das Escolas família agrícola, como era antes. Está ainda na fase de reestruturação, em colaboração com a Prefeitura de Brotas; quer dizer temos de começar tudo de novo: o prédio já temos, é a terceira casa destas três casas nossas aqui; material e finanças, ofereceu-se um grande benfeitor de São Paulo; diretor e monitores: a Prefeitura encontrou, para a nossa grande alegria, um grande conhecedor e antigo colaborador conhecido por todos e já procura contato com técnicos agrícolas.

Embora a Escola está para estruturar-se ainda em tudo, já estamos com o plano de começar no começo do novo ano 2010. No planejamento participativo que a Prefeitura fez, muitas comunidades colocarem o pedido de recomeçar uma EFA (escola família agrícola). Nós chamávamos e chamamos Escola Comunidade Rural, pois não visamos os/as filhas de pais que tem propriedade, mas rapazes e moças escolhidos/as pelas Comunidade para poder orientar a sua Comunidade. Mas o método é o da EFA, com alternância, quinze dias na escola, quinze dias na sua comunidade.

E porque já é mês de Outubro, portanto tempo em que os/as jovens e seus pais já estão pensando e decidindo o que vão fazer no ano que vem, é que estamos propondo a oportunidade desta Escola Comunidade Rural; vão ter poucas vagas para o primeiro ano, uns 20 jovens, metade moças, metade rapazes; portanto: a Comunidade que está interessada ou o/a jovem que está interessado, mesmo se não tem ainda toda a certeza ou queira ainda mais informações, escreva logo um bilhetinho. Depois mandaremos um questionário para colher mais dados sobre cada um.

Espero que todos se alegrem conosco com esta novidade, louvando ao Pai.

Com um abraço,

mons. João-Cristiano

Com um abraço,